

Relatório de Atividades FNDE 2003

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Tarso Genro

SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

José Henrique Paim Fernandes

DIRETOR FINANCEIRO

Antônio Corrêa Neto

DIRETOR DE PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS

Luis Silveira Rangel

DIRETOR DE AÇÕES E ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL

Daniel Silva Balaban

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO

José Carlos Wanderley de Freitas

PROCURADORA-GERAL

Luciene Toledo Couto

AUDITOR INTERNO

Ricardo Siqueira Rodrigues

Sumário

1	Apresentação,	7
2	Introdução,	9
3	Aspectos Institucionais,	11
3.1	Estrutura Organizacional do FNDE,	11
3.2	Comunicação e Divulgação,	12
3.2.1	Segmento: Imprensa,	12
3.2.2	Central de Atendimento ao Cidadão,	12
3.2.3	Internet: Canal Direto com o Usuário,	12
4	Aspectos Legais,	13
4.1	Procuradoria-Geral,	13
4.1.1	Consultoria,	13
4.1.2	Contencioso,	14
4.1.3	Dívida Ativa,	16
4.2	Auditoria Interna,	17
4.2.1	Acompanhamento e Orientação das Ações da Auditoria Interna,	18
4.2.2	Auditoria de Programas,	18
4.2.3	Controle Interno,	19
4.2.4	Denúncias,	20
4.2.5	Direito de Defesa e do Contraditório,	20
4.3	Conselho Deliberativo,	20
5	Desempenho Institucional,	29
5.1	Planejamento,	29
5.1.1	Programas e Ações de Governo Gerenciados pelo FNDE,	30
5.1.2	Informações Gerenciais,	31
5.2	Arrecadação do Salário-Educação,	31
5.2.1	Evolução Histórica da Arrecadação Bruta do Salário-Educação – 2000 a 2003 (R\$),	32
5.3	Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental – SME,	33
5.4	Programa Integrado de Inspeção em Empresas e Escolas – PROINSPE,	36
5.5	Orçamento,	37
5.6	Complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF,	42
5.7	Execução da Receita e da Despesa,	43
5.7.1	Receita,	43
5.7.2	Despesa,	44
5.7.2.1	Execução de Restos a Pagar,	48
5.7.2.2	Aplicação Financeira das Disponibilidades,	48
5.7.2.3	Contas Correntes,	48
5.7.2.4	Publicidade dos Pagamentos,	49
5.8	Contabilidade,	49
5.9	Prestação de Contas,	50
6	Desempenho dos Programas Governamentais,	51
6.1	Toda Criança na Escola,	51
6.1.1	Livro Didático,	51
6.1.1.1	Indicador de Desempenho Econômico: Custo <i>Per Capita</i> do PNLD/ANO,	53
6.1.1.2	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental,	53
6.1.2	Biblioteca na Escola,	53
6.1.2.1	Indicador de Desempenho: Custo <i>Per Capita</i> do PNBE/ANO,	55
6.1.3	Alimentação Escolar,	55
6.1.3.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Alimentação Escolar,	57
6.1.3.2	Indicador de Desempenho: Custo <i>Per Capita</i> do PNAE/ANO,	57
6.1.3.3	Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social,	58
6.1.3.3.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social,	58
6.1.4	Dinheiro Direto na Escola,	58
6.1.4.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Dinheiro Direto na Escola – Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – FUNDESCOLA,	61
6.1.4.2	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Dinheiro Direto na Escola – Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal,	61
6.1.4.3	Indicador de Desempenho: Índice de Manutenção de Escolas,	62
6.1.4.4	Indicador de Desempenho: Custo <i>Per Capita</i> do PDDE,	62
6.1.4.5	Indicador de Desempenho: Índice de Controle e Envolvimento Social das Escolas do PDDE,	62
6.1.4.6	Indicador de Desempenho: Índice de Autonomia Administrativa e Financeira do PDDE,	62
6.1.5	Programa de Infra-Estrutura Física e de Equipamentos das Escolas Públicas – PROIDEAL,	62
6.1.6	FUNDESCOLA,	64
6.1.6.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA II – Região Nordeste,	64
6.1.6.2	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA III – Região Norte,	64
6.1.7	Veículos para Transporte do Escolar,	65
6.1.7.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Veículos para o Transporte Escolar,	66
6.1.7.2	Indicador de Desempenho: Índice de Oferta de Veículos Escolares,	66
6.1.7.3	Indicador de Desempenho: Custo <i>Per Capita</i> do PNTE,	66
6.1.8	Saúde do Escolar,	66
6.1.8.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental (Saúde do Escolar),	66
6.1.9	Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental,	66
6.1.10	Uniforme Escolar,	67
6.2	Escola de Qualidade para Todos,	67
6.2.1	Informática na Escola,	67
6.2.1.1	Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental,	68
6.2.1.1.1	Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Implementação do Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental,	68
6.2.1.2	Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologia no Ensino Fundamental,	68
6.2.1.3	Equipamentos para TV Escola,	69
6.2.2	Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental,	69
6.2.3	Correção do Fluxo Escolar – Aceleração da Aprendizagem,	69
6.3	Educação de Jovens e Adultos,	70
6.3.1	Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos,	70
6.3.2	Material Didático Pedagógico para Educação de Jovens e Adultos,	70
6.3.3	Fazendo Escola,	71

6.3.3.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço – Programa Supletivo), 71

6.4 Brasil Alfabetizado, 71

6.4.1 Fomento a Projetos Especiais, 72

6.4.2 Capacitação de Alfabetizadores, 72

6.4.3 Alfabetização de Jovens e Adultos – Incentivo da União para os Educadores, 72

6.5 Educação Especial, 73

6.5.1 Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial, 75

6.5.2 Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial, 75

6.5.3 Promoção de Eventos para a Educação Especial, 75

6.5.4 Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais, 75

6.6 Atenção à Criança, 75

6.6.1 Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Infantil, 76

6.6.2 Formação Continuada de Professores da Educação Infantil, 76

6.7 Etnodesenvolvimento das Sociedades Indígenas, 76

6.7.1 Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena, 77

6.7.2 Capacitação de Professores para a Educação Indígena, 77

6.8 Cultura Afro-Brasileira, 77

6.8.1 Formação Continuada de Docentes para Áreas Remanescentes de Quilombos, 77

6.9 Paz nas Escolas, 77

6.9.1 Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas, 78

6.9.2 Edição, Copiagem e Distribuição de Material Didático para o Combate à Violência nas Escolas, 78

7 Rotinas de Serviços Gerais, 79

7.1 Dáreas e Passagens, 79

7.2 Patrimônio, 79

7.3 Centro de Documentação – Biblioteca, 79

7.4 Compras, 80

8 Recursos Humanos, 81

8.1 Categoria dos Servidores Ativos, 81

8.2 Cargos Comissionados: Função Gratificada, Direção e assessoramento Superior, Função Comissionada Técnica, 81

8.3 Recursos Financeiros para Pessoal, 82

9 Recursos Tecnológicos, 83

Índice de Tabelas

TABELA 01 – REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO FNDE, 15
TABELA 02 – QUANTIDADE DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS EM DESFAVOR DO FNDE, AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL MOVIDAS PELO FNDE, REGISTROS DE INTIMAÇÕES JUDICIAIS, 15
TABELA 03 – CRÉDITOS DE EXECUÇÃO, HONORÁRIOS, CONVERSÃO EM RENDAS, 15
TABELA 04 – PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL, 15
TABELA 05 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE INSCRIÇÕES NA DÍVIDA ATIVA, 16
TABELA 06 – MONTANTE DE INSCRIÇÃO NA DÍVIDA ATIVA EM 2003, 16
TABELA 07 – PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO, 17
TABELA 08 – INSPEÇÕES PROGRAMADAS – 2000-2003, 17
TABELA 09 – INSPEÇÕES REALIZADAS 2000-2003, 17
TABELA 10 – FISCALIZAÇÕES REALIZADAS – 2003, 18
TABELA 11 – FISCALIZAÇÕES NÃO REALIZADAS 2003 – MOTIVOS, 19
TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DILIGÊNCIAS EXTERNAS – 2003, 19
TABELA 13 – RECOMENDAÇÕES DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO, 20
TABELA 14 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO BIÊNIO 2002-2003, 32
TABELA 15 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA FNDE – BIÊNIO 2002-2003, 32
TABELA 16 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA INSS – BIÊNIO 2002-2003, 33
TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR UF, 33
TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – 2003, 33
TABELA 19 – CONSOLIDADOS DAS MODALIDADES DO SME – 2003, 34
TABELA 20 – MODALIDADE ESCOLA PRÓPRIA – 2003, 35
TABELA 21 – MODALIDADE INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTES – 2003, 35
TABELA 22 – RESULTADO DA ATUAÇÃO DO PROINSPE – 2003, 36
TABELA 23 – PROINSPE/INSS – EMPRESAS NOTIFICADAS – 2003, 37
TABELA 24 – DEMONSTRATIVO DE PARCELAMENTOS – 2003, 37
TABELA 25 – DOTAÇÃO INICIAL E FINAL POR FONTE DE RECURSO – 2003, 38
TABELA 26 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO – 2003, 38
TABELA 27 – PERCENTUAL DE REPRES. DOS PROG.GOVERNAM. NOS ORÇAMENTOS PRÓPRIOS E GLOBAL DO FNDE – 2003, 38
TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS APROVADOS POR AÇÃO DE GOVERNO E POR ATO LEGAL – 2003, 39
TABELA 29 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR DIRETORIA, 40
TABELA 30 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PROJETO/ATIVIDADE 2003, 41
TABELA 31 – COEFICIENTES ESTADUAIS DE DIST.DOS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF – 1997 A 2003, 42
TABELA 32 – VALORES MÍNIMOS E ANUAIS POR ALUNO DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF 1997 A 2003, 43
TABELA 33 – DEMONST. DOS RECURSOS DA COMPLEM. DA UNIÃO AO FUNDEF REPASSADOS AOS ESTADOS 1997 A 2003, 43
TABELA 34 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA E SUA EXECUÇÃO – 2003, 44
TABELA 35 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇ. E FINANCEIRA POR PROGRAMA DE GOVERNO E PROJETO / ATIVIDADE, 45
TABELA 36 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS, 47
TABELA 37 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS, 47
TABELA 38 – RESTOS A PAGAR, 48
TABELA 39 – RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA EM 2002-2003, 48
TABELA 40 – DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT DOS RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO EM RELAÇÃO A DOTAÇÃO AUTORIZADA, 48
TABELA 41 – CONTAS CORRENTES ATIVAS – 2003, 49
TABELA 42 – CONSOLIDADO DO ATENDIMENTO DO PNLD – 1998 A 2003, 52
TABELA 43 – DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – 2003, 52
TABELA 44 – HISTÓRICO DO ATENDIMENTO – PNBE, 54
TABELA 45 – DISTRIBUIÇÃO DOS ACERVOS PNBE – 2003 – AÇÕES LITERATURA EM MINHA CASA E PALAVRA DA GENTE, 55
TABELA 46 – OUTROS PROJETOS DO PNBE/2003, 55
TABELA 47 – PNAE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – 2003, 57
TABELA 48 – PREVISÃO DE REPASSE ANUAL ÀS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 2003, 59
TABELA 49 – PREVISÃO DE REPASSE ANUAL ÀS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL- 2003, 59
TABELA 50 – MUNICÍPIOS INADIMPLENTES COM PRESTAÇÃO DE CONTAS – 2003, 59
TABELA 51 – PDDE – AVALIAÇÃO DE DESEMP. (METAS X EXECUÇÃO) ESC. PÚBL. EST. E MUNICIPAIS E ESCOLAS PRIVADAS – 2003, 60
TABELA 52 – PDDE – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2003, 60
TABELA 53 – PDDE – EXECUÇÃO REDE PÚBLICA – 2003, 61
TABELA 54 – PROIDEAL – EXECUÇÃO FINANCEIRA- 2003, 63
TABELA 55 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS – FUNDESCOLA II E III, 64
TABELA 56 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES – FUNDESCOLA II E III, 64
TABELA 57 – EXECUÇÃO FÍSICA – FORMAÇÃO CONTINUADA – 2003, 65
TABELA 58 – PNTE – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS EM 2003, 65
TABELA 59 – NÚMERO DE CURSISTAS NA CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS PARA O USO DE TEC. NO ENS. FUNDAMENTAL, 68
TABELA 60 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – FORMAÇÃO CONTINUADA 2003, 69
TABELA 61 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM 2003, 70
TABELA 62 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA EM 2003, 70
TABELA 63 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – FAZENDO ESCOLA – 2003, 71
TABELA 64 – BRASIL ALFABETIZADO – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA EM 2003, 72
TABELA 65 – EXECUÇÃO FÍSICO – FINANCEIRA – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2003, 74
TABELA 66 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM 2003, 76
TABELA 67 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA -EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA EM 2003, 77
TABELA 68 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – PAZ NA ESCOLA EM 2003, 78
TABELA 69 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS EM 2003, 79

1 Apresentação

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é o órgão responsável por captar e distribuir recursos financeiros para a implementação das políticas públicas voltadas, notadamente, ao ensino fundamental público no Brasil. Este relatório aponta para a importância da Autarquia como instrumento essencial para a promoção dos planos e estratégias educacionais do Governo Federal.

Ao comemorar os resultados positivos alcançados pelas ações e programas que estão sob a responsabilidade do FNDE, cumpro-me parabenizar todos aqueles que contribuíram para sua execução, o quadro de servidores da Autarquia, os demais órgãos federais, os organismos das esferas estadual e municipal, as organizações não governamentais e os representantes da sociedade civil.

Devo salientar que os programas e as ações de governo apresentados neste relatório têm como principal escopo assistir a uma população de aproximadamente 37 milhões de alunos do ensino fundamental que freqüentam as mais de 150 mil escolas públicas brasileiras.

Dentre outros programas não menos importantes, destaco o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Nacional do Livro Didático, o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Programa Nacional Biblioteca da Escola, o Programa Nacional Saúde do Escolar e o Programa Nacional do Transporte Escolar, que objetivam a melhoria da qualidade da escola e o aprimoramento do ensino, contribuindo, por conseguinte, para a necessária redução do déficit social brasileiro.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

Presidente do FNDE

2 Introdução

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE tem como objetivos principais contribuir para a qualidade do ensino básico brasileiro e garantir a universalização da educação.

Este documento apresenta as ações finalísticas empreendidas pelo FNDE, bem como outras atividades administrativas que suportam a execução dos programas voltados ao Ensino Básico.

As informações e os dados sobre a execução física e financeira dos programas e ações de Governo coordenados pela Autarquia foram obtidos nos sistemas corporativos criados para seu acompanhamento.

Com o objetivo de aprofundar as análises qualitativa e quantitativa das ações e programas e de incorporar sugestões fornecidas pelos órgãos de controle, este relatório focalizou a apresentação da evolução histórica das ações, a justificativa do alcance das metas e a formulação de indicadores de desempenho que traduzem a execução, seu alcance social e abrangência no território nacional.

Relevante mencionar, ainda, que orientações do Tribunal de Contas da União, da Secretaria Federal de Controle e da Secretaria do Tesouro Nacional, bem como instruções normativas que disciplinam a elaboração de tais relatórios, já apontavam para a necessidade de uma apresentação menos discursiva e mais pragmática. A respeito dos mecanismos de avaliação, ressalta-se que o FNDE iniciou processo de contratação de consultoria para aprimorar os indicadores de desempenho apresentados neste relatório e propor a criação de novos instrumentos de avaliação.

A sua estrutura apresenta, inicialmente, os Aspectos Institucionais, os Aspectos Legais e dados sobre o Desempenho Institucional. Esses tópicos abordam, dentre outros assuntos de natureza gerencial, as informações sobre o orçamento do FNDE, a arrecadação do Salário-Educação e a execução das receitas e das despesas da Autarquia.

Os tópicos seguintes, relacionados ao Desempenho dos Programas Governamentais, reúnem as informações pertinentes à sua execução no exercício de 2003, os feitos previstos e realizados e os óbices para a execução.

Ao final, os tópicos sobre Rotinas de Serviços Gerais, Recursos Humanos e Desenvolvimento Tecnológico demonstram a evolução das ações de apoio para o fortalecimento das atividades finalísticas do FNDE.

3 Aspectos Institucionais

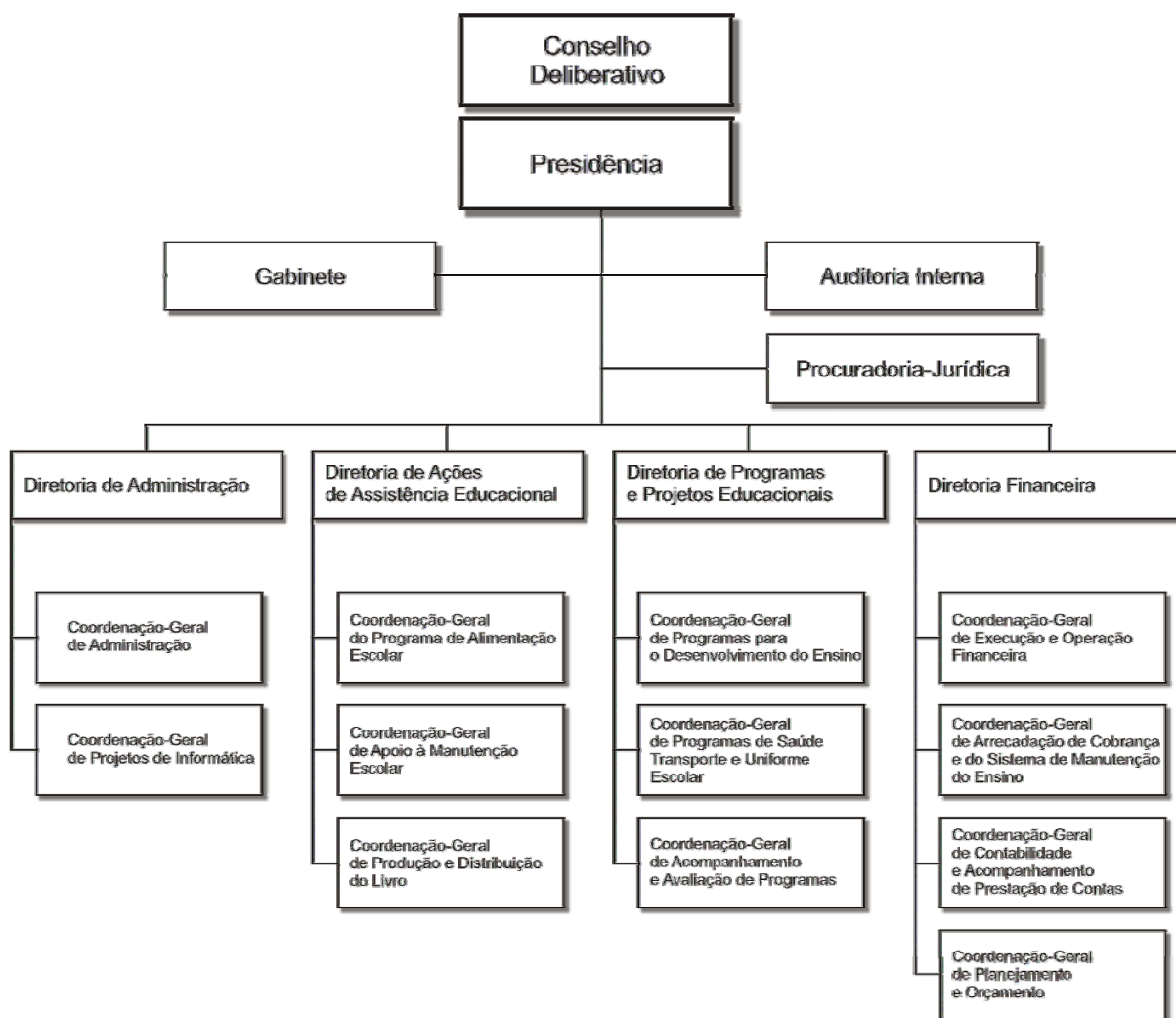
O FNDE é uma Autarquia federal criada pela Lei nº 5.537/68, alterada pelo Decreto-Lei nº 872/69, vinculada ao Ministério da Educação. Tem como objetivo geral a captação de recursos financeiros para destiná-los ao financiamento do ensino e, sobretudo, para prestar assistência financeira a projetos e programas voltados ao Ensino Fundamental público brasileiro.

Os recursos do Fundo são compostos pela contribuição social do Salário-Educação e do Tesouro Nacional.

A estrutura regimental do FNDE sofreu alteração em 2003, aprovada pelo Decreto nº 4.626, de 21.03.2003.

O Conselho Deliberativo, presidido pelo Ministro da Educação, é o órgão superior responsável pelas atividades do FNDE, cabendo à sua Presidência assessorar o Conselho e executar as ações decorrentes das decisões do Colegiado.

3.1 Estrutura Organizacional do FNDE



3.2 Comunicação e Divulgação

A Assessoria de Comunicação Social compreende a administração dos assuntos relacionados à linguagem visual, escrita e verbal do FNDE, abrangendo o segmento de comunicação e *marketing*, distribuído em atividades de *marketing* institucional, publicidade, imprensa e *marketing* direto.

No final do exercício de 2003, iniciou-se a reformulação da página eletrônica da Autarquia, visando maior agilidade nas consultas dos usuários.

Além da publicação de comunicados e matérias no *site* eletrônico do FNDE e do MEC, trabalhou-se com a confecção de folhetos institucionais e cartazes.

A Assessoria de Comunicação participou da divulgação dos seguintes eventos:

- XI Bienal Internacional do Livro, de 15 a 25 de maio no Rio de Janeiro;
- VIII Congresso Brasileiro de Municípios, de 24 a 27 de março em Brasília;
- Seminário Nacional de Alimentação Escolar, de 24 a 27 de novembro em Brasília.

3.2.1 Segmento: Imprensa

A equipe da comunicação social pesquisa as matérias veiculadas em jornais e revistas sobre os programas executados pelo FNDE e divulga uma clipagem deste material. A seguir, tem-se quadro com a quantidade de matérias por programa.

CLIPPING FNDE 2003 ASSUNTOS PROGRAMAS E PROJETOS EDUCACIONAIS	QUANTIDADES
FNDE	647
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	180
SALÁRIO-EDUCAÇÃO	153
LIVRO DIDÁTICO	102
FUNDEF	98
TRANSPORTE DO ESCOLAR	70
BIBLIOTECA ESCOLAR	62
PRÉ-ESCOLA	60
DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	52
SAÚDE DO ESCOLAR	25
CENSO ESCOLAR	12
	12

3.2.2 Central de Atendimento ao Cidadão

A Central de Atendimento ao Cidadão (CAC) oferece um serviço de ouvidoria para receber queixas, denúncias, críticas e sugestões, que, posteriormente, são encaminhadas às áreas pertinentes.

3.2.3 Internet: Canal Direto com o Usuário

Para atendimento ao público, o FNDE conta ainda com serviço de correio eletrônico, o “Fale Conosco”. Em 2003, foram recebidas 3.916 consultas. No ano anterior, haviam sido recebidas 4.581. A queda do número de consultas deve-se, provavelmente, à dinamização da página eletrônica do FNDE, com a oferta de maior número de informações.

4 Aspectos Legais

4.1 Procuradoria-Geral

Com a pacificação da jurisprudência nos tribunais regionais federais, ocorrida no ano de 2002, em relação à exigibilidade do Salário-Educação, a Procuradoria, no exercício de 2003, voltou seus esforços para a recuperação dos recursos depositados em Juízo vinculados às milhares de ações judiciais fase de finalização existentes em todo o país. Apesar de os Procuradores atuantes no INSS estarem responsáveis pela defesa do FNDE em todos os Estados brasileiros, muitas vezes a Procuradoria do FNDE precisou intervir nos processos judiciais para que os recursos da educação não fossem integralmente depositados nos cofres do INSS.

Outra priorização de atividade na Procuradoria ocorrida em 2003 foi à implementação do saneamento das pastas do arquivo central do contencioso, com a instituição de um grupo tarefa, por 120 meses, e com a criação de um setor de saneamento processual, com prazo limitado de existência. A intenção foi a de agilizar o trabalho de saneamento das pastas judiciais, o que vinha ocorrendo desde o ano de 2000, porém de forma morosa e sem fixação de metas, visando possibilitar a reestruturação da Divisão do Contencioso no tocante a espaço físico, pessoal e equipamentos, adequando-a a nova realidade, cuja competência é de atuação apenas no Distrito Federal. Tal medida possibilitou o remanejamento de servidores, prestadores de serviço e estagiários de Direito e de nível médio para a área da dívida ativa, em que é maior a necessidade de pessoal, equipamentos e espaço físico.

Na área consultiva da Procuradoria – de fundamental importância para o desenvolvimento dos trabalhos de todas as unidades do FNDE, uma vez que os processos administrativos, em sua quase totalidade, necessitam de pareceres jurídicos –, houve um aumento no número de Procuradores, com e, por conseguinte um aumento de equipamentos e a alterações do espaço físico, de forma a propiciar o desenvolvimento de um bom trabalho de consultoria aos diversos setores do FNDE e aos membros do Conselho Deliberativo, bem como agilizar a tramitação dos processos administrativos.

Merece destaque, ainda, a elaboração do novo regulamento do Salário-Educação, publicado em 30 de dezembro de 2003, que garantiu ao FNDE continuar arrecadando os recursos desse tributo diretamente das grandes empresas contribuintes, sem a interferência do INSS. A edição e a publicação desse ato normativo demandaram grandes esforços da Procuradoria, da Diretoria Financeira e da Presidência do FNDE junto aos órgãos envolvidos do Ministério da Previdência Social e do Ministério da Fazenda.

4.1.1 Consultoria

No exercício de 2003, o número de processos que tramitaram para emissão de pareceres jurídicos foi de 1.628. Foram emitidos, ainda, 55 pareceres e 1.471 informações jurídicas, englobando os seguintes assuntos:

- manifestação jurídica em todas as fases do procedimento administrativo fiscal do Salário-Educação (defesa ao Presidente do FNDE, recurso ao Conselho Deliberativo e inscrição na Dívida Ativa), além de análise e pareceres sobre questionamentos efetuados pela Coordenação-Geral de Arrecadação, de Cobrança e do SME, da Diretoria Financeira;
- exame prévio e conclusivo de minutas de editais de licitação, contratos, convênios, acordos, ajustes e de instrumentos congêneres e suas eventuais rescisões e termos aditivos, bem como hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, encaminhados pelas diretorias do FNDE;
- elaboração e análise de Termos de Minutas Padrão de editais de licitação, contratos, convênios e Resoluções;
- análise e edição de atos normativos e interpretativos do FNDE quanto aos aspectos legais e formais de sua elaboração;
- pronunciamentos em processos administrativos versando sobre servidor público;
- pronunciamentos em processos administrativos disciplinares; e

- outras manifestações técnico-jurídicas.

As mudanças nas ações de governo já existentes, assim como a criação de novas ações pela Administração Federal, resultaram em um significativo aumento da demanda de processos remetidos à Procuradoria, gerando um acréscimo de informações e pareceres elaborados, em relação aos resultados do ano de 2002.

Com relação aos documentos administrativos fiscais do Salário-Educação, foi colocado em dia um passivo de 151 processos.

4.1.2 Contencioso

Outra demanda da Procuradoria Jurídica se refere às ações em que é questionada a exigibilidade da contribuição social do Salário-Educação. Com relação aos processos dessa natureza, verificou-se uma vertiginosa queda no número de ações propostas na Justiça pelas empresas contribuintes durante todo o ano de 2003, principalmente depois que os tribunais pátrios pacificaram a jurisprudência sobre o tributo e após a edição da súmula nº 732 do Supremo Tribunal Federal – STF.

Destacam-se também as ações de execução, principalmente as oriundas de débitos referentes ao Salário-Educação não pagos pelas empresas contribuintes definidas no artigo 15 da Lei n.º 9.424/96 e de acórdãos proferidos pelo Tribunal de Contas da União, provenientes de julgamentos de tomadas de contas especiais geradas por malversação, inadimplência ou desvios de recursos públicos repassados por intermédio do FNDE aos gestores estaduais, municipais e federais, e, ainda, as execuções propostas em desfavor de escolas e de centros de ensino em razão de irregularidades apuradas quando da aplicação de recursos destinados ao atendimento dos alunos beneficiários do Sistema de Manutenção de Ensino Fundamental – SME.

Merecem, ainda, menção, ante o considerável volume de feitos judiciais, os processos movidos por servidores públicos federais lotados no FNDE em que se discute, em sua maioria, os planos econômicos de governos anteriores e a respectiva repercussão financeira nos dias atuais.

Apesar de a representação, nos Estados, estar a cargo dos procuradores federais em exercício no INSS, a Autarquia tem enfrentado problemas, principalmente quando do pedido de conversão em renda dos depósitos judiciais. Isso porque os dispositivos da Lei n.º 9.766/98 e a Portaria Conjunta INSS/FNDE nº 2, de 21-05-2001, que determinam 99% dos valores depositados devem ser convertidos em renda a favor do FNDE, não vêm sendo cumpridos em inúmeros casos; e pior, muitas vezes, os valores são convertidos diretamente em favor do INSS.

Outras atividades desenvolvidas no ano de 2003 foram:

- a) gestões junto ao INSS para conversão em renda dos depósitos judiciais nas ações em que houve depósito em juízo de Salário-Educação e/ou conversão em pagamento definitivo, com o envio de 1.627 ofícios e 282 memorandos; e
- b) organização e saneamento dos dossiês de processos judiciais existentes no Contencioso, bem como análise saneamento e liquidação de precatórios pendentes de outros exercícios.

TABELA 01 – REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO FNDE

COMPARATIVO DE AÇÕES	ATÉ 2000	2001	2002	2003	TOTAL
AÇÃO ANULATÓRIA	1	4	11		16
AÇÃO CAUTELAR	434	139	544	8	1.125
AÇÃO CIVIL PÚBLICA	26	9	41	3	79
AÇÃO DE ALIMENTOS	1		1		2
AÇÃO DE ANULAÇÃO DE DÉBITO	1		1		2
AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO	3	2	9	2	16
AÇÃO DE EXECUÇÃO	196	4	196		396
AÇÃO DE PRESTAÇÕES DE CONTAS	1	5	7	1	14
AÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS				1	1
AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS	1	5	13	2	21
AÇÃO DE RESSARCIMENTO	26	11	55	15	107
AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DOS AUTOS				1	1
AÇÃO DE RESTITUIÇÃO	1		1		2
AÇÃO DECLARATÓRIA	1.606	147	1.869	6	3.628
AÇÃO JUDICIAL			1		1
AÇÃO ORDINÁRIA	14.805	1.044	15.369	165	31.383
AÇÃO PENAL	5	4	8	1	18
AÇÃO POPULAR	3		3		6
AÇÃO RESCISÓRIA	50	7	59	6	122
DEPÓSITO PREPARATÓRIO	12	1	10		23
EMBARGOS À EXECUÇÃO	7	18	112	35	172
EMBARGOS DE TERCEIROS			1		1
EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA			60	1	61
EXECUÇÃO DE SENTENÇA	4	5	15	3	27
EXECUÇÃO DIVERSA POR TÍTULO	76	18	211	120	425
EXECUÇÃO FISCAL	1.523	415	2.638	684	5.260
HABILITAÇÃO DE FALÊNCIA			1		1
IMPUGNAÇÃO AO VALOR DE CAUSA			8	1	9
INQUÉRITO POLICIAL	1		2		3
INTERDITO PROIBITÓRIO	1		1		2
INTERPELAÇÃO	1		1		2
INVENTÁRIO	1	1	4		6
JUSTIFICAÇÃO JUDICIAL	2		2		4
MANDADO DE SEGURANÇA	5.262	655	6.171	106	12.194
MEDIDA CAUTELAR	119	11	137		267
NOTIFICAÇÃO	2		2	1	5
OPOSIÇÃO	1		1		2
PRECATORIO	2	9	83	3	97
PROCESSO CAUTELAR				1	1
PROTESTO	14		18		32
RECLAMAÇÃO TRABALHISTA	314	9	316	8	647
SEQUESTRO	1	1	2		4
SUMÁRIA	3		3		6
SUSPENSÃO DE SEGURANÇA			1		1
SUBTOTAL	24.506	2.524	27.988	1.174	56.192
RECURSOS	15.984	7.243	30.804	35.728	89.759
TOTAL	40.490	9.767	58.717	36.902	145.951

Fonte: FnDe/Proge

TABELA 02 – QTE DE AÇÕES JUDICIAIS MOVIDAS EM DESFAVOR DO FNDE, AÇÕES DE EXECUÇÃO FISCAL MOVIDAS PELO FNDE E REGISTROS DE INTIMAÇÕES JUDICIAIS

ANO	DESFAVOR DO FNDE	MOVIDAS PELO FNDE	INTIMAÇÕES JUDICIAIS
2000	21.856	1.775	75.429
2001	23.741	2.214	48.182
2002	24.239	2.786	37.392
2003	24.426	3.871	43.492

Fonte: FnDe/Proge

Deve-se levar em consideração o montante de recursos levantado em razão de honorários advocatícios, conversão definitiva dos depósitos judiciais e outras execuções:

TABELA 03 – CRÉDITOS DE EXECUÇÃO, HONORÁRIOS, CONVERSÃO EM RENDAS

CÓDIGO	NOME	VALOR (EmR\$)
007-4	Execuções Fiscais Salário-Educação	1.316.562,23
021-X	Execuções Diversas/PROGE	3.997.951,53
022-8	Execuções Fiscais/SAED/Tributária/PROGE	1.400,05
029-5	Conversão em Renda SAED/PROGE	61.044.148,15
TOTAL		66.360.062,06

Fonte: FnDe/Proge

TABELA 04 – PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL

TRIBUNAL	QUANTIDADE
STF	3.959
STJ	1.005
TRF 1ª Região	5.961
TRT 10ª Região	232
TST	112
Seção Judiciária do Distrito Federal	9.940
Justiça do Trabalho – 1ª Instância	230

Fonte: FnDe/Proge

4.1.3 Dívida Ativa

Houve a apuração da certeza e liquidez da Dívida Ativa, por intermédio das seguintes atividades:

- inscrição em Dívida Ativa;
- elaboração de ofícios de cobrança comunicando que o não pagamento levará à inclusão do nome do devedor no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
- obtenção de cópia dos processos administrativos de débito, confecção das respectivas Certidões de Dívida Ativa – CDA, atualização dos cálculos, através de demonstrativos de débito e encaminhamento dos processos xerocopiados à Divisão do Contencioso – DICON para emissão das petições iniciais das execuções fiscais;
- concessão de parcelamentos de débitos referentes ao Salário-Educação, com expedição mensal das guias de recolhimento e acompanhamento das quitações das parcelas;
- acompanhamento do parcelamento de dívida das editoras e emissão de guias para pagamentos;
- emissão de ofícios às Procuradorias do INSS solicitando suspensão dos feitos, retomada das execuções fiscais, bem como baixa na execução;
- levantamento mensal referente à quantidade e ao valor do débito das empresas inscritas na dívida ativa do FNDE, aos valores pagos pelas empresas que efetivaram parcelamentos judiciais e aos valores recebidos das empresas nas ações de execução fiscal;
- inscrição de pessoas jurídicas e físicas no Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN;
- análise de processos referentes a reclamações trabalhistas, visando à conferência e impugnação de cálculos judiciais;
- análise de processos de precatórios judiciais, visando à conferência e atualização dos cálculos;
- levantamento junto à Coordenação-Geral de Contabilidade e Prestação de Contas para apurar os valores que entraram na conta do FNDE relativos à conversão em renda dos depósitos judiciais nas ações em que houve depósito em juízo do Salário-Educação ou conversão em pagamento definitivo, conforme o caso, gerando as seguintes atividades para o ano de 2003:
 - atendimento das solicitações internas da Divisão de Contencioso – DICON, para fins de 50 atualizações de débitos;
 - 80 atualizações de Certidão de Dívida Ativa – CDA;
 - 135 confirmações de créditos na conta do FNDE.

TABELA 05 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS INSCRIÇÕES NA DÍVIDA ATIVA

ANO	QUANTIDADE	MONTANTE (R\$)
1999	268	43.669.218,42
2000	460	64.083.861,13
2001	476	86.007.730,38
2002	700	105.246.026,62
2003	699	109.904.640,21

Fonte: Fnde/Proge

TABELA 06 – MONTANTE DE INSCRIÇÕES NA DÍVIDA ATIVA EM 2003

PERÍODO	QUANTIDADE	MONTANTE (R\$)
Janeiro	42	4.580.367,54
Fevereiro	31	8.890.769,63
Março	9	702.896,16
Abril	91	13.757.849,20
Maio	25	1.241.203,57
Junho	53	2.977.054,75
Julho	89	5.467.742,48
Agosto	70	13.568.131,48
Setembro	56	8.875.554,89
Outubro	92	14.235.487,09
Novembro	28	10.898.391,77
Dezembro	113	24.709.191,73
TOTAL	699	109.904.640,29

Fonte: Fnde/Proge

Em 2003, o número de inscrições na Dívida Ativa do FNDE continuou crescendo, em função da adequação e da modernização do serviço, principalmente no que se refere aos sistemas informatizados e aos investimentos em equipamentos de informática, assim como na qualificação e no treinamento dos servidores, dos prestadores de serviço e dos estagiários, proporcionando a melhoria no perfil do analista em dívida ativa com o objetivo de alcançar resultados significativos na arrecadação da referida dívida.

Obteve-se, também, crescimento nos parcelamentos judiciais, tendo em vista a edição da Lei nº 10.684/2003, que concedeu às empresas contribuintes inadimplentes com o salário-educação parcelamento em até 180 meses com redução de 50% na multa – a lei foi regulamentada pela Resolução do FNDE nº 03/2004. Tal incentivo aumentou acentuadamente a arrecadação da dívida ativa do Fundo, uma vez que as empresas contribuintes estão cientes da decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à constitucionalidade do salário-educação. Têm, portanto, interesse de encerrar as demandas judiciais e efetuar o pagamento devido do tributo com os benefícios fiscais concedidos pela legislação citada.

TABELA 07 – PARCELAMENTO DA DÍVIDA ATIVA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

(R\$)

ANO 2003	PARCELAMENTO	PAGAMENTO À VISTA	RECURSOS ARRECADADOS VIA EXECUÇÃO FISCAL	PARCELAMENTO ESPECIAL LEI nº 10.684/2003	TOTAL
Janeiro	921.820,91	5.079,75	2.677.947,92		3.604.848,58
Fevereiro	970.452,11	11.178,70	3.421.632,36		4.403.263,17
Março	992.532,48	11.421,84	4.034.986,21		5.038.940,53
Abril	814.057,94		3.297.594,40		4.111.652,34
Maio	1.007.353,24	25.784,99	1.590.589,91		2.623.728,14
Junho	822.718,72	9.555,74	1.745.065,52		2.577.339,98
Julho	817.457,80		5.857.415,00	334.239,29	7.009.112,09
Agosto	558.436,16	66.868,01	2.293.492,18	442.603,90	3.361.400,25
Setembro	483.384,31		9.407.351,78	430.803,78	10.321.539,87
Outubro	502.782,11		1.486.176,44	617.108,15	2.606.066,70
Novembro	481.962,17		6.625.774,06	378.870,51	7.486.606,74
Dezembro	5.421.576,65				5.421.576,65
TOTAL	13.794.534,60	129.889,03	42.438.025,78	2.203.625,63	58.566.075,04

Fonte: Fnde/Proge

4.2 Auditoria Interna

As atividades de auditoria interna são balizadas pelo Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna definido no exercício anterior, na forma do que dispõe a IN CGU nº 02, de 24/12/2002. O Plano define as auditorias a serem realizadas considerando o volume de recursos transferidos pela Autarquia, denúncias não solucionadas em diligências preliminares, determinações de tribunais e solicitações dos órgãos de controle, observando a capacidade operacional e a limitação orçamentária para sua execução.

Em 2003, o Plano definiu a realização de 323 auditorias diretas na execução de programas e de projetos educacionais implementados pelas entidades que se beneficiaram dos recursos transferidos pelo FNDE e de 12 auditorias operacionais em diversas unidades da Autarquia.

Dentre outras atividades, a auditoria interna encarregou-se da triagem, apuração e resposta de denúncias recebidas por meio da Central de Atendimento ao Cidadão, bem como das diligências procedentes de órgãos de controle.

O Plano foi executado conforme tabelas abaixo:

TABELA 08 – INSPEÇÕES PROGRAMADAS – 2000-2003

(R\$)

ANO	QUANTIDADE	RECURSOS AUDITADOS
2000	415	515.110.468,75
2001	560	666.442.985,23
2002	554	674.652.123,50
2003	323	332.971.221,14

Fonte: Fnde/Audit

TABELA 09 – INSPEÇÕES REALIZADAS 2000-2003

(R\$)

ANO	QUANTIDADE	RECURSOS (R\$)	REGULARES	IRREGULARES	DILIGENCIADAS/ANÁLISE
2000	582	838.348.945,14	332	16	234
2001	707	718.920.290,84	346	53	308
2002	641	756.974.804,14	264	48	329
2003	454	492.210.455,46	115	7	332

Fonte: Fnde/Audit

4.2.1 Acompanhamento e Orientação das Ações de Auditoria Interna

Objetivando atingir melhores índices de eficácia no acompanhamento das atividades de auditoria interna, foram modernizados os procedimentos de auditoria mediante o desenvolvimento do Sistema de Auditoria – SIAUD. O sistema consiste na informatização da elaboração, do acompanhamento e da execução do Plano Anual de Auditoria Interna, bem como da produção o relatório de inspeção das auditorias executadas. Os acompanhamentos dos custos das inspeções e do volume de recursos auditados também é feito pelo SIAUD, que recebe informações de todos os segmentos da auditoria interna, os quais, de maneira concatenada, registram as ações e acompanham os resultados. O sistema foi colocado em produção no fim do exercício. Os resultados serão mensurados a partir de 2004.

No cumprimento da legislação vigente, também foram produzidos os relatórios de atividades de auditoria interna, encaminhados trimestralmente à Secretaria Federal de Controle, acompanhados do Relatório Anual de Auditoria Interna – RAAI.

4.2.2 Auditoria de Programas

A fiscalização da execução dos recursos transferidos aos estados, Distrito Federal, municípios e organizações não governamentais demandou 454 inspeções em 131 municípios, totalizando R\$ 492.210.455,46 em volume de recursos auditados. Os trabalhos foram realizados nas sedes das entidades beneficiárias com o objetivo de avaliar a execução de programas e projetos e subsidiar as áreas finalísticas na avaliação da eficiência e eficácia das ações desenvolvidas.

Do total de 323 fiscalizações previstas no Plano Anual, 310 foram realizadas. As fiscalizações restantes não foram examinadas pelas razões apresentadas abaixo. Entretanto, a meta prevista foi superada com a inclusão de 140 demandas surgidas durante o exercício de 2003. Tais demandas foram resultados de denúncias encaminhadas por intermédio das diretorias do FNDE e de outras provenientes de órgãos do Executivo, bem como de determinações de tribunais, resultando em 454 inspeções, demonstradas na tabela abaixo:

TABELA 10 – FISCALIZAÇÕES REALIZADAS – 2003

(R\$)										
UF	Nº DE MUNIC.	Nº DE ENTIDADES	TOTAL DE CONVÊNIOS E REPASSES	TOTAL DE RECURSOS PREVISTOS	PAAAI 2003	EXTRA PAAAI 2003	REGULARES	IRREGULARES	DILIGENCIAS E ANÁLISES	RECURSOS AUDITADOS (R\$)
AC	1	3	4	66.603,28	4	-	2	-	2	1.567.947,28
AL	4	3	9	684.355,85	9	2	7	-	4	1.413.732,25
AM	2	2	5	1.406.400,00	5	7	2	-	10	5.833.708,62
AP	1	3	5	222.144,12	5	1	-	-	6	2.130.338,12
BA	15	19	40	3.389.158,35	37	36	9	-	64	24.893.886,61
CE	3	6	12	1.517.066,48	11	6	1	-	16	9.207.763,50
DF	1	11	17	141.476.746,35	8	-	2	-	6	44.029.297,34
ES	3	5	14	5.796.587,70	14	2	3	-	13	7.770.113,61
GO	3	4	8	1.115.247,34	8	5	5	-	8	6.918.366,74
MA	12	15	37	3.807.275,42	36	16	4	-	48	11.515.137,12
MG	9	14	19	31.800.445,04	19	15	10	1	23	54.106.079,42
MS	1	2	9	1.574.014,63	9	-	4	1	4	2.381.085,83
MT	1	2	8	1.402.135,22	8	-	7	-	1	3.990.253,22
PA	6	8	15	2.623.039,20	14	8	-	-	20	9.886.277,70
PB	6	8	18	2.077.930,63	18	3	10	1	10	5.220.513,83
PE	2	3	5	386.303,40	5	4	-	3	6	9.655.230,80
PI	5	8	17	7.857.745,06	16	8	9	-	15	13.193.234,96
PR	2	5	7	15.527.626,60	7	8	4	-	11	24.846.338,34
RJ	1	10	19	23.695.706,22	19	7	9	-	17	97.135.126,92
RN	2	3	10	1.230.900,57	10	5	6	1	8	2.209.931,97
RO	1	3	3	13.743,18	3	1	1	-	3	2.968.029,58
RR	1	2	4	91.382,00	4	-	-	-	4	1.683.283,32
RS	1	3	8	14.815.363,66	8	3	3	-	8	21.281.862,46
SC	1	4	13	10.759.904,81	13	-	6	-	7	15.254.608,01
SE	1	2	3	242.563,83	3	1	-	-	4	5.949.105,77
SP	1	7	12	58.891.238,70	12	8	11	-	9	101.714.461,04
TO	1	2	5	499.593,50	5	-	-	-	5	5.454.741,10
BRASIL	87	157	326	332.971.221,14	310	144	115	7	332	492.210.455,46

Fonte:FNDE/Audit.

TABELA 11 – FISCALIZAÇÕES NÃO REALIZADAS 2003 – MOTIVOS

					(R\$)
UF	ENTIDADE	CON/PROG.	VALOR	MOTIVO DA EXCLUSÃO	
CE	Pref. Mun de Fortaleza	8000139/2002	766.866,38	Outra Unidade Regimental do FNDE providenciou a inspeção.	
MA	Pref. Mun de Chapadinha (*)	PNAE/2000	385.916,00	Cancelada em face do Acórdão TCU nº 654/2003 – Primeira Câmara	
BA	Pref. Mun de Porto Seguro (*)	PDDE/2002	268.000,00	Adiada para evitar superposição de atividades de controle.	
BA	Pref. Mun de Porto Seguro (*)	PNAE/2003	554.548,00	Adiada para evitar superposição de atividades de controle.	
BA	Pref. Mun de Porto Seguro	PNTE 750395/00	45.000,00	Adiada para evitar superposição de atividades de controle.	
DF	Centro de Treinamento de Educação Física – CETEFE	819060/2002	870.061,70	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Departamento de Projetos de Ensino Fundamental – SEIF/MEC	846282/2002	2.500.000,00	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down	819088/2002	79.999,66	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária	808083/2002	83.806.559,81	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária	808082/2002	3.881.829,08	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Associação de Educação Católica do Brasil	808041/2002	152.351,10	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Instituto Agostin Castejon	808033/2002	122.512,50	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais	808085/2002	4.999.360,00	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
DF	Movimento de Educação de Base – MEB	808081/2002	1.034.775,16	Aguardando atendimento ao Termo de Solicitação de Auditoria.	
PA	Pref. Mun de Maracanã	PNAE- De 1999 a 2001	669.085,73	Cancelada. Assunto resolvido por meio dos Relatórios de Inspeções nºs 01,02 e 03.	
PI	Pref. Mun de São Raimundo Nonato	PTA 1014/1996	76.683,88	TCE instaurada, processo no TCU desde 1999.	

Fonte:FNDE/Audit.

(*) Transferências diretas de recursos

4.2.3 Controle Interno

Com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento dos controles administrativos da instituição, bem como prevenir a ocorrência de impropriedades na gestão das unidades da Autarquia, foram realizadas, por amostragem, 12 auditorias operacionais, nas quais foi aplicada a metodologia de análise documental, indagação verbal e inspeção física.

Foram verificados os controles administrativos nas unidades da Diretoria de Administração – DIRAD e da Diretoria Financeira – DIROF.

Nas unidades que atuam em atividades finalísticas, foram verificados os controles administrativos das seguintes ações de governo:

- I – Diretoria de Assistência Educacional – DIRAE:
 - Programa Nacional do Livro Didático – PNLD;
 - Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE;
 - Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.
- II – Diretoria de Programas e Projetos Educacionais – DIRPE:
 - Programa Nacional de Transporte do Escolar – PNTE;
 - Programa Nacional de Saúde Escolar – PNSE;
 - Recomeço, Educação de Jovens e Adultos – EJA.

O Sistema de Cadastro de Diligências – SICAD processou 1.337 pedidos de informações e documentos procedentes dos órgãos de controle, conforme discriminado abaixo.

TABELA 12 – DISTRIBUIÇÃO DAS DILIGÊNCIAS EXTERNAS – 2003

ÓRGÃOS DE CONTROLE	UNIDADES REGIMENTAIS DO FNDE						
	PRESIDÊNCIA	PROGE	AUDIT	DIRAD	DIRAE	DIRPE	DIROF
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO	0	0	3	0	0	0	0
CÂMARA DOS DEPUTADOS	0	0	1	0	0	0	0
DEP. DE POLÍCIA FEDERAL	0	0	52	2	0	1	169
PODER JUDICIÁRIO	0	0	15	1	0	0	89
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO	0	0	2	0	0	0	8
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	0	0	36	1	9	2	29
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL	0	0	27	1	0	0	43
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	0	0	0	0	0	0	0
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	2	2	78	1	5	0	258
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	0	2	58	17	11	2	226
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
SENADO FEDERAL	0	0	0	0	0	0	0
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE	0	0	33	1	38	8	98
MINISTÉRIO DO PLANEJ. ORÇAM. E GESTÃO	0	0	1	0	0	0	0
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	0	0	1	0	0	0	0
DELEGACIA DE CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	0	0	1	0	0	0	3
TOTAL	2	4	308	24	63	13	923

Fonte:FNDE/Audit.

Houve a análise e o encaminhamento à Secretaria Federal de Controle de 668 processos de tomada de contas especial.

4.2.4 Denúncias

Foram registradas e aprovadas 519 denúncias de exercícios anteriores, das quais 164 foram apuradas por meio de auditorias simplificadas. Ou seja, a análise documental permitiu a formação de juízo de valor, tornando desnecessária a inspeção *in loco*. Outras 282 denúncias foram apuradas por meio de auditoria indireta, mediante encaminhamento aos ministérios públicos estaduais, 48 foram incluídas, em caráter extraordinário, no Plano Anual de 2003 do mesmo exercício e as 25 restantes foram incluídas no plano de 2004.

4.2.5 Direito de Defesa e do Contraditório

Com o objetivo de garantir às entidades envolvidas no processo de auditoria o direito de defesa e do contraditório, foram expedidas 611 diligências. Por meio do Sistema de Controle de Diligência – CODIL, houve o acompanhamento do recebimento das justificativas e de documentos esclarecedores encaminhados à Autarquia.

As recomendações oriundas da SFC/CGU quando da realização de auditoria de gestão na Autarquia e o relato das providências adotadas no âmbito da auditoria interna para o seu devido atendimento são apresentados abaixo:

TABELA 13 – RECOMENDAÇÕES DA SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

UG	DOCUMENTO/DATA	RECOMENDAÇÕES	PROVIDÊNCIAS
FNDE	RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 115196, de 21/05/2003	Informar os objetivos das auditorias em tópico específico.	O Relatório de Atividades da Auditoria Interna foi reestruturado de maneira a contemplar a recomendação.
		Informar os programas (ações) auditados por trimestre.	Recomendação atendida por meio dos sumários trimestrais de auditoria encaminhados à SF/CGU.
		Informar a metodologia aplicada em tópico específico.	Recomendação atendida por meio dos relatórios de auditoria operacionais.
		Informar cronograma de execução, mensal, dentro do trimestre.	Recomendação atendida por meio dos sumários trimestrais de auditoria encaminhados à SF/CGU.
		Informar os recursos empregados nas auditorias, tais como recursos humanos, materiais e tecnológicos.	O Relatório de Atividades da Auditoria Interna foi reestruturado de maneira a contemplar a recomendação.
		Relatar as atividades desenvolvidas, incluindo aquelas não previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.	Recomendação atendida por meio dos sumários trimestrais de auditoria encaminhados à SF/CGU.
		Especificar a execução das demandas não previstas no Plano Anual De Atividades De Auditoria Interna.	Recomendação atendida por meio dos sumários trimestrais de auditoria encaminhados à SF/CGU.
		Informar homens/horas trabalhadas mensalmente.	Recomendação atendida por meio dos sumários trimestrais de auditoria encaminhados à SF/CGU.
		Informar os treinamentos realizados.	O relatório de Atividades da Auditoria Interna foi reestruturado de maneira a contemplar a recomendação.

Fonte:FNDE/Audit.

Nota: recomendações relativas ao Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAAI de 2002

4.3 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo do FNDE, presidido pelo Ministro de Estado da Educação, é um órgão colegiado de deliberação superior e integrante da estrutura organizacional do Fundo. Em quatro reuniões ordinárias, realizadas em 2003, o Conselho deliberou sobre a captação e canalização de recursos destinados ao financiamento de projetos e programas educacionais, acompanhou a execução financeira do Fundo, apreciou e julgou os recursos administrativos alusivos à arrecadação do salário-educação, dentre outros assuntos.

Foram aprovadas 61 resoluções. Uma delas, relativa a projetos executados no exercício de 2002 e 60 referentes a 2003, as quais viabilizaram a implementação, de acordo com as orientações do Governo Federal, de ações voltadas para a redução das desigualdades educacionais, sociais e regionais.

Pode-se ressaltar também a aprovação de resoluções que permitiram o gerenciamento e a agilidade no processo de cobrança administrativa de débitos não-tributários, garantindo a efetiva adimplência dos créditos.

Integraram o conjunto de medidas para a continuidade e o aperfeiçoamento das ações educacionais deliberações sobre a execução do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD, do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, do Programa Nacional de Transporte do Escolar – PNTE, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conhecido como Merenda Escolar, entre outros.

Completando a pauta de discussões do Conselho em 2003, constam também a aprovação da Prestação de Contas do FNDE relativa ao exercício de 2002, a apresentação do Relatório do FNDE relativo ao exercício de 2002 e a aprovação do Plano Anual de Atividades de Auditoria para o exercício de 2004.

218ª Reunião, realizada em 10/03/2003

Resolução nº 064, de 06/12/2002, publicada no DOU de 09/12/2002, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do Ensino Fundamental, para 2002, à Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC.

Resolução nº 001, de 16/01/2003, republicada no DOU de 14/02/2003, que estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/2001.

Resolução nº 002, de 16/01/2003, publicada no DOU de 17/01/2003, que dispõe sobre a aprovação de convênios firmados pelo FNDE para execução do PTA.

Resolução nº 003, de 27/02/2003, publicada no DOU de 10/03/2003, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE.

Atos submetidos à deliberação do CD/FNDE:

- 1) Apresentação da Prestação de Contas do FNDE relativa ao exercício de 2002;
- 2) Apresentação do Relatório de Atividades do FNDE relativo ao exercício de 2002.

219ª Reunião, realizada em 16/06/2003

Atos publicados no *Diário Oficial da União* a serem referendados

Resolução nº 004, de 27/03/2003, publicada no DOU de 02/04/2003, que dispõe sobre os critérios de atendimento e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, destinados às escolas de educação especial e dá outras providências.

Resolução nº 005, de 02/04/2003, publicada no DOU de 08/04/2003, que aprova, para o exercício de 2003, os critérios e as formas de transferência de recursos financeiros aos estados e aos municípios com menor índice de desenvolvimento humano – IDR, visando a executar ações voltadas para o atendimento educacional de jovens e adultos, à conta da Educação de Jovens e Adultos – EJA.

Resolução nº 006, de 02/04/2003, publicada no DOU de 08/04/2003, que autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado para o exercício de 2003.

Resolução nº 007, de 02/04/2003, publicada no DOU de 10/04/2003, que aprova o *Guia de Orientações para Habilitação de Órgãos e Entidades – 2003* (acompanha a resolução), o qual estabelece orientações para habilitação de órgãos ou entidades federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos no âmbito do programa de assistência financeira a projetos educacionais no exercício de 2003 a cargo do FNDE.

Resolução nº 008, de 08/04/2003, publicada no DOU de 14/04/2003, que determina a distribuição, pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE, de coleções de obras de literatura e de informação aos alunos matriculados na 4ª e na 8ª séries e aos alunos da última série, termo, módulo ou similar, correspondentes à última etapa do 2º segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais e com avaliação no processo do ensino fundamental, bem como às escolas públicas que oferecem essas séries no exercício de 2004.

Resolução nº 009, de 22/04/2003, publicada no DOU de 24/04/2003, que aprova os critérios e parâmetros para apoio financeiro suplementar a projetos educacionais no exercício de 2003, visando à aquisição de veículos automotores de transporte coletivo destinados ao transporte diário de alunos residentes prioritariamente no meio rural, matriculados tanto nas escolas públicas quanto nas escolas especializadas do ensino fundamental.

Resolução nº 010, de 22/04/2003, publicada no DOU de 24/04/2003, que aprova a assistência financeira destinada à criação de campanhas de divulgação dos programas e projetos educacionais para o ensino fundamental na mídia eletrônica e impressa, sob a supervisão do Gabinete do Ministro da Educação.

Resolução nº 011, de 22/04/2003, publicada no DOU de 24/04/2003, que aprova a assistência financeira destinada à divulgação de publicidade legal na mídia impressa, sob a supervisão do Gabinete do Ministro da Educação.

Resolução nº 012, de 28/04/2003, publicada no DOU de 27/05/2003, que autoriza a apresentação de pleitos de assistência financeira no âmbito da educação pré-escolar e do ensino fundamental para 2003.

Resolução nº 013, de 28/04/2003, publicada no DOU de 28/05/2003, que aprova o *Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais* (acompanha a resolução), o qual estabelece critérios e parâmetros para a concessão de assistência financeira a órgãos ou entidades federais, estaduais, do Distrito Federal, municipais e a entidades sem fins lucrativos para a execução de ações voltadas para a melhoria da qualidade do ensino no âmbito da educação pré-escolar e ensino fundamental em 2003.

Resolução nº 014, de 20/05/2003, publicada no DOU de 22/05/2003, que dispõe sobre a execução do processo de Avaliação Pedagógica das Obras Didáticas inscritas no Programa Nacional do Livro Didático – PNLD.

Atos submetidos à deliberação do Conselho Deliberativo do FNDE:

JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

ITEM	PROCESSO Nº	INTERESSADO
01	23034.000605/95-99	Banco do Estado de São Paulo S/A
02	23034.000556/95-85	Banco do Estado de São Paulo S/A
03	23034.000620/95-82	Banco do Estado de São Paulo S/A
04	23034.024701/2001-31	Coop. Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais
05	23034.024703/2001-21	Coop. Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais
06	23034.021468/2001-35	Viação Roger Ltda. – PB
07	23034.000985/96-42	Colégio Barão do Rio Branco
08	23034.013050/99-32	TREM – Adm. e partic. Ltda
09	23034.027224/99-90	Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte
10	23034.014547/2000-17	Cia. Agrícola Zillo Lorenzetti – SP
11	23034.004194/2000-39	Metais de Goiás S/A Metago
12	23034.013234/99-75	Coesa Engenharia Ltda.
13	23034.021594/2001-90	Conduto Cia. Nacional de Dutos – RJ
14	23034.006599/94-20	Usina Cresciumal S/A

Resolução nº 015, de 16/06/2003, publicada no DOU de 03/07/2003, que estabelece os critérios e as formas da transferência legal de recursos financeiros, em caráter suplementar, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios às secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e para escolas federais, à conta do PNAE.

220ª Reunião realizada em 30/09/2003

Resolução nº 016, de 24/06/2003, publicada no DOU de 11/07/2003, que estabelece as normas e diretrizes para financiamento de projetos educacionais no âmbito do Programa Fundescola, para 2003, a cargo do FNDE e da SEINF/MEC, a órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, para a execução de ações voltadas para o desenvolvimento do ensino público fundamental regular, nos estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Resolução nº 017, de 10/07/2003, publicada no DOU de 11/07/2003, que estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais no âmbito da educação infantil e do ensino fundamental para 2003, alterando a Resolução FNDE/CD nº 13, de 28/04/2003, nas orientações para assistência financeira a programas e projetos educacionais no âmbito da educação infantil, do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos.

Resolução nº 018, de 10/07/2003, publicada no DOU de 11/07/2003, que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado para 2003.

Resolução nº 019, de 14/07/2003, publicada no DOU de 17/07/2003, que estabelece procedimentos relativos a pagamento e parcelamento de débitos do salário-educação. Aplicam-se à contribuição

social do salário-educação, arrecadada pelo FNDE, as disposições constantes da Lei nº 10.684, de 2003, que versam sobre parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal, à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social e dá outras providências.

Resolução nº 020, de 23/07/2003, publicada no DOU de 25/07/2003, que institui o Programa-Piloto de Uniformes Escolares, no exercício de 2003, para alunos da 1ª à 8ª série do ensino fundamental das escolas da rede pública estadual e municipal cadastradas no Censo Escolar do ano anterior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP/MEC.

Resolução nº 021, de 11/08/2003, publicada no DOU de 14/08/2003, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito do ensino fundamental, para o ano de 2003, à Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, destinada à capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias no ensino fundamental.

Resolução nº 022, de 11/08/2003, publicada no DOU de 14/08/2003, que aprova a assistência financeira no âmbito da educação fundamental à Secretaria de Educação Fundamental do MEC para elaboração, implantação e implementação do Sistema Nacional de Formação Continuada e Certificação de Professores, com programas de valorização de professores, elaboração e implementação de matrizes nacionais de referência, instituição do exame nacional de certificação, fortalecimento de sistemas de avaliações estaduais, fomento à oferta de produtos e serviços e fortalecimento institucional, além de estabelecimento de metas e parâmetros para o programa Escola Básica Ideal.

Resolução nº 023, de 11/08/2003, publicada no DOU de 14/08/2003, que aprova a assistência financeira suplementar a projeto educacional, no âmbito da educação fundamental, para 2003, à Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, destinada à capacitação e mobilização de recursos humanos, bem como a ampliação do alcance das iniciativas empreendidas na aplicação das tecnologias de informação por meio de parcerias internacionais.

Resolução nº 024, de 11/08/2003, publicada no DOU de 12/08/2003, que dispõe sobre a execução do processo de editoração (adaptação, transcrição e revisão) e impressão de livros em braille, por intermédio dos programas do livro, e aprova a assistência técnica e financeira a projeto educacional, no âmbito da educação especial, por meio da mútua cooperação entre o FNDE e órgãos federais, autarquias, fundações públicas federais e/ou instituições privadas sem fins lucrativos visando à editoração (adaptação, transcrição e revisão) e à impressão das obras que compõem os programas do livro para garantir ao educando cego o acesso igualitário ao livro avaliado pedagogicamente.

Resolução nº 025, de 13/08/2003, publicada no DOU de 19/08/2003, que altera a Resolução CD/FNDE nº 12 e o Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais aprovado pela Resolução CD/FNDE nº 13, de 28/04/2003, e revoga a Resolução CD/FNDE nº 17/2003.

Resolução nº 026, de 04/09/2003, publicada no DOU de 08/09/2003, que aprova a assistência financeira destinada à Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS-RJ para a produção de *software* tradutor de língua portuguesa para língua brasileira de sinais.

Resolução nº 027, de 04/09/2003, publicada no DOU de 08/09/2003, que altera dispositivo da Resolução nº 12, de 28/04/2003, passando a vigorar com a seguinte redação: “Os projetos específicos a que se refere esta resolução, exceto os da modalidade educação especial, deverão ser entregues na Coordenação de Orientação e Análise de Projetos Educacionais – COAPE, imprerivelmente, até o dia 30/09/2003.

Resolução nº 028, de 04/09/2003, publicada no DOU de 08/09/2003, que orienta os sistemas de ensino que se encontram em situação irregular na execução do Programa de Apoio a Estados e Municípios para a Educação Fundamental de Jovens e Adultos Fazendo Escola, aprovado pela Resolução CD/FNDE nº 05, de 2 de abril de 2003, e dá outras providências.

Resolução nº 029, de 04/09/2003, publicada no DOU de 08/09/2003, que aprova a assistência financeira destinada à União Brasileira de Cegos, no Estado de Santa Catarina, para a realização do X Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, atendendo às seguintes especificações: passagens de conferencistas, hospedagem de conferencistas, alimentação de conferencistas, material de consumo, material institucional e locação de veículo.

Atos submetidos à deliberação do CD/FNDE

JULGAMENTO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Nº	Nº Processo	Interessado
1	23034.004513/98-67	Usina de Açúcar Santa Teresinha
2	23034.000023/2000-31	Santista Alimentos S/A
3	23034.000698/97-31	Tecumseh do Brasil Ltda
4	23034.000257/2000-88	Ceman Central de Manutenção – RJ
5	23034.000250/2000-66	Ceman Central de Manutenção – RJ
6	23034.000255/2000-99	Ceman Central de Manutenção – RJ
7	23034.000252/2000-55	Ceman Central de Manutenção – RJ
8	23034.000253/2000-08	Ceman Central de Manutenção – RJ
9	23034.014421/2000-34	Caixa Econômica Federal
10	23034.014398/2000-88	Caixa Econômica Federal
11	23034.014412/2000-43	Caixa Econômica Federal
12	23034.014403/2000-52	Caixa Econômica Federal
13	23034.014428/2000-56	Caixa Econômica Federal
14	23034.014422/2000-89	Caixa Econômica Federal
15	23034.014406/2000-96	Caixa Econômica Federal
16	23034.014418/2000-11	Caixa Econômica Federal
17	23034.014417/2000-76	Caixa Econômica Federal
18	23034.014414/2000-32	Caixa Econômica Federal
19	23034.014419/2000-65	Caixa Econômica Federal
20	23034.014402/2000-16	Caixa Econômica Federal
21	23034.014411/2000-07	Caixa Econômica Federal
22	23034.014413/2000-98	Caixa Econômica Federal
23	23034.014401/2000-63	Caixa Econômica Federal
24	23034.024699/2001-09	Coop. Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais
25	23034.001080/2001-18	CIA Espírito Santense de Saneamento – CESAN – ES
26	23034.004711/96-69	Itaú Seguros S/A
27	23034.001034/2001-19	BRB – Banco de Brasília S/A – DF
28	23034.006479/97-11	Construtora Andrade Gutierrez S/A
29	23034.001237/98-85	Banco do Estado do Rio de Janeiro S/A
30	23034.025051/99-01	Florestas Rio Doce S/A
31	23034.025053/99-28	Florestas Rio Doce S/A
32	23034.025055/99-53	Florestas Rio Doce S/A
33	23034.004550/98-93	Florestas Rio Doce S/A
34	23034.002021/2001-67	Banco Bradesco S/A
35	23034.002020/2001-12	Banco Bradesco S/A
36	23034.002023/2001-56	Banco Bradesco S/A
37	23034.002032/2001-47	Banco Bradesco S/A
38	23034.002019/2001-98	Banco Bradesco S/A
39	23034.002011/2001-21	Banco Bradesco S/A
40	23034.002022/2001-10	Banco Bradesco S/A
41	23034.002014/2001-65	Banco Bradesco S/A
42	23034.002009/2001-52	Banco Bradesco S/A
43	23034.002029/2001-23	Banco Bradesco S/A
44	23034.002016/2001-54	Banco Bradesco S/A
45	23034.002024/2001-09	Banco Bradesco S/A
46	23034.002013/2001-11	Banco Bradesco S/A
47	23034.002031/2001-01	Banco Bradesco S/A
48	23034.002026/2001-90	Banco Bradesco S/A
49	23034.002017/2001-07	Banco Bradesco S/A
50	23034.002018/2001-43	Banco Bradesco S/A
51	23034.002025/2001-45	Banco Bradesco S/A
52	23034.002012/2001-76	Banco Bradesco S/A
53	23034.002008/2001-16	Banco Bradesco S/A
54	23034.002030/2001-58	Banco Bradesco S/A
55	23034.002028/2001-89	Banco Bradesco S/A
56	23034.002027/2001-34	Banco Bradesco S/A
57	23034.002015/2001-18	Banco Bradesco S/A
58	23034.002010/2001-87	Banco Bradesco S/A

Resolução nº 030, de 24/09/2003, publicada no DOU de 02/10/2003, que aprova a assistência financeira, em caráter suplementar, no âmbito do Ensino Fundamental, à Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC, destinada à aquisição de equipamentos de informática.

Resolução nº 031, de 30/09/2003, publicada no DOU de 02/10/2003, que aprova o texto consolidado do Regimento Interno do Conselho Deliberativo do FNDE.

221ª Reunião, realizada em 17/12/2003

Resolução nº 032 de 01/10/2003, publicada no DOU de 02/10/2003, que sistematiza e consolida os procedimentos administrativos referentes à aplicação das penalidades oriundas dos contratos administrativos da execução dos programas educacionais de competência da Diretoria de Ações de Assistência Educacional – DIRAE e dá outras providências.

Resolução nº 033, de 01/10/2003, publicada no DOU de 02/10/2003, que sistematiza e consolida os procedimentos administrativos para parcelamento de débitos com o FNDE oriundos de contratos administrativos.

Resolução nº 034, de 01/10/2003, publicada no DOU de 06/10/2003, que dispõe sobre a sistematização e consolidação do modelo de cálculo de multas a ser aplicado nos contratos administrativos de execução dos programas educacionais de competência da Diretoria de Ações de Assistência Educacional – DIRAE, e dá outras providências.

Resolução nº 035, de 01/10/2003, publicada no DOU de 02/10/2003, que estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros, à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/2001, para aquisição exclusiva de gêneros alimentícios, para as secretarias de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios e para as escolas federais.

Resolução nº 036, de 01/10/2003, publicada no DOU de 14/10/2003, que altera dispositivo da Resolução CD/FNDE nº 09, de 22/04/2003.

Resolução nº 037, de 13/10/2003, publicada no DOU de 15/10/2003, que aprova a execução da Campanha Nacional de Reabilitação Visual Olho no Olho, no âmbito do Programa Nacional de Saúde do Escolar, para o exercício de 2003.

Resolução nº 038, de 15/10/2003, publicada no DOU de 23/10/2003, que as escolas do ensino médio das redes estaduais, do Distrito Federal e municipal de livros didáticos de qualidade para uso dos alunos abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática, por meio do Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio – PNLEM.

Resolução nº 039, de 21/10/2003, publicada no DOU de 29/10/2003, que aprova assistência financeira suplementar a projeto educacional no âmbito da educação especial para 2003 à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso, à Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e à Gerência de Estado de Desenvolvimento Humano do Estado do Maranhão para a realização de capacitação de docentes das oficinas pedagógicas da educação especial.

Resolução nº 040, de 29/10/2003, publicada no DOU de 31/10/2003, que aprova a assistência financeira destinada à Associação Brasileira de Assistência a Deficientes Visuais – Laramara/SP para elaboração, produção, reprodução e distribuição de material pedagógico destinado às escolas públicas, aos centros de apoio pedagógico (Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual – esfera administrativa pública estadual), às instituições públicas e privadas filantrópicas, às universidades públicas e a outras agências formadoras (públicas ou privadas sem fins lucrativos), visando a aprimorar o atendimento aos portadores de deficiência visual.

Resolução nº 041, de 29/11/2003, publicada no DOU de 31/10/2003, que acrescenta parágrafo ao art. 5º da Resolução CD/FNDE nº 003, de 27/02/2003, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, e dá outras providências.

Resolução nº 042, de 30/10/2003, publicada no DOU de 03/11/2003, que altera o *caput* do item 2.14 do Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais e aprova assistência financeira suplementar a projeto educacional no âmbito do ensino fundamental.

Resolução nº 043, de 31/10/2003, publicada no DOU de 04/11/2003, que aprova assistência financeira destinada à Secretaria da Ciência e Tecnologia do Ceará para a realização de Olimpíada de Matemática em municípios do Estado.

Resolução nº 044, de 31/10/2003, publicada no DOU de 04/11/2003, que altera o parágrafo segundo do subitem 2.3 do *Manual de Orientações para Assistência Financeira a Programas e Projetos Educacionais*, aprovado pela Resolução CD/FNDE nº 13, de 28 de abril de 2003.

Resolução nº 045, de 31/10/2003, publicada no DOU de 04/11/2003, que estabelece critérios para o repasse de recursos financeiros à conta do PNAE, previstos na Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, para o atendimento dos alunos da educação infantil e ensino fundamental matriculados em escolas de educação indígena.

Resolução nº 046, de 05/11/2003, publicada no DOU de 07/11/2003, que altera o artigo 2º e os seus parágrafos 1º, 2º e 5º da Resolução CD/FNDE nº 18/2003, de 10/07/2003, e dá outras providências.

Resolução nº 047, de 12/11/2003, publicada no DOU de 13/11/2003, que aprova a assistência financeira, no âmbito da educação fundamental, à Representação do MEC no Estado de São Paulo – Remec/SP, destinada à execução de ações voltadas para inspeção em empresas e escolas conveniadas com o FNDE/PROINSPE.

Resolução nº 048, de 12/11/2003, publicada no DOU de 13/11/2003, que aprova a assistência financeira, no âmbito da educação fundamental, à Representação do MEC no Estado do Rio de Janeiro – REMEC/RJ, destinada à execução de ações voltadas para a inspeção em empresas e escolas conveniadas com o FNDE/PROINSPE.

Resolução nº 049, de 20/11/2003, publicada no DOU de 21/11/2003, que determina a distribuição das coleções de literatura e de informação do Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE/2003 constantes da Portaria nº 232, de 28/08/2003, no âmbito da ação *Casa da Leitura*, às secretarias de Educação estaduais e municipais constantes do Censo Escolar publicado pelo INEP, que aderirem a esta ação do programa.

Resolução nº 050, de 24/11/2003, publicada no DOU de 26/11/2003, que aprova a assistência financeira para o Ministério do Esporte destinada ao reforço alimentar dos alunos matriculados em escolas da rede pública do ensino fundamental participantes do projeto Segundo Tempo.

Resolução nº 051, de 26/11/2003, publicada no DOU de 01/12/2003, que aprova a assistência financeira destinada à Secretaria de Educação do Estado do Piauí para ação de formação continuada de docentes para atendimento aos alunos que apresentam dificuldades no processo ensino-aprendizagem.

Resolução nº 052, de 26/11/2003, publicada no DOU de 01/12/2003, que aprova a assistência financeira destinada à Fundação São Paulo para ação de formação continuada de docentes e produção de material didático em atendimento ao projeto Unitrabalho voltado para a melhoria da aprendizagem de alunos trabalhadores.

Resolução nº 053, de 09/12/2003, publicada no DOU de 10/12/2003, que regulamenta o Programa de Infra-estrutura Física e de Equipamentos das Escolas Públicas (Proideal), bem como o apoio ao transporte do escolar, como parte do elenco das ações a serem implementadas para a consolidação da escola básica ideal.

Resolução nº 054, de 09/12/2003, publicada no DOU de 16/12/2003, que aprova a assistência financeira, no âmbito da educação fundamental, à Secretaria de Educação a Distância – SEED/MEC para as ações de produção e veiculação de vídeos educativos; revisão, editoração e fotolitagem; produção de material impresso; produção e distribuição de material didático; e capacitação de professores para utilização de novas tecnologias, com ênfase na *TV Escola*.

Resolução nº 055, de 10/12/2003, publicada no DOU de 16/12/2003, que aprova a assistência financeira destinada ao município de Bagé (RS) para composição de escola.

Resolução nº 056, de 11/12/2003, publicada no DOU de 12/12/2003, que acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao art. 3º da Resolução CD/FNDE nº 003, de 27/02/2003, que dispõe sobre os critérios e as formas de transferência e de prestação de contas dos recursos destinados à execução do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE e dá outras providências.

Atos submetidos à deliberação do Conselho Deliberativo do FNDE

JULGAMENTO DOS PROCESSOS DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Processo n.º	Interessado
23034.000193/96-12	Lucas Diesel do Brasil Ltda
23034.021527/2001-75	S/A Transporte Itaipava – RJ
23034.000602/2002-45	Virgolino de Oliveira Catanduva S/A Açúcar e Alcool – SP
23034.014449/2000-71	Estofados Mannes Ltda – SC
23034.000169/2002-48	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A SP
23034.005132/2002-14	CERNE Cerâmicas Reunidas Ltda – DF
23034.000180/2002-16	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A SP
23034.000171/2002-17	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A MG
23034.000182/2002-05	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A SP
23034.000616/2002-69	Virgolino de Oliveira Catanduva S/A Açúcar e Alcool – SP
23034.005176/2002-36	Pedreira Dinâmica Ltda – SE
23034.000172/2002-61	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A GO
23034.000183/2002-41	Aché Laboratórios Farmacêuticos S/A SP
23034.000559/95-73	Banco do Estado de São Paulo S/A
23031.003001/94-61	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000562/95-88	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.008699/94-45	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000544/95-04	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000621/95-45	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000566/95-39	Banco do Estado de São Paulo S/A
23031.000237/97-34	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000615/95-42	Teka Tecelagem Kuehnrich
23034.000567/95-00	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000613/95-17	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000557/95-48	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000604/95-26	Banco do Estado de São Paulo S/A
23034.000177/2002-94	Aché Laboratórios Farmacêuticos CE
23034.000162/95-08	Caixa Econômica Federal – RJ
23034.014745/99-50	União Administradora de Consórcios S/C Ltda e Outros
23031.001604/95-37	Maquille Máquinas e Moldes Ltda
23034.014427/2000-10	Caixa Econômica Federal – AL
23034.014429/2000-09	Caixa Econômica Federal – RO
23034.014405/2000-41	Caixa Econômica Federal – AP
23034.014423/2000-23	Caixa Econômica Federal – PA
23034.014424/2000-78	Caixa Econômica Federal – PB
23034.014425/2000-12	Caixa Econômica Federal – SE
23034.014409/2000-20	Caixa Econômica Federal – PI
23034.014432/2000-14	Caixa Econômica Federal – PR

23034.022632/2002-11
23034.00168/2002-01
23034.004093/96-10

Nacional Gás Butano Distribuidora Ltda – CE
Ache Laboratórios Farmacêuticos
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

Resolução nº 057, de 17/12/2003, publicada no DOU de 18/12/2003, que aprova a assistência financeira, em caráter suplementar, no âmbito da educação especial, à Secretaria de Educação Especial – SEESP/MEC, destinada à capacitação de professores e à aquisição de equipamentos e materiais para implantação de laboratórios de informática.

Resolução nº 058, de 17/12/2003, publicada no DOU de 18/12/2003, que aprova a assistência financeira destinada ao município de Imperatriz (MA), para composição de escola.

Resolução nº 059, de 17/12/2003, publicada no DOU de 18/12/2003, que aprova a assistência financeira, no âmbito da educação fundamental, à Secretaria de Educação à Distância – SEED/MEC para a aquisição de equipamentos de rádio, beneficiando escolas da Região Centro-Oeste nos Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

Resolução nº 060, de 17/12/2003, publicada no DOU de 19/12/2003, que estabelece os critérios e os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos visando ao desempenho das atividades delegadas a que se refere a Portaria nº 3.076/2003.

Apresentação da Nota Técnica nº 08/2003, relativa ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna de 2004.

5 Desempenho Institucional

5.1 Planejamento

Para efeito de planejamento, no decurso de 2003 foram mantidos os propósitos de apoiar as relações institucionais da Autarquia, acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA/2003 e no Plano Plurianual de Atividades – PPA 2000/2003; tornar disponíveis as informações gerenciais pertinentes às questões orçamentárias e aquelas relativas à execução física e financeira dos programas e ações de Governo implementadas pelo FNDE; além de disseminar as informações e dados gerais sobre as atividades da Autarquia.

Ainda no exercício de 2003, envidaram-se esforços para a construção do PPA 2004-2007 e às medidas do que se denominou *Alinhamento Estratégico de 2003* para adequação na execução do orçamento de 2003, em razão da coexistência do PPA 2000-2003, e às prioridades definidas pelo Governo.

Sucessivas reuniões com a SPO/MEC e as secretarias-fim do Ministério foram realizadas para ajustes nas metas físicas contidas no Projeto de Lei Orçamentária de 2004. O objetivo é compatibilizá-las com o PPA 2004-2007.

Os programas e ações de Governo gerenciados pelo FNDE em 2003 estão descritos no quadro do subitem 5.1.1.

5.1.1 Programas e Ações de Governo Coordenados pelo FNDE

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA
0304	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO – FUNDEF
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
0513	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE
0517	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL
2062	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
2064	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
3693	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA II
3699	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR
4041	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO
4042	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL
4045	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL
4046	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL
4389	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA
5079	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA III
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS
1181	EQUIPAMENTOS PARA A TV ESCOLA
2337	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENS. FUND. P/ IMPLEMENT. DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
3160	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS P/ O USO DE TECNOLOG. ENS. FUND.
3697	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – PROINFO
4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR – ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
0081	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL
0507	FOMENTO A PROJ. ESPEC. P/ OFERTA ENS. FUND. A JOVENS E ADULTOS
2335	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
3842	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – INCENTIVO DA UNIÃO PARA OS ALFABETIZADORES
3844	CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES
4397	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
0511	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
6113	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MATERIAL DIDÁT. P/ EDUCAÇÃO ESPECIAL
6123	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL
6137	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL
6141	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO
4029	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA
2331	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
4519	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL
5612	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS
1115	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS
3089	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA
4047	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA
4521	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS
0668	PAZ NAS ESCOLAS
5396	CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS
7113	EDIÇÃO, COPIAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE
2025	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS
0369	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO

Fonte: FNDE/DIOF

5.1.2 Informações Gerenciais

A série Relatórios Gerenciais, instituída a partir do interesse de três entes da hierarquia do FNDE – Diretoria Financeira, Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento e Coordenação de Planejamento –, difundida desde 1998, consolidou-se como ferramenta de consulta para dirigentes e funcionários da Autarquia e do MEC, além do público externo.

Com intervalo mensal, ela traduz dados relativos aos programas e ações de Governo gerenciadas pelo FNDE, as metas físicas e financeiras, a execução orçamentária, o desempenho da arrecadação e a distribuição dos recursos destinados à educação pública brasileira. Também resume a preocupação da administração no tratamento das informações e a forma de expressá-las, a fim de que a sociedade possa constatar a contribuição efetiva do Governo no processo de mudanças no Brasil, alicerçado na educação de qualidade para todos.

5.2 Arrecadação do Salário-Educação

O salário-educação é uma contribuição social prevista no artigo 212, § 5º, da Constituição Federal, regulamentada pelas Leis nº 9.424/96 e nº 9.766/98 e pelo Decreto nº 3.142/99. A alíquota é de 2,5%, incidente sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais.

Em 30/12/2003, foi publicada nova regulamentação da contribuição social do salário-educação, alterando sua destinação e percentuais de distribuição. Porém, a mudança, contida na Lei nº 10.832/03 só surtirá efeito a partir de fevereiro de 2004 – primeiro repasse do exercício, o qual será tratado no Relatório Anual de 2004.

Tal contribuição constitui-se em fonte adicional de financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a universalização do ensino fundamental público. Podendo, ainda, ser aplicada na educação especial, desde que vinculada ao referido nível de ensino.

O recolhimento da contribuição social do salário-educação é realizado da seguinte forma:

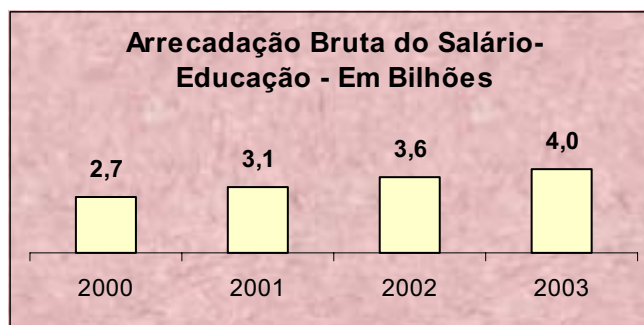
1. Ao INSS, por meio da Guia da Previdência Social – GPS, na rubrica “Outras Entidades” – campo 9, como regra geral; e
2. Diretamente ao FNDE, por meio do Comprovante de Arrecadação Direta – CAD, distribuído pela Autarquia anualmente, em carnê, nos casos de empresas que optaram pelo Sistema de Manutenção de Ensino Fundamental – SME ou pela arrecadação direta.

Define-se como arrecadação bruta, o somatório da arrecadação realizada diretamente pelo FNDE com a parcela cuja contribuição se deu via INSS.

Por força do Decreto nº 3.142/99, os recursos oriundos da arrecadação bruta do salário-educação têm a seguinte destinação (válida para a distribuição dos recursos do exercício de 2003):

- taxa de administração devida ao INSS, correspondente a 1% do montante por ele arrecadado;
- despesas realizadas com o Sistema de Manutenção do Ensino – SME, autorizadas em lei, com dotação orçamentária específica na fonte de recursos 0176;
- quota federal destinada ao FNDE, correspondente a um terço do montante líquido dos recursos arrecadados;
- quota estadual destinada a estados, Distrito Federal e municípios, correspondente a dois terços do montante líquido dos recursos arrecadados, cujo repasse ocorre mensal e automaticamente, de forma proporcional ao valor arrecadado em cada unidade da Federação.

5.2.1 Evolução Histórica da Arrecadação Bruta do Salário-Educação – 2000 a 2003 (R\$)



A tabela abaixo permite identificar as variações mensais ocorridas na arrecadação bruta do salário-educação no exercício de 2003, comparando-as às variações ocorridas no exercício de 2002.

TABELA 14 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO BIÊNIO 2002-2003

MÊS	2002	PART.(%)	2003	PART.(%)	% 2003/2002
JAN	365.692.034,51	9,99	413.465.899,54	10,32	13,06
FEV	261.071.869,64	7,13	278.912.706,05	6,96	6,83
MAR	269.028.518,94	7,35	293.029.668,70	7,32	8,92
ABR	285.716.357,54	7,80	294.320.542,42	7,35	3,01
MAIO	275.391.254,97	7,52	298.473.846,58	7,45	8,38
JUN	268.461.332,90	7,33	299.229.512,99	7,47	11,46
JUL	264.752.969,73	7,23	306.687.035,68	7,66	15,84
AGO	320.378.081,33	8,75	313.642.785,08	7,83	-2,10
SET	289.251.354,61	7,90	329.198.537,12	8,22	13,81
OUT	303.270.108,74	8,28	324.900.641,14	8,11	7,13
NOV	308.535.225,66	8,43	360.313.486,36	9,00	16,78
DEZ	449.178.795,95	12,27	493.001.090,08	12,31	9,76
TOTAL	3.660.727.904,52	100,00	4.005.175.751,74	100,00	9,41

Fonte: Fnde/Dirof

Da arrecadação bruta em 2003, R\$ 2,05 bilhões foram recolhidos diretamente ao FNDE e R\$ 1,95 bilhão por intermédio do INSS.

TABELA 15 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA FNDE BIÊNIO 2002-2003

Mês	2002	2003	%2003/2002
JAN	149.919.309,97	165.592.659,25	10,45
FEV	145.271.869,64	156.212.706,05	7,53
MAR	148.228.518,94	152.029.668,70	2,56
ABR	159.816.357,54	146.320.542,42	-8,44
MAIO	148.391.254,97	146.473.846,58	-1,29
JUN	137.461.332,90	148.229.512,99	7,83
JUL	132.752.969,73	153.687.035,68	15,77
AGO	184.078.081,33	158.142.785,08	-14,09
SET	150.151.354,61	163.198.537,12	8,69
OUT	153.770.108,74	155.400.641,14	1,06
NOV	151.835.225,66	176.813.486,36	16,45
DEZ	290.178.795,95	328.601.090,08	13,24
TOTAL	1.951.855.179,98	2.050.702.511,45	5,06

Fonte: Fnde/Dirof

TABELA 16 – COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA INSS BIÊNIO 2002-2003

Mês	2002	2003	% 2003/2002
JAN	215.772.724,54	247.873.240,29	14,88
FEV	115.800.000,00	122.700.000,00	5,96
MAR	120.800.000,00	141.000.000,00	16,72
ABR	125.900.000,00	148.000.000,00	17,55
MAIO	127.000.000,00	152.000.000,00	19,69
JUN	131.000.000,00	151.000.000,00	15,27
JUL	132.000.000,00	153.000.000,00	15,91
AGO	136.300.000,00	155.500.000,00	14,09
SET	139.100.000,00	166.000.000,00	19,34
OUT	149.500.000,00	169.500.000,00	13,38
NOV	156.700.000,00	183.500.000,00	17,10
DEZ	159.000.000,00	164.400.000,00	3,40
TOTAL	1.708.872.724,54	1.954.473.240,29	14,37

Fonte: Fnde/Dirof

As tabelas a seguir demonstram, respectivamente, a distribuição da arrecadação bruta do salário-educação e os valores repassados às secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal a título de quota estadual.

TABELA 17 – DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR UF

UF	TOTAL REPASSADO	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO
AC	1.802.217,53	0,07
AP	1.896.329,40	0,07
AM	25.257.849,80	0,95
PA	25.588.555,34	0,96
RO	6.745.983,10	0,25
RR	1.171.023,57	0,04
TO	3.675.533,78	0,14
N	66.137.492,52	2,49
AL	9.647.773,00	0,36
BA	76.716.382,98	2,89
CE	35.028.464,48	1,32
MA	13.043.835,38	0,49
PB	14.117.818,93	0,53
PE	53.283.195,13	2,01
PI	9.428.412,65	0,36
RN	14.255.939,20	0,54
SE	12.507.752,15	0,47
NE	238.029.573,90	8,96
ES	41.146.862,32	1,55
MG	201.208.960,69	7,58
RJ	330.887.766,10	12,46
SP	1.214.764.277,48	45,74
SE	1.788.007.866,59	67,33
PR	145.189.730,69	5,47
RS	181.442.465,10	6,83
SC	96.101.706,31	3,62
S	422.733.902,10	15,92
DF	63.354.266,82	2,39
GO	42.499.439,24	1,60
MS	17.717.746,55	0,67
MT	17.273.725,16	0,65
CO	140.845.177,77	5,30
BRASIL	2.655.754.012,88	100,00

Fonte: Fnde/Dirof

TABELA 18 – DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – 2003

	VALOR
ARRECADAÇÃO BRUTA	4.005.175.751,74
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (INSS)	19.544.732,40
RECURSO DO FNDE	2.000.000,00
ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	3.983.631.019,34
COTA FEDERAL	1.327.877.006,45
COTA ESTADUAL	2.655.754.012,89

Fonte: Fnde/Dirof

5.3 Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental – SME

O Sistema de Manutenção do Ensino Fundamental – SME é um programa pelo qual uma empresa, no exercício de direito adquirido anteriormente à Emenda Constitucional nº 14/96, oferece ensino fundamental a empregados e dependentes. A empresa formaliza ou renova, no mês de janeiro, a opção pelo SME mediante preenchimento do formulário *Autorização de Manutenção de Ensino – FAME*, distribuído pelo FNDE ou por meio eletrônico.

Novas empresas e novos estabelecimentos de empresas já existentes ou, ainda, de empresas existentes que venham a receber empregados responsáveis por alunos beneficiados podem formalizar a opção pelo SME e passar a arrecadar a contribuição do salário-educação diretamente ao FNDE. Todavia, é vedada a inclusão de novos alunos. Somente podem permanecer até a conclusão do ensino fundamental os alunos atendidos regularmente na condição de beneficiários em dezembro de 1996.

A tabela a seguir apresenta dados consolidados dos valores repassados e da quantidade de alunos e escolas atendidas por todas as modalidades do SME (escola própria, aquisição de vagas e indenização de dependentes).

TABELA 19 – DADOS CONSOLIDADOS DAS MODALIDADES DO SME – 2003

(R\$)					
UF/REGIÃO (A)	ESCOLAS (B)	ALUNOS (C)	VALOR (D)*	PARTICIPAÇÃO % (E)	VALOR EXECUTADO (F)**
AC	0	27	6.804,00	0,07	0,00
AP	0	317	79.884,00	0,88	0,00
AM	0	5	1.260,00	0,01	0,00
PA	1	512	129.024,00	1,42	0,00
RO	0	28	7.056,00	0,08	0,00
RR	0	3	756,00	0,01	0,00
TO	0	21	5.292,00	0,06	0,00
N	1	913	230.076,00	2,53	0,00
AL	0	452	113.904,00	1,25	0,00
BA	3	3.333	839.916,00	9,23	861,00
CE	7	1.117	281.484,00	3,09	3.066,00
MA	0	426	107.352,00	1,18	0,00
PB	9	277	69.804,00	0,77	2.079,00
PE	3	2.254	568.008,00	6,24	4.599,00
PI	0	536	135.072,00	1,48	0,00
RN	1	371	93.492,00	1,03	0,00
SE	1	527	132.804,00	1,46	0,00
NE	24	9.293	2.341.836,00	25,73	10.605,00
ES	0	1.325	333.900,00	3,67	0,00
MG	1	2.526	636.552,00	6,99	0,00
RJ	7	5.845	1.472.940,00	16,18	8.169,00
SP	150	9.853	2.482.956,00	27,28	251.916,00
SE	158	19.549	4.926.348,00	54,12	260.085,00
PR	0	1.672	421.344,00	4,63	0,00
RS	1	1.201	302.652,00	3,33	399,00
SC	0	1.484	373.968,00	4,11	0,00
S	1	4.357	1.097.964,00	12,07	399,00
DF	1	915	230.580,00	2,53	546,00
GO	1	639	161.028,00	1,77	0,00
MS	0	180	45.360,00	0,50	0,00
MT	1	271	68.292,00	0,75	798,00
CO	3	2.005	505.260,00	5,55	1.344,00
BRASIL	187	36.117	9.101.484,00	100,00	272.433,00

Fonte: FNDE/DIOF

Obs.: o resultado na Coluna D é igual ao nº de alunos (coluna C) vezes o valor da vaga (R\$ 21,00) vezes 12 meses.

Notas:

(*) Resultado da soma dos valores executados no orçamento do FNDE com os valores retidos e aplicados pelas empresas contribuintes do salário-educação.

(**) Valores pagos às escolas particulares contratadas pelo SME referentes aos serviços prestados no exercício de 2002 e nos exercícios anteriores (reconhecimento de dívida).

Valor da Bolsa (vaga) do SME

O atendimento aos beneficiários do SME, em qualquer das modalidades, é prestado de acordo com o valor da bolsa, fixado em R\$ 21,00 ao mês pelo Conselho Deliberativo do FNDE desde o segundo semestre de 1995. Nas modalidades em que a empresa deixa de realizar o recolhimento da contribuição devida (modalidade escola própria e indenização de dependentes), a base de cálculo do valor a ser por ela retido é o produto entre o número de alunos e o valor da bolsa fixado. Os eventuais saldos dessa operação são recolhidos ao FNDE.

Modalidades do SME:

Escola Própria

Alternativa pela qual a empresa, mantendo estabelecimento de ensino, garante o ensino fundamental gratuito aos empregados e dependentes. Do recolhimento mensal ao FNDE, a título de salário-educação, é deduzida a importância correspondente ao número de alunos beneficiados vezes o valor

de R\$ 21,00, pertinente à vaga. Os quantitativos de escolas, alunos e valor aplicado nessa modalidade por unidade da Federação constam da tabela a seguir.

TABELA 20 – MODALIDADE ESCOLA PRÓPRIA – 2003

UF	ESCOLAS (B)	ALUNOS (C)	VALOR (D)*	PARTICIPAÇÃO % (E)
PARÁ	1	42	10.584,00	93,33
PERNAMBUCO	1	3	756,00	6,67
BRASIL	2	45	11.340,00	100,00

Fonte: FNDE/DIOF

Obs.: o resultado na Coluna D é igual ao nº de alunos (coluna C) vezes o valor da vaga (R\$ 21,00) vezes 12 meses.

(*) Retenção efetuada pelas empresas contribuintes do SME (art. 6º da Resolução n.º 2, de 7/12/2001).

Indenização de Dependentes

Trata-se de alternativa pela qual a empresa reembolsa aos empregados a importância de R\$ 126,00, correspondente ao somatório, no semestre, do valor pertinente à vaga.

Fazem jus ao reembolso os empregados que comprovem frequência regular e a quitação das mensalidades de seus dependentes em estabelecimentos de ensino particular. A empresa pode, durante o semestre, capitalizar os recursos financeiros, deduzindo-os dos recolhimentos mensais a título de contribuição social do salário-educação ao FNDE.

As informações das empresas para atualização do cadastro dos alunos beneficiários são encaminhadas, por meio eletrônico, nos prazos fixados e em conformidade com as orientações fornecidas pela Autarquia. O número de alunos, os valores aplicados nessa modalidade e sua distribuição pelas unidades da Federação estão demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 21 – MODALIDADE INDENIZAÇÃO DE DEPENDENTES – 2003

UF/REGIÃO (A)	ALUNOS (B)	VALOR (C)*	PARTICIPAÇÃO % (D)
AC	27	6.804,00	0,08
AP	317	79.884,00	0,91
AM	5	1.260,00	0,01
PA	470	118.440,00	1,35
RO	28	7.056,00	0,08
RR	3	756,00	0,01
TO	21	5.292,00	0,06
N	871	219.492,00	2,50
AL	452	113.904,00	1,30
BA	3.324	837.648,00	9,55
CE	1.094	275.688,00	3,14
MA	426	107.352,00	1,22
PB	237	59.724,00	0,68
PE	2.224	560.448,00	6,39
PI	536	135.072,00	1,54
RN	369	92.988,00	1,06
SE	527	132.804,00	1,51
NE	9.189	2.315.628,00	26,39
ES	1.325	333.900,00	3,81
MG	2.514	633.528,00	7,22
RJ	5.798	1.461.096,00	16,65
SP	8.772	2.210.544,00	25,19
SE	18.409	4.639.068,00	52,87
PR	1.672	421.344,00	4,80
RS	1.199	302.148,00	3,44
SC	1.484	373.968,00	4,26
S	4.355	1.097.460,00	12,51
DF	913	230.076,00	2,62
GO	637	160.524,00	1,83
MS	180	45.360,00	0,52
MT	266	67.032,00	0,76
CO	1.996	502.992,00	5,73
BRASIL	34.820	8.774.640,00	100,00

Fonte: FNDE/DIOF

Obs.: o resultado na Coluna C é igual ao nº de alunos (coluna D) vezes o valor da vaga (R\$ 21,00) vezes 12 meses.

(*) Retenção efetuada pelas empresas contribuintes do SME (art. 6º da Resolução n.º 2, de 7/12/2001).

Aquisição de Vagas

Alternativa pela qual a empresa, com intermediação do FNDE, adquire vagas na rede particular para garantir ensino fundamental gratuito a empregados e dependentes. Ela recolhe ao FNDE a importância correspondente ao valor mensal devido a título de salário-educação. A demonstração do número de alunos e o valor aplicado por estado nessa modalidade estão na tabela a seguir.

Em 2003, foram empenhados R\$ 1.125.432,00 para essa ação. Executaram-se R\$ 272.433,00. O restante foi inscrito em restos a pagar.

5.4 Programa Integrado de Inspeção em Empresas e Escolas – PROINSPE

O programa tem como objetivo a fiscalização de empresas e escolas em relação às contribuições devidas do salário-educação e sua aplicação.

Base legal e regulamentos:

- Decreto nº 3.034/99
- Decreto nº 3.142/99
- Resolução CD/FNDE nº 15/93
- Resolução CD/FNDE nº 19/2000
- Resolução CD/FNDE nº 36/95

O programa envolve, cada vez mais, a participação das secretarias estaduais e do Distrito Federal de Educação, além das representações do Ministério da Educação (RJ e SP). Secretarias e representações integram-se às inspeções ao fornecer transporte e ceder fiscais, que desempenham as tarefas com os técnicos do FNDE e, posteriormente, visitam empresas e escolas previamente selecionadas para analisar a documentação pertinente, observar a regularidade dos valores recolhidos e verificar a adequação das deduções relativas aos alunos participantes do SME.

As notificações emitidas – os quantitativos e valores podem ser observados com detalhes nas tabelas 22 e 23 – resultam de várias modalidades de fiscalização: inspeções no âmbito do PROINSPE, aferições indiretas, cobranças de deduções indevidas calculadas com o auxílio de sistemas informatizados e, ainda, aquelas baseadas em informações fiscais encaminhadas à Autarquia pelo INSS.

No exercício de 2003, o quantitativo de empresas com débitos constituídos representou 10% do total de empresas que optaram pelo SME.

TABELA 22 – RESULTADO DA ATUAÇÃO DO PROINSPE – 2003

(R\$)							
UF	EMPRESAS INSPECIONADAS	EMPRESAS COM DÉBITO	DEPÓSITO JUDICIAL	DÉBITO NOTIFICADO	DÉBITO NOTIFICADO DE RAI	VALOR CONSOLIDADO	EMPRESAS REGULARIZADAS ANTES DA EMISSÃO DA NOTIFICAÇÃO
AM	21	17	98.157,60	2.349.571,81	-	2.447.729,41	0
PA	11	1	152.089,91	1.863.029,90	-	2.015.119,81	0
N	32	18	250.247,51	4.212.601,71	0,00	4.462.849,22	0
AL	22	17	74.937,17	1.846.401,85	-	1.921.339,02	0
BA	29	18	86.592,55	2.117.868,31	-	2.204.460,86	0
CE	61	28	2.417.681,48	1.925.594,21	23.112,24	4.366.387,93	10
MA	12	7	-	868.938,04	-	868.938,04	1
PE	72	27	619.703,87	2.927.549,99	-	3.547.253,86	2
PI	10	9	-	2.927.729,00	59.886,74	2.987.615,74	0
RN	18	7	-	318.898,54	-	318.898,54	0
SE	224	16	-	541.168,49	-	541.168,49	1
NE	448	129	3.198.915,07	13.474.148,43	82.998,98	16.756.062,48	14
DF	14	6	-	45.046,41	13.168,42	58.214,83	0
GO	23	9	273.412,11	421.929,83	3.957,52	699.299,46	0
MT	20	14	-	340.608,63	-	340.608,63	0
CO	57	29	273.412,11	807.584,87	17.125,94	1.098.122,92	0
ES	15	8	-	2.758.767,55	-	2.758.767,55	0
MG	173	99	1.881.168,17	6.436.978,70	50.902,00	8.369.048,87	2
RJ	160	108	-	46.712.804,88	2.730,00	46.715.534,88	2
SP	298	148	16.277.141,07	17.113.254,35	165.220,97	33.555.616,39	22
SE	646	363	18.158.309,24	73.021.805,48	218.852,97	91.398.967,69	26
PR	97	29	4.319.883,66	4.721.581,73	82.320,00	9.123.785,39	4
RS	57	31	1.924.290,51	1.490.560,41	14.638,00	3.429.488,92	0
SC	46	23	2.647.647,17	3.509.308,69	85.704,42	6.242.660,28	0
S	200	83	8.891.821,34	9.721.450,83	182.662,42	18.795.934,59	4
BRASIL	1383	622	30.772.705,27	101.237.591,32	501.640,31	132.511.936,90	44

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 23 – PROINSPE/INSS – EMPRESAS NOTIFICADAS – 2003

												(R\$)
UF/Região	DEDUÇÃO INDEVIDA		AQUISIÇÃO DE VAGAS		INSS		AFERIÇÃO INDIRETA		PROINSPE		QUANTIDADE (A+C+E+G+I)	VALOR (B+D+F+H+J)
	Quantidade (A)	Valor (B)	Quantidade (C)	Valor (D)	Quantidade (E)	Valor (F)	Quantidade (G)	Valor (H)	Quantidade (I)	Valor (J)		
DF	14	109.235,21			1	4.184,61	1	124.239,79	5	186.016,81	21	423.676,42
GO	7	178.173,57			1	46.458,75	15	110.588,87	23	2.393.034,62	46	2.728.255,81
MS	2	2.915,24							3	178.101,57	5	181.016,81
MT	3	8.784,36					2	14.255,21	9	183.156,28	14	206.195,85
CO	26	299.108,38	0	0,00	2	50.643,36	18	249.083,87	40	2.940.309,28	86	3.539.144,89
AL	11	94.050,42							22	16.243.497,33	33	16.337.547,75
BA	25	1.437.340,26			3	139.500,15	4	31.516,64	26	3.830.061,19	58	5.438.418,24
CE	12	344.826,10					2	189.374,48	32	2.046.020,27	46	2.580.220,85
MA	2	129.215,10							12	989.483,89	14	1.118.698,99
PB	11	41.600,46			1	85.356,06			21	565.783,94	33	692.740,46
PE	15	1.112.680,83	2	35.648,38	8	2.127.273,26	8	197.055,73	40	10.768.232,83	73	14.240.891,03
PI	8	277.760,06							3	79.644,88	11	357.404,94
RN	6	195.221,11	1	76.478,71	3	180.999,83	1	55.310,43	11	368.489,50	22	876.499,58
SE	9	254.892,06			1	5.380,28	1	72.030,84	10	566.949,72	21	899.252,90
NE	99	3.887.586,40	3	112.127,09	16	2.538.509,58	16	545.288,12	177	35.458.163,55	311	42.541.674,74
AC	2	191,69									2	191,69
AP	10	490.185,43							10	2.363.787,40	20	2.853.972,83
AM	1	4.334,88									1	4.334,88
PA	14	290.342,30							7	797.215,00	21	1.087.557,30
RO	3	7.036,65					1	244,32	2	37.044,77	6	44.325,74
RR	-	-									0	0,00
TO	-	-									0	0,00
N	30	792.090,95	0	0,00	0	0,00	1	244,32	19	3.198.047,17	50	3.990.382,44
ES	9	8.688,93			3	69.719,82			11	238.606,93	23	317.015,68
MG	19	3.812.630,88			26	542.846,40	10	382.440,95	57	11.119.901,73	112	15.857.819,96
RJ	33	1.659.530,07	3	10.013,88	19	4.633.162,10	5	70.612,84	58	62.554.351,95	118	68.927.670,84
SP	40	2.124.479,37	3	398.071,79	82	20.804.395,68	34	934.411,58	99	20.638.505,64	258	44.899.864,06
SE	101	7.605.329,25	6	408.085,67	130	26.050.124,00	49	1.387.465,37	225	94.551.366,25	511	130.002.370,54
PR	13	89.396,33			16	8.267.455,46	16	298.405,97	22	4.128.925,36	67	12.784.183,12
RS	9	192.807,68			7	108.615,10	3	26.087,73	29	2.131.421,05	48	2.458.931,56
SC	17	418.731,66			15	557.087,63	1	96.409,07	26	2.165.080,67	59	3.237.309,03
S	39	700.935,67	0	0,00	38	8.933.158,19	20	420.902,77	77	8.425.427,08	174	18.480.423,71
BRASIL	295	13.285.050,65	9	520.212,76	186	37.572.435,13	104	2.602.984,45	538	144.573.313,33	1132	198.553.996,32

Fonte:FNDE/DIOF

TABELA 24 – DEMONSTRATIVO DE PARCELAMENTOS – 2003

										(R\$)
Mês	NOTIFICAÇÕES					Previsto/liquidado (%) (E=D/C)	PARCELAMENTOS			
	Prevista (A)	Liquidada (B)	Previsto (C)	Liquidado (D)			Concedido (F)	Rescindido (G)	Arquivado (H)	
JANEIRO	358	341		2.020.378,93	1.426.566,26	70,61	12	7	10	
FEVEREIRO	363	333		2.130.216,32	1.403.514,18	65,89	5	9	32	
MARÇO	385	355		2.199.469,98	1.439.862,90	65,46	22	1	9	
ABRIL	400	360		2.260.019,28	1.408.477,50	62,32	15	-	-	
MAIO	414	379		2.310.883,89	1.413.558,02	61,17	14	-	10	
JUNHO	449	387		2.824.934,35	2.385.866,13	84,46	35	11	-	
JULHO	639	554		4.249.360,98	3.839.805,58	90,36	190	-	1	
AGOSTO	686	607		4.255.787,27	3.319.843,50	78,01	47	1	-	
SETEMBRO	703	605		4.369.232,19	4.209.325,33	96,34	17	1	-	
OUTUBRO	742	669		4.764.419,82	4.357.815,73	91,47	39	10	2	
NOVEMBRO	752	695		4.820.301,63	4.522.956,65	93,83	10	-	1	
DEZEMBRO	755	703		4.832.473,93	4.404.291,92	91,14	3	1	-	
TOTAL	6646	5988		41.037.478,57	34.131.883,70	83,17	409	41	65	

Fonte: FNDE/DIOF

Notas:

1) Os registros representam o mês-caixa.

2) No mês de julho foram computados os parcelamentos especiais instituídos pelas Medidas Provisórias nºs. 38, 66 e 75/2003, e Leis nºs. 10.637 e 10.684/2003.

5.5 Orçamento

O Orçamento Geral da União relativo ao exercício de 2003 foi aprovado nos termos da Lei nº 10.640, de 14/01/2003. Para o FNDE, foram estabelecidas, inicialmente, despesas no valor de R\$ 5.683.908.840,00, das quais R\$ 4.774.730.094,00 classificadas como orçamento fiscal R\$ 909.178.746,00 como orçamento de seguridade social.

Os recursos originários da contribuição do salário-educação, fonte 113, estabelecidos na mesma lei, incluídas as deduções legais, foram de R\$ 3.979.918.659,00, distribuídos entre cota federal (um terço) e cota estadual (dois terços).

No exercício de 2003, observados os prazos definidos na Portaria SOP/MP nº 03, de 21/02/2003, que normalizou os períodos de solicitação de créditos adicionais, o FNDE teve o orçamento final aprovado no montante de R\$ 6.333.021.146,00 (seis bilhões, trezentos e trinta e três milhões, vinte e um mil, cento e quarenta e seis reais), conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

TABELA 25 – DOTAÇÃO INICIAL E FINAL POR FONTE DE RECURSO – 2003

(R\$)				
FONTES DE RECURSOS		DOTAÇÃO INICIAL (A)	DOTAÇÃO FINAL (B)	% (B/A)
RECURSOS ORDINÁRIOS	100	87.365.434,00	206.275.392,00	136,11
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	112	573.285.847,00	716.522.360,00	24,99
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – OF	113	1.178.944.419,00	1.184.452.583,00	0,47
CONTRIBUIÇÃO SOBRE CONCURSOS DE PROGNÓSTICOS	118	344.804.412,00	344.804.412,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS EXTERNOS – EM MOEDA	148	62.105.294,00	62.105.294,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	153	-	60.609.821,00	-
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	176	36.101.714,00	36.101.714,00	0,00
FUNDO DE COMBATE À ERRADICAÇÃO DA POBREZA	179	535.195.588,00	709.134.754,00	32,50
RECURSOS NÃO-FINANCEIROS DIRETAMENTE ARRECADADOS	250	32.893.160,00	32.893.160,00	0,00
PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	293	156.895.476,00	156.895.476,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	300	-	292.000,00	-
RECURSOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – CONTRAPARTIDA	1112	130.844.361,00	12.150.850,00	-90,71
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – CONTRAPARTIDA	1113	57.298.610,00	158.759.646,00	177,07
PRODUTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS A CONTA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO – CONTRAPARTIDA	1293	15.317.554,00	15.317.554,00	0,00
SUBTOTAL		3.211.051.869,00	3.696.315.016,00	15,11
CONTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO QE	113	2.472.856.971,00	2.636.706.430,00	6,63
TOTAL		5.683.908.840,00	6.333.021.446,00	11,42

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 26 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO – 2003

(R\$)					
CÓDIGO	PROGRAMAS	DOTAÇÃO FINAL 2003	EXECUÇÃO DA DESPESA	% EXECUTADO	SALDO
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.973.260.278,00	2.802.638.822,00	94,26	170.621.456,00
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	87.088.000,00	67.261.503,00	77,23	19.826.497,00
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	519.128.792,00	483.939.922,00	93,22	35.188.870,00
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	22.566.100,00	20.924.753,00	92,73	1.641.347,00
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	1.946.600,00	932.259,00	47,89	1.014.341,00
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	15.840.700,00	9.673.643,00	61,07	6.167.057,00
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	15.316.187,00	15.316.187,00	100,00	0,00
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	450.000,00	321.126,00	71,36	128.874,00
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	200.000,00	23.369,00	11,68	176.631,00
0668	PAZ NAS ESCOLAS	1.300.000,00	1.022.246,00	78,63	277.754,00
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	55.313.034,00	53.582.118,00	96,87	1.730.916,00
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.523.720,00	2.522.820,00	99,96	900,00
0901	OPERAÇÃO ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.381.605,00	1.373.863,00	99,44	7.742,00
SUBTOTAL		3.696.315.016,00	3.459.700.577,00	93,60	236.614.439,00
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	2.636.706.430,00	2.636.706.430,00	100,00	0,00
SUBTOTAL		2.636.706.430,00	2.636.706.430,00	100,00	0,00
TOTAL GERAL		6.333.021.446,00	6.096.407.007,00	96,26	236.614.439,00

Fonte: FNDE/DIOF

A tabela a seguir apresenta a execução orçamentária no exercício de 2003 por programa de Governo e o percentual de representatividade da dotação orçamentária de cada um deles no orçamento global e no orçamento próprio do FNDE.

TABELA 27 – PERCENTUAL DE REPRESENTATIVIDADE DOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS NOS ORÇAMENTOS PRÓPRIO E GLOBAL DO FNDE – 2003

(R\$)				
CÓDIGO	PROGRAMAS	DOTAÇÃO FINAL 2003	ORÇAMENTO PRÓPRIO %	ORÇAMENTO GLOBAL %
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	2.973.260.278	80,44	46,95
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS	87.088.000	2,36	1,38
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	519.128.792	14,04	8,20
0049	DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	22.566.100	0,61	0,36
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	1.946.600	0,05	0,03
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA	15.840.700	0,43	0,25
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	15.316.187	0,41	0,24
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS	450.000	0,01	0,01
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA	200.000	0,01	0,00
0668	PAZ NAS ESCOLAS	1.300.000	0,04	0,02
0750	APOIO ADMINISTRATIVO	55.313.034	1,50	0,87
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	2.523.720	0,07	0,04
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS	1.381.605	0,04	0,02
SUBTOTAL		3.696.315.016	100,00	58,37
0903	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF – SALÁRIO EDUCAÇÃO*	2.636.706.430		41,63
SUBTOTAL		2.636.706.430		41,63
TOTAL GERAL		6.333.021.446		100,00

Fonte: FNDE/DIOF

As tabelas a seguir ilustram os créditos adicionais aprovados para o orçamento de 2003 por fonte e por programa de trabalho.

**TABELA 28 – DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS APROVADOS POR AÇÃO DE GOVERNO
E POR ATO LEGAL – 2003**

(R\$)

PROGRAMA DE TRABALHO		FONTE	VALOR		ATO LEGAL		
CÓDIGO / DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO			SUPLEMENTAÇÃO (A)	CANCELAMENTO (B)	TIPO	NÚMERO	DATA
09.272.0089.0181.0001	APOSENTADORIA E PENSÕES	100	3.094.999		DECRETO	-	29/10/03
12.126.0042.3697.0001	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100	22.000.000		EI	10749	27/10/03
12.126.0042.3697.0001	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	100	16.390.000		PORTARIA/MPO	281	19/12/03
12.126.0042.3697.0001	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	176	18.566.500		PORTARIA/MPO	248	27/11/03
12.126.0042.3697.0001	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	176		16.390.000	PORTARIA/MPO	281	19/12/03
12.126.0042.3697.0001	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	250		18.566.500	PORTARIA/MPO	248	27/11/03
12.128.0042.2337.0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROF. ENS. FUNDAMENTAL	113		13.200.000	LEI	10749	27/10/03
12.128.0049.6123.0001	CAPACITAÇÃO DE PROF. E PROFIC. P/EDUCAÇÃO ESPECIAL	112		1.000.000	LEI	10749	27/10/03
12.128.0067.4519.0001	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROF.	112		6.000.000	LEI	10749	27/10/03
12.128.0668.5396.0001	CAPACITAÇÃO DE EDUC. P/O ENFRENT. DA VIOLÊNCIA	112		100.000	DECRETO	-	12-12-03
12.129.0051.4029.0001	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO/SE	112		3.400	DECRETO	-	12-12-03
12.131.0040.4641.0001	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	100	5.000.000		LEI	10749	27/10/03
12.301.0040.4042.0001	ASSIST. MÉDICA E ODONTOLÓGICA – SAÚDE DO ESCOLAR	100		5.000.000	LEI	10749	27/10/03
12.301.0040.4042.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA	100		1.586.716	DECRETO	-	12-12-03
12.301.0791.2004.0001	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES	250	300.000		LEI	10749	27/10/03
12.306.0040.0513.0011	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RO	153	680.673		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0011	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RO	179	119.755		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0012	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AC	153	541.367		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0012	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AC	179	56.562		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0013	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AM	153	2.608.209		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0013	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AM	179	191.891		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RR	153	408.552		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0014	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RR	179	55.420		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0015	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PA	153	4.229.484		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0015	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PA	179	737.420		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AP	153	477.506		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0016	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AP	179	24.788		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0017	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – TO	153	490.893		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0017	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – TO	179	239.972		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0021	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MA	153	4.339.747		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0021	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MA	179	705.049		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0022	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PI	153	1.545.781		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0022	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PI	179	560.289		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0023	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CE	153	4.437.792		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0023	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CE	179	1.912.168		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0024	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RN	153	1.150.929		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0024	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RN	179	889.819		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0025	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PB	153	1.903.053		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0025	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PB	179	437.951		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0026	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PE	153	3.552.431		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0026	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PE	179	546.039		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0027	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AL	153	1.399.196		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0027	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – AL	179	229.535		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0028	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SE	153	1.177.739		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0028	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SE	179	133.590		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0029	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – BA	153	3.901.114		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0029	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – BA	179	1.409.283		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0031	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MG	153	7.626.955		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0031	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MG	179	1.643.330		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0032	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ES	153	1.653.670		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0032	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – ES	179	708.175		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0033	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RJ	153	1.947.321		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0033	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RJ	179	1.202.117		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0035	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SP	153	1.404.087		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0035	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SP	179	5.807.912		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0041	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PR	153	3.685.334		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0041	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PR	179	2.154.123		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0042	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SC	153	2.642.977		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0042	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – SC	179	1.420.047		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0043	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RS	153	3.402.590		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0043	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – RS	179	1.237.994		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0051	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MT	153	1.287.076		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0051	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MT	179	443.714		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0052	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – GO	153	1.930.536		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0052	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – GO	179	596.791		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0053	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – DF	153	568.866		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0053	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – DF	179	102.958		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0040.0513.0054	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MS	153	1.615.943		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0040.0513.0054	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – MS	179	372.474		DECRETO	-	29/07/03
12.306.0791.2012.0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100	121.239		LEI	10.761	11/11/03
12.306.0791.2012.0001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100	17.645		DECRETO	-	12-12-03
12.331.0791.2011.0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100	317.913		LEI	10.761	11/11/03
12.331.0791.2011.0001	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100		31.889	DECRETO	-	12-12-03
12.361.0040.0304.0015	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/PA	112	30.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0015	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/PA	113		30.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0021	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/MA	112	30.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0021	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/MA	113		30.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0022	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/PI	112	10.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0022	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/PI	113		10.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0029	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/BA	112	70.461.036		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0304.0029	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – FUNDEF/BA	113		70.461.036	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0509.0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	100	44.900.000		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0509.0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	112	22.300.000		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0509.0001	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	113	43.000.000		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0010	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORTE	112	541.550		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0010	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORTE	112		37.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0515.0010	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORTE	113		6.000.000	LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0010	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORTE	113	37.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	112		2.185.075	LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	112	158.750		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	112		80.461.036	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	113		10.000.000	LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	113	80.461.036		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	1.112	85.768.890	85.768.890	NÃO IDENTIFICADO	000256	25/03/03
12.361.0040.0515.0020	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO NORDESTE	1.113	57.298.610	57.298.610	NÃO IDENTIFICADO	000256	25/03/03
12.361.0040.0515.0050	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO CENTRO-OESTE	112	252.300		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0515.0050	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO CENTRO-OESTE	1.112	9.643.404	6.863.096	NÃO IDENTIFICADO	000256	25/03/03
12.361.0040.0515.0050	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO CENTRO-OESTE	1.293	12.537.246	15.317.554	NÃO IDENTIFICADO	000256	25/03/03
12.361.0040.0517.0030	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO SUDESTE	112	479.325		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0517.0030	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO SUDESTE	113		4.000.000	LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0517.0040	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO SUL	112	753.150		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.0517.0040	PDDE – FUNDESCOLA – REGIÃO SUL	293		1.000.000	DECRETO	-	07/11/03
12.361.0040.2062.0002	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO	112		5.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.2062.0002	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO	113	5.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.2064.0002	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR	100		4.000.000	PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.361.0040.2064.0002	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR	113	4.000.000		PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.361.0040.3699.0001	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	176		20.200.786	PORTARIA/MPO	118	31/05/03
12.361.0040.3699.0001	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	179	50.000.000		LEI	10.749	27/10/03

CONTINUAÇÃO DA TABELA 28

12.361.0040.3699.0001	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	250	20.200.786		PORTARIA/MPO	118	31/05/03
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	100	4.000.000		PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	100		3.000.000	LEI	10.761	11/11/03
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	100		1.000.000		-	SPO
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	176	1.634.286		PORTARIA/MPO	118	31/05/03
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	176		4.000.000	PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.361.0040.4041.0001	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	250		1.634.286	PORTARIA/MPO	118	31/05/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	100	26.000.562		LEI	10.749	27/10/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	112		18.000.000	PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	113	18.000.000		PORTARIA/MPO	048	02/05/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	113	34.320.000			-	SOLICITADO
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	113	89.000.000		LEI	10.761	11/11/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	113	1.800.000		DECRETO	-	12/12/03
12.361.0040.4045.0001	DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS	293	85.800.000			-	SOLICITADO
12.361.0040.4046.0001	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	112	15.530.302		DECRETO	-	07/11/03
12.361.0040.4046.0001	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	113	10.469.698		DECRETO	-	07/11/03
12.361.0040.4046.0001	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	113	23.926.500		LEI	10.761	11/11/03
12.361.0040.4046.0001	DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS	113	1.073.500		DECRETO	-	12/12/03
12.361.0042.1181.0001	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	100	20.000.000		LEI	10.756	03/11/03
12.361.0042.1181.0001	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	100		16.390.000	PORTARIA/MPO	281	19/12/03
12.361.0042.1181.0001	EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	176	16.390.000		PORTARIA/MPO	281	19/12/03
12.361.0042.4088.0001	CORREÇÃO DE FLUXO ESCOLAR	113		2.500.000	LEI	10.756	27/10/03
12.361.0750.2000.0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.	100	3.000.000		LEI	10.756	11/11/03
12.361.0750.2000.0001	MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.	100	1.000.000			-	SPO
12.361.0750.2000.0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	250		300.000	LEI	10.749	27/10/03
12.361.0750.2000.0001	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	293	1.000.000		DECRETO	-	07/11/03
12.361.0750.2025.0001	PESSOAL ATIVO	100	6.049.139		DECRETO	-	29/10/03
12.365.0067.2331.0001	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	112		537.300	DECRETO	-	12-12-03
12.365.0791.2010.0053	AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	100		19.704	LEI	10.761	11/11/03
12.365.0791.2010.0053	ASSIST. PRÉ-ESCOLAR AOS DEPEND. DOS SERVIDORES	100		3.680	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0011	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RO	113		8.480	DECRETO	-	12/12/03
12.366.0047.0081.0012	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AC	113		1.636.395	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0012	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AC	113		3.000.000	LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0013	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AM	113	2.479.245		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0013	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AM	113		600.675	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0014	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RR	113		910.855	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0014	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RR	113		432.135	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0015	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PA	113		2.394.915	LEI	10.749	27/10/03
2.366.0047.0081.0015	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PA	113		17.756.404	LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0016	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AP	113		79.850	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0016	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AP	113		46.110	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0017	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – TO	113	1.357.003		LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0021	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – MA	113	4.495.442		LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0022	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PI	112	7.051.875		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0022	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PI	113		575.760	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0023	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – CE	113		7.526.409	LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0024	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RN	112	1.606.355		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0024	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RN	113		6.673.801	LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0025	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PB	113	6.324.806		LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0026	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PE	112	7.302.415		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0026	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PE	112		2.446.600	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0026	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PE	113		2.226.788	LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0026	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PE	113		4.000.000	PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.366.0047.0081.0026	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PE	176	4.000.000		PORTARIA/MPO	202	14/10/03
12.366.0047.0081.0027	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – AL	113	682.772		LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0028	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – SE	112	2.228.775		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0028	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – SE	113		1.073.500	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0029	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – BA	113	7.896.381		LEI	10.761	11/11/03
12.366.0047.0081.0031	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – MG	112	560.135		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0031	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – MG	113		51.298	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0032	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – ES	113		57.230	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0032	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – ES	113		29.998	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0035	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – SP	112	26.500		LEI	10.756	03/11/03
12.366.0047.0081.0041	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PR	112	494.035		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0041	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – PR	113		15.396	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0043	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – RS	112	11.500		LEI	10.756	03/11/03
12.366.0047.0081.0051	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – MT	112	19.875		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0051	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – MT	113		13.277	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0081.0052	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – GO	112	563.040		LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0081.0052	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – GO	113		26.871	DECRETO	-	12-12-03
12.366.0047.0507.0001	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS	112		23.026.505	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.0507.0001	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS	112		38.000	LEI	10.756	03/11/03
12.366.0047.0507.0001	FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS	113		700.000	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.2335.0001	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAG. P/ EDUC. JOVENS E ADULTOS	113		4.000.000	LEI	10.749	27/10/03
12.366.0047.3842.0001	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – INCENTIVO DA UNIÃO AOS ALFABETIZADORES	179	98.700.000		LEI	10.756	03/11/03
12.366.0047.3844.0001	CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES	179	1.300.000		LEI	10.756	03/11/03
28.845.0903.0369.0001	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	113	163.849.459		DECRETO	-	12-12-03
28.846.0901.0005.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	100	17.695.450		DECRETO	-	28/05/03
28.846.0901.0005.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	100		19.645.000	DECRETO	-	12-12-03
28.846.0901.0005.0001	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL	300	292.000		LEI	10.760	11/11/03
TOTAL SOLICITADO			1.364.044.416	683.811.810			
TOTAL ATENDIDO			1.331.924.416	682.811.810			
TOTAL NÃO ATENDIDO			32.120.000	1.000.000			
DOTAÇÃO INICIAL			5.683.908.840				
DOTAÇÃO ACRESCIDADA (Suplementação – Cancelamento)			649.112.606				
DOTAÇÃO FINAL			6.333.021.446				

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 29 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR DIRETORIA

DIRETORIAS	DOTAÇÃO FINAL 2003	EXECUÇÃO DA DESPESA	% EXECUTADO	SALDO	(R\$)
DIRETORIA FINANCEIRA	790.855.684	714.388.720	90,33	76.466.964	
DIRETORIA FINANCEIRA – Cota estadual	2.636.706.430	2.636.706.430	100,00	0	
DIRETORIA DE PROGRAMAS E PROJ. EDUCACIONAIS	824.203.250	702.794.913	85,27	121.408.337	
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PRODUÇÃO	809.117.490	782.293.458	96,68	26.824.032	
DIRETORIA DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA EDUCACIONAL	1.270.756.987	1.258.681.677	99,05	12.075.310	
PROCURADORIA-GERAL	1.381.605	1.373.863	99,44	7.742	
TOTAL	6.333.021.446	6.096.239.060	96,26	236.782.386	

Fonte: Fnde/Diof

TABELA 30 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROJETO/ATIVIDADE 2003

(R\$)

CÓDIGO	PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO INICIAL 2003	CRÉDITOS	DOTAÇÃO FINAL 2003	EXECUÇÃO	%EXECUÇÃO	SALDO
0040	TODA CRIANÇA NA ESCOLA						
0304	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUAL – COMPLEM. DA UNIÃO – FUNDEF	657.500.084	0	657.500.084	620.584.274	94,39	36.915.810
0509	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	12.709.000	110.200.000	122.909.000	90.352.000	73,51	32.557.000
0513	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	880.000.000	84.548.987	964.548.987	954.164.177	98,92	10.384.810
0515	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE	203.460.525	-17.232.475	186.228.050	184.715.175	99,19	1.512.875
0517	DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL	123.747.475	-3.767.525	119.979.950	119.802.325	99,85	177.625
2062	DISTRIB. DE MATERIAL PEDAGÓGICO P/ ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.000.000	0	5.000.000	0	0,00	5.000.000
2064	DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR P/ ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.000.000	0	5.000.000	0	0,00	5.000.000
3693	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA II	5.400.000	0	5.400.000	5.039.586	93,33	360.414
3699	VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	39.492.080	50.000.000	89.492.080	61.392.493	68,60	28.099.587
4041	AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	10.000.000	-3.000.000	7.000.000	1.125.432	16,08	5.874.568
4042	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	16.119.000	-6.586.716	9.532.284	275.359	2,89	9.256.925
4045	DISTRIB. DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS P/ ESCOLAS DO ENSINO FUNDAM.	18.006.583	116.800.562	134.807.145	110.798.021	82,19	24.009.124
4046	DISTRIB. DE LIVROS DIDÁTICOS P/ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	550.157.404	51.000.000	601.157.404	600.074.313	99,82	1.083.091
4389	CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS P/O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL	1.500.000	0	1.500.000	1.394.756	92,98	105.244
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	3.000.000	3.500.000	6.500.000	6.500.000	100,00	0
5079	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA III	56.705.294	0	56.705.294	46.420.913	81,86	10.284.381
SUBTOTAL		2.587.797.445	385.462.833	2.973.260.278	2.802.638.824	94,26	170.621.454
0042	ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS						
1181	EQUIPAMENTOS PARA A TV ESCOLA	0	20.000.000	20.000.000	2.881.966	14,41	17.118.034
2337	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROF. DO ENS. FUND. P/IMPLEMENT. DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS	12.000.000	-6.000.000	6.000.000	5.999.923	100,00	77
3160	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS P/O USO DE TECNOLÓG. ENS. FUND.	3.088.000	0	3.088.000	3.088.000	100,00	0
3697	IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL – PROINFO	34.500.000	22.000.000	56.500.000	53.814.571	95,25	2.685.429
4088	CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR – ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	4.400.000	-2.500.000	1.500.000	1.477.044	98,47	22.956
SUBTOTAL		53.588.000	33.500.000	8.708.000	67.261.504	77,23	19.826.496
0047	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS						
0081	GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENS. FUNDAMENTAL	325.505.890	-4.482.593	321.023.297	298.325.424	92,93	22.697.873
0507	FOMENTO A PROJ. ESPEC. P/O FORTA. ENS. FUND. A JOVENS E ADULTOS	104.370.000	-23.764.505	80.605.495	72.264.458	89,65	8.341.037
2335	MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000.000	-4.000.000	6.000.000	5.998.511	99,98	1.489
3842	ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – INCENTIVO DA UNIÃO AOS ALFABETIZADORES	0	98.700.000	98.700.000	96.341.356	97,61	2.358.644
3844	CAPACITAÇÃO DE ALFABETIZADORES	0	1.300.000	1.300.000	1.299.243	99,94	757
4397	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS	15.200.000	-7.200.000	8.000.000	6.210.930	77,64	1.789.070
4641	PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	2.000.000	1.500.000	3.500.000	3.500.000	100,00	0
SUBTOTAL		457.075.890	62.052.902	519.128.792	483.939.922	93,22	35.188.870
0049	DESENVOLVIMENTO EDUCAÇÃO ESPECIAL						
0511	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	17.866.100	0	17.866.100	16.231.019	90,85	1.635.081
6113	AQUISIÇÃO E DISTRIB. DE MATERIAL DIDÁTICO P/EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000	100,00	0
6123	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS P/EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.500.000	-1.000.000	1.500.000	1.497.616	99,84	2.384
6137	PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	400.000	0	400.000	399.254	99,81	746
6141	PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	800.000	0	800.000	796.864	99,61	3.136
SUBTOTAL		23.566.100	-1.000.000	22.566.100	20.924.753	92,73	1.641.347
0051	GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO						
4029	CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.950.000	-3.400	1.946.600	932.259	47,89	1.014.341
SUBTOTAL		1.950.000	-3.400	1.946.600	932.259	47,89	1.014.341
0067	ATENÇÃO À CRIANÇA						
2331	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO P/EDUCAÇÃO INFANTIL	5.373.000	-537.300	4.835.700	4.337.583	89,70	498.117
4519	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	12.000.000	-6.000.000	6.000.000	5.336.061	88,93	663.939
5612	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA P/A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	5.005.000	0	5.005.000	0	0,00	5.005.000
SUBTOTAL		22.378.000	-6.537.300	15.840.700	9.673.644	61,07	6.167.056
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO						
0181	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	12.221.188	3.094.999	15.316.187	15.316.187	100,00	0
SUBTOTAL		12.221.188	3.094.999	15.316.187	15.316.187	100,00	0
0150	ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS						
1115	VEÍCULOS P/TRANSPORTE ESCOLAR EM COMUNIDADES INDÍGENAS	50.000	0	50.000	0	0,00	50.000
3089	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES P/EDUCAÇÃO INDÍGENA	200.000	0	200.000	165.282	82,64	34.718
4047	DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO P/EDUCAÇÃO INDÍGENA	200.000	0	200.000	155.843	77,92	44.157
SUBTOTAL		450.000	0	450.000	321.125	71,36	128.875
0172	CULTURA AFRO-BRASILEIRA						
4521	FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL P/ÁREAS REMANESCENTES DE QUILOMBOS	200.000	0	200.000	23.369	11,68	176.631
SUBTOTAL		200.000	0	200.000	23.369	11,68	176.631
0668	PAZ NAS ESCOLAS						
5396	CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES P/ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	1.000.000	-100.000	900.000	707.246	78,58	192.754
7113	EDIÇÃO, COPIAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA ATUAÇÃO NO COMBATE À VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	400.000	0	400.000	315.000	78,75	85.000
SUBTOTAL		1.400.000	-100.000	1.300.000	1.022.246	78,63	277.754
0750	PROGRAMA DE APOIO ADMINISTRATIVO						
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	27.502.909	3.700.000	31.202.909	29.471.993	94,99	1.730.916
2025	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	18.060.986	6.049.139	24.110.125	24.110.125	100,00	0
SUBTOTAL		45.563.895	9.749.139	55.313.034	53.582.118	97,17	1.730.916
0791	VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO						
2004	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	838.558	300.000	1.138.558	1.138.558	100,00	0
2010	ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	126.493	-23.384	103.109	103.109	100,00	0
2011	AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	375.571	286.024	661.595	661.595	100,00	0
2012	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	281.574	138.884	420.458	420.458	100,00	0
4572	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO	200.000	0	200.000	199.100	99,55	900
SUBTOTAL		1.822.196	701.524	2.523.720	2.522.820	99,96	900
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS						
0005	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATORIOS)	3.039.155	-1.657.550	1.381.605	1.373.863	99,44	7.742
SUBTOTAL		3.039.155	-1.657.550	1.381.605	1.373.863	99,44	7.742
TOTAL FNDE		3.211.051.869	485.263.147	3.696.315.016	3.459.700.577	93,60	236.614.439
0903	OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS						
0369	COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.472.856.971	163.849.459	2.636.706.430	2.636.706.430	100,00	0
SUBTOTAL		2.472.856.971	163.849.459	2.636.706.430	2.636.706.430	100,00	0
TOTAL		5.683.908.840	649.112.606	6.333.021.446	6.096.407.007	96,26	236.614.439

Fonte: FNDE/DIOF

5.6 Complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF

O FUNDEF, criado pela Emenda Constitucional nº 14/96, regulamentado pela Lei nº 9.424/96 e pelo Decreto nº 2.264/97, tem por objetivo assegurar o desenvolvimento e a universalização do ensino fundamental e a valorização do magistério mediante remuneração condigna. É mantido com recursos de estados e municípios originários de fontes já existentes, acrescidos de uma parcela de recursos da União.

Trata-se de um fundo de natureza contábil, constituído por 15% das seguintes fontes de recursos:

- Fundo de Participação dos Estados – FPE;
- Fundo de Participação dos Municípios – FPM;
- ICMS;
- IPI Exportação;
- Recursos oriundos da Lei Complementar nº 87/96, que prevê o ressarcimento, pela União, das perdas de receitas na desoneração das exportações de produtos primários

Além das receitas referenciadas, a União, por meio do FNDE, a título de complementação do FUNDEF, assegura recursos adicionais aos estados e municípios que não atingem o valor mínimo por aluno/ano, definido nacionalmente.

Os valores devidos ao FUNDEF, no âmbito de cada estado, são calculados com base nos recursos que formam o Fundo e no número de alunos matriculados no ensino fundamental, de acordo com as informações constantes do Censo Escolar do ano anterior. Os coeficientes que serviram de base para a distribuição dos recursos a estados e municípios no exercício de 2002 foram publicados nas Portarias/MEC nº 3.477/02 e nº 3.678/02.

O valor mínimo anual, definido para 2003, por meio do Decreto nº 4.580/2003, foi de R\$ 446,00 para alunos da 1ª à 4ª série e R\$ 468,30 para os de 5ª à 8ª série e de educação especial.

Por não atingirem o valor mínimo por aluno/ano, Bahia, Maranhão, Pará e Piauí, receberam, a título de complementação da União, o total de R\$ 335,7 milhões, de acordo com a Portaria nº 10/2003 do Ministério da Fazenda. Desse montante, 20% foi financiado com recursos do salário-educação (fonte 0113) e o restante com recursos do Tesouro Nacional (fonte 0112), conforme prevê o art. 4º do Decreto nº 2.264/97.

Com a Portaria/MF nº 252/2003, o Ministério da Fazenda divulgou a apuração efetiva das receitas vinculadas ao FUNDEF relativas a 2002, apresentando um débito de R\$ 101,3 milhões, que deveria ser descontado dos quatro estados como ajuste negativo daquele exercício. Porém, por força de ações judiciais impetradas contra o Tesouro Nacional, o desconto não foi feito no exercício de 2003. A questão judicial e, por consequência, o respectivo desconto ficaram de ser resolvidos em 2004.

Os recursos do FUNDEF são repassados automaticamente para contas únicas e específicas dos governos estaduais, do Distrito Federal e dos municípios vinculadas ao Fundo, instituídas para esse fim e mantidas no Banco do Brasil, conforme previsto no art. 93 da Lei nº 5.172/1966.

TABELA 31 – COEFICIENTES ESTADUAIS DE DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF – 1997 A 2003

UF	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Alagoas	-	0,2678874482	0,2725443131	0,276020864463	0,2806005123560	-	-
Bahia	-	0,4772570429	0,3845371099	0,373121430707	0,3630819877298	0,346823273350	0,3306265163083
Ceará	-	0,3569225947	0,3192291146	0,292845957724	0,2674113331071	-	-
Maranhão	-	0,3218128106	0,2827968622	0,275625809776	0,2712782394802	0,265183424675	0,2452741196481
Pará	0,6094625468	0,5858517602	0,3961703767	0,367979047887	0,2968117126636	0,277914696049	0,2668083181335
Paraíba	-	0,4730744640	0,4278368915	0,414545696584	-	-	-
Pernambuco	-	0,4787159717	0,4440746583	0,425225643286	-	-	-
Piauí	-	0,3997273345	1,3553333939	0,371131236320	0,3578510020366	0,345956791520	0,3101959547279
Base legal	Port. MEC 811/97	Port. MEC 319/98, 2.302/97 e 2.223/97	Port. MEC 1.500/98 e 131/99	Port. MEC 13/2000 e 127/2000	Port. MEC 2.188/2000	Port. MEC 3.090/2001	Port. MEC 3.477/02 e 3.678/02

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 32 – VALORES MÍNIMOS E ANUAIS, POR ALUNO, DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF 1997 A 2003

	(R\$)						
VALOR MÍNIMO POR ALUNO	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
1ª à 4ª série	300,00	315,00	315,00	333,00	363,00	418,00	446,00
5ª à 8ª série e educação especial	300,00	315,00	315,00	349,65	381,15	438,90	468,30
Base legal	Lei 9.424/96 (§4º-art.6º)	Dec.2.440/97	Dec.2.935/99	Dec.3.326/99	Dec.3.742/2001	Dec.4.103/2002	Dec.4.580/2003

Fonte: FNDE/DIOF

Os ajustes ocorridos anualmente, quando positivos, são efetuados, utilizando-se a dotação do exercício em que ocorreram como despesas de exercícios anteriores. Já os ajustes negativos são descontados dos estados pelo Tesouro Nacional e devolvidos ao FNDE na proporção do repasse ocorrido. Ou seja, 20% volta ao FNDE. Vale ressaltar, porém, que os ajustes não comprometem a estimativa de repasse anual prevista.

TABELA 33 – DEMONSTRATIVO DOS RECURSOS DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF REPASSADOS AOS ESTADOS – 1997 A 2003

UF	1997	1998	AJUSTE 1997	1999	AJUSTE 1998	2000	AJUSTE 1999	2001	AJUSTE 2000	2002	AJUSTE 2001	2003	AJUSTE 2002
AL	0	1.300.426	0	5.180.878	-1.300.426	4.161.430	-1.960.530	2.616.050	-4.161.430	0	-2.616.050	0	0
BA	0	112.330.100	0	217.130.496	31.612.407	181.147.799	-1.983.197	183.718.200	10.039.525	173.887.488	-20.207.586	101.195.100	-61.903.149
CE	0	48.201.500	0	58.803.593	-1.788.423	20.314.457	-25.284.512	15.300.708	-17.442.969	0	-15.300.708	0	0
MA	0	130.499.500	0	158.109.459	23.036.539	157.463.601	16.371.601	137.222.800	11.386.571	148.425.922	9.570.729	144.655.200	-3.341.072
PA	59.218.680	94.024.151	3.477.423	115.267.023	18.429.954	90.126.301	1.234.065	66.536.800	4.104.025	71.670.072	-4.934.986	71.339.400	-24.843.511
PB	0	3.163.937	0	13.381.132	-3.163.937	3.820.427	-8.657.717	0	-3.820.427	0	0	0	0
PE	0	10.534.766	0	15.954.805	-4.278.442	1.499.055	-7.834.922	0	-1.499.055	0	0	0	0
PI	0	21.417.450	0	25.845.640	2.636.885	29.497.900	-1.568.867	21.016.600	-1.182.231	27.820.782	-1.364.106	18.556.100	-11.190.791
TOTAL	59.218.680	421.471.830	3.477.423	609.673.026	65.184.557	488.030.970	-29.684.079	426.411.158	-2.575.991	421.804.264	-34.852.707	335.745.800	-101.278.523
Base legal	Port. MF 165/97	Port. MF 341/97	Port. MF 013/99	Port. MF 349/99	Port. MF 317/99	Port. MF 354/00	Port. MF 353/00	Port. MF 288/01	Port. MF 312/01	Port. MF 27/02	Port.MF 239/02	Port.MF 10/03	Port.MF 252/03

Fonte: FNDE/DIOF

5.7 Execução da Receita e da Despesa

5.7.1 Receita

Em 2003, foram arrecadados pelo FNDE R\$ 5,8 bilhões, dos quais R\$ 4,3 bilhões representaram receitas próprias (salário-educação, rendimentos de aplicações do salário-educação, outras contribuições sociais do SME e devoluções). O restante, R\$ 1,5 bilhão, decorreu de repasses financeiros recebidos do Tesouro Nacional e do Banco Mundial para o financiamento das ações do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA.

O total das receitas representou 95,66% da dotação utilizada em 2003. A frustração verificada, da ordem de 4,34%, justifica-se pela não-efetivação de repasses devidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em face da inscrição de despesas em restos a pagar, cujos recursos financeiros somente são colocados à disposição no exercício seguinte ao da inscrição.

Merece destaque, porém, o excesso de arrecadação ocorrido em todas as fontes de recursos do FNDE no exercício de 2003, da ordem de 3,79% do total da dotação utilizada. Ou seja, R\$ 156,2 milhões.

A tabela a seguir demonstra, por fonte de recursos, a receita realizada no exercício de 2003 em relação à dotação utilizada.

TABELA 34 – DEMONSTRATIVO DA RECEITA REALIZADA E SUA EXECUÇÃO – 2003

FORTE	DOTAÇÃO UTILIZADA (A)	RECEITA REALIZADA (B)	(R\$)	% (C=A+B)
0100	177.624.044,11	99.743.845,93		56,15%
0112	632.668.303,95	369.272.782,16		58,37
0118	344.749.078,73	344.804.412,00		100,02%
0153	59.414.410,94	59.482.281,96		100,11%
0179	697.580.544,52	658.439.080,69		94,39%
0300	292.000,00	0,00		0,00%
1112	11.943.050,00	12.035.550,00		100,77%
0148	51.460.498,62	11.062.722,93		21,50%
SUBTOTAL	1.975.731.930,87	1.554.840.675,67		78,70%
0113150071	2.636.706.430,00	2.655.754.012,89		100,72%
0113150072	1.129.033.397,40	1.169.511.835,45		103,59%
0176	1.125.432,00	2.000.000,00		177,71%
0250	24.145.394,15	29.926.744,88		123,94%
0293	156.724.351,00	237.960.487,75		151,83%
1113	158.365.171,00	158.365.171,00		100,00%
1293	14.406.954,00	23.231.852,91		161,25%
SUBTOTAL	4.120.507.0129,55	4.276.750.104,88		103,79%
TOTAL	6.096.239.060,42	5.831.590.780,55		95,66%

Fonte: FNDE/DIOF

5.7.2 Despesa

A exemplo do ocorrido em 2002, quando houve restrições nos limites para empenho e pagamento de despesas, a edição do Decreto nº 4.951/03 revelou restrições gerais para a emissão de empenhos e pagamentos de despesas constantes da Lei Orçamentária Anual nº 10.640/2003. No entanto, a Autarquia atingiu os índices de 96,26% e 79,98% da sua execução orçamentária e financeira, respectivamente.

As tabelas a seguir demonstram a execução do exercício por programa de governo e projeto/atividade, respectivamente, e por fonte de recursos.

TABELA 35 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR PROGRAMA DE GO

PROGRAMA – PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO AUTORIZADA A	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					EXECUÇÃO FINANCEIRA				
		EMPENHOS EMITIDOS B	DESTAQUES CONCEDIDOS C	DOTAÇÃO UTILIZADA D=B+C	% E=D/A	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA F	% G=F/A	VALORES PAGOS H	REPASSES CONCEDIDOS I	TOTAL J=H+I	
0040 – A CRIANÇA NA ESCOLA											
0304 – GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE – COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEF	657.500,084	620.584.274,00	0,00	620.584.274,00	94,39	36.915.810,00	5,61	335.745.800,00	0,00	335.745.800,00	
0509 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	122.909.000	69.395.047,12	20.956.952,47	90.351.999,59	73,51	32.557.000,41	26,49	47.955.367,52	8.879.496,47	56.834.863,99	
0513 – ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	964.548.987	953.824.577,92	339.598,66	954.164.176,58	98,92	10.384.810,42	1,08	953.824.577,92	339.599,82	954.164.177,74	
0515 – DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE	186.228.050	184.715.175,00	0,00	184.715.175,00	99,19	1.512.875,00	0,81	184.715.175,00	0,00	184.715.175,00	
0517 – DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA – REGIÕES SUL, SUDESTE E DISTRITO FEDERAL	119.979.950,00	119.802.325,00	0,00	119.802.325,00	99,85	177.625,00	0,15	119.802.325,00	0,00	119.802.325,00	
2062 – DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL PEDAGÓGICO PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
2064 – DISTRIBUIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR PARA ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	
3693 – FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA II	5.400.000,00	5.039.586,00	0,00	5.039.586,00	93,33	360.414,00	6,67	0,00	0,00	0,00	
3699 – VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR	89.492.080,00	61.392.493,45	0,00	61.392.493,45	68,60	28.099.586,55	31,40	48.369.052,50	0,00	48.369.052,50	
4041 – AQUISIÇÃO DE VAGAS NA REDE PARTICULAR DE ENSINO	7.000.000,00	1.125.432,00	0,00	1.125.432,00	16,08	5.874.568,00	83,92	272.433,00	0,00	272.433,00	
4042 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA A ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL	9.532.284,00	275.358,50	0,00	275.358,50	2,89	9.256.925,50	97,11	180.112,00	0,00	180.112,00	
4045 – DISTRIBUIÇÃO DE ACERVOS BIBLIOGRÁFICOS PARA ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL	134.807.145,00	110.798.021,24	0,00	110.798.021,24	82,19	24.009.123,76	17,81	250.428,00	0,00	250.428,00	
4046 – DISTRIBUIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS PARA ALUNOS E PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	601.157.404,00	597.335.025,54	2.739.287,07	600.074.312,61	99,82	1.083.091,39	0,18	401.501.581,04	2.739.287,00	404.240.868,04	
4389 – CAPACITAÇÃO DE CONSELHEIROS PARA O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL	1.500.000,00	1.394.755,57	0,00	1.394.755,57	92,98	105.244,43	7,02	1.252.397,61	0,00	1.252.397,61	
4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	6.500.000,00	0,00	6.500.000,00	6.500.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00	6.500.000,00	
5079 – FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA – FUNDESCOLA III	56.705.294,00	46.420.912,62	0,00	46.420.912,62	81,86	10.284.381,38	18,14	8.997.640,12	0,00	8.997.640,12	
SUBTOTAL	2.973.260.278,00	2.772.102.983,96	30.535.838,20	2.802.638.822,16	94,26	170.621.455,84	5,74	2.102.866.889,71	18.458.383,29	2.121.325.273,00	
0042 – ESCOLA DE QUALIDADE PARA TODOS											
1181 – EQUIPAMENTOS PARA TV ESCOLA	20.000.000,00	1.281.966,09	1.600.000,00	2.881.966,09	14,41	17.118.033,91	85,59	1.281.966,09	1.600.000,00	2.881.966,09	
2337 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.000.000,00	5.999.923,16	0,00	5.999.923,16	100,00	76,84	0,00	4.949.553,54	0,00	4.949.553,54	
3160 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS	3.088.000,00	0,00	3.088.000,00	3.088.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3697 – IMPLEMENTAÇÃO DO USO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO NO ENSINO FUNDAMENTAL	56.500.000,00	9.068.351,41	44.746.219,22	53.814.570,63	95,25	2.685.429,37	4,75	9.068.351,41	6.144.528,00	15.212.879,41	
4088 – CORREÇÃO DO FLUXO ESCOLAR – ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM	1.500.000,00	1.477.043,60	0,00	1.477.043,60	98,47	22.956,40	1,53	1.360.469,02	0,00	1.360.469,02	
SUBTOTAL	87.088.000,00	17.827.284,26	49.434.219,22	67.261.503,48	77,23	19.826.496,52	22,77	16.660.340,06	7.744.528,00	24.404.868,06	
0047 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS											
0081 – GARANTIA DE PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE PARA O ENSINO FUNDAMENTAL	321.023.297,00	298.325.423,83	0,00	298.325.423,83	92,93	22.697.873,17	7,07	298.325.423,83	0,00	298.325.423,83	
0507 – FOMENTO A PROJETOS ESPECIAIS PARA OFERTA DE ENSINO FUNDAMENTAL	80.605.495,00	71.858.037,81	406.420,00	72.264.457,81	89,65	8.341.037,19	10,35	63.132.223,74	156.420,00	63.288.643,74	
2335 – MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	6.000.000,00	5.998.511,27	0,00	5.998.511,27	99,98	1.488,73	0,02	3.408.048,99	0,00	3.408.048,99	
3842 – PROFISSIONALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE ENFERMAGEM	98.700.000,00	96.095.326,43	246.029,85	96.341.356,28	97,61	2.358.643,72	2,39	63.018.235,19	0,00	63.018.235,19	
3844 – AMPLIAÇÃO OU MELHORIA DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	1.300.000,00	1.299.243,03	0,00	1.299.243,03	99,94	756,97	0,06	1.217.462,40	0,00	1.217.462,40	
4397 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DE JOVENS E ADULTOS	8.000.000,00	6.210.929,73	0,00	6.210.929,73	77,64	1.789.070,27	22,36	4.114.082,65	0,00	4.114.082,65	
4641 – PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	3.500.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	1.500.000,00	1.500.000,00	
SUBTOTAL	519.128.792,00	479.787.472,10	4.152.449,85	483.939.921,95	93,22	35.188.870,05	6,78	433.215.476,80	1.656.420,00	434.871.896,80	
0049 – DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL											
0511 – APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	17.866.100,00	13.171.018,91	3.060.000,00	16.231.018,91	90,85	1.635.081,09	9,15	9.727.651,67	3.060.000,00	12.787.651,67	
6113 – AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00	2.000.000,00	100,00	0,00	0,00	907.641,36	0,00	907.641,36	
6123 – CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	1.500.000,00	1.214.403,15	283.212,80	1.497.615,95	99,84	2.384,05	0,16	1.214.403,15	283.212,80	1.497.615,95	
6137 – PROMOÇÃO DE EVENTOS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	400.000,00	399.253,99	0,00	399.253,99	99,81	746,01	0,19	399.253,99	0,00	399.253,99	

6141 – PROFISSIONALIZAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS	800.000,00	796.863,71	0,00	796.863,71	99,61	3.136,29	0,39	796.863,71	0,00	796.863,71
---	------------	------------	------	------------	-------	----------	------	------------	------	------------

CONTINUAÇÃO DA TABELA 35

SUBTOTAL	22.566.100,00	17.581.539,76	3.343.212,80	20.924.752,56	92,73	1.641.347,44	7,27	13.045.813,88	3.343.212,80	16.389.026,68
0051 – GESTÃO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO										
4029 – CONTROLE E INSPEÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.946.600,00	925.174,03	7.084,89	932.258,92	47,89	1.014.341,08	0,52	916.860,84	7.084,89	923.945,73
SUBTOTAL	1.946.600,00	925.174,03	7.084,89	932.258,92	47,89	1.014.341,08	0,52	916.860,84	7.084,89	923.945,73
0067 – ATENÇÃO À CRIANÇA	A	B	C	D = B + C	E = D/A	F	G = F/A	H	I	J = H + I
2331 – AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA EDUCAÇÃO INFANTIL	4.835.700,00	4.337.582,87	0,00	4.337.582,87	89,70	498.117,13	10,30	2.602.584,47	0,00	2.602.584,47
4519 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	6.000.000,00	5.336.060,62	0,00	5.336.060,62	88,93	663.939,38	11,07	3.980.036,69	0,00	3.980.036,69
5612 – ASSISTÊNCIA FINANCEIRA PARA A MELHORIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	5.005.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.005.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	15.840.700,00	9.673.643,49	0,00	9.673.643,49	61,07	6.167.056,51	38,93	6.582.621,16	0,00	6.582.621,16
0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO										
0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	15.316.187,00	15.316.187,00	0,00	15.316.187,00	100,00	0,00	0,00	13.808.170,05	0,00	13.808.170,05
SUBTOTAL	15.316.187,00	15.316.187,00	0,00	15.316.187,00	100,00	0,00	0,00	13.808.170,05	0,00	13.808.170,05
0150 – ETNODESENVOLVIMENTO DAS SOCIEDADES INDÍGENAS										
1115 – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA TRANSPORTE ESCOLAR NAS COMUNIDADES INDÍGENAS	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00
3089 – CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA	200.000,00	165.282,38	0,00	165.282,38	82,64	34.717,62	17,36	134.671,58	0,00	134.671,58
4047 – DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA A EDUCAÇÃO INDÍGENA	200.000,00	155.843,16	0,00	155.843,16	77,92	44.156,84	22,08	152.873,16	0,00	152.873,16
SUBTOTAL	450.000,00	321.125,54	0,00	321.125,54	71,36	128.874,46	28,64	287.544,74	0,00	287.544,74
0172 – CULTURA AFRO-BRASILEIRA										
4521 – FORMAÇÃO CONTINUADA DE DOCENTES DO ENSINO FUNDAMENTAL	200.000,00	23.368,95	0,00	23.368,95	11,68	176.631,05	88,32	23.368,95	0,00	23.368,95
SUBTOTAL	200.000,00	23.368,95	0,00	23.368,95	11,68	176.631,05	88,32	23.368,95	0,00	23.368,95
0688 – PAZ NAS ESCOLAS										
5396 – CAPACITAÇÃO DE EDUCADORES PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOÊNCIA	900.000,00	707.246,06	0,00	707.246,06	78,58	192.753,94	21,42	389.810,48	0,00	389.810,48
7113 – EDIÇÃO, COPIAGEM E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO	400.000,00	315.000,00	0,00	315.000,00	78,75	85.000,00	21,25	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	1.300.000,00	1.022.246,06	0,00	1.022.246,06	78,63	277.753,94	21,37	389.810,48	0,00	389.810,48
0750 – APOIO ADMINISTRATIVO										
2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	31.202.909,00	29.471.992,51	0,00	29.471.992,51	94,45	1.730.916,49	5,55	24.069.045,54	0,00	24.069.045,54
2025 – REMUNERAÇÃO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO E ENCARGOS SOCIAIS	24.110.125,00	24.110.125,00	0,00	24.110.125,00	100,00	0,00	0,00	22.471.336,28	0,00	22.471.336,28
SUBTOTAL	55.313.034,00	53.582.117,51	0,00	53.582.117,51	96,87	1.730.916,49	3,13	46.540.381,82	0,00	46.540.381,82
0791 – VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO										
2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	1.138.558,00	1.138.558,00	0,00	1.138.558,00	100,00	0,00	0,00	1.085.313,00	0,00	1.085.313,00
2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS	103.109,00	103.109,00	0,00	103.109,00	100,00	0,00	0,00	60.205,80	0,00	60.205,80
2011 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	661.595,00	661.595,00	0,00	661.595,00	100,00	0,00	0,00	630.861,54	0,00	630.861,54
2012 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	420.458,00	420.458,00	0,00	420.458,00	100,00	0,00	0,00	420.259,37	0,00	420.259,37
4572 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO	200.000,00	199.100,00	0,00	199.100,00	99,55	900,00	0,45	114.790,48	0,00	114.790,48
SUBTOTAL	2.523.720,00	2.522.820,00	0,00	2.522.820,00	99,96	900,00	0,04	2.311.430,19	0,00	2.311.430,19
0901 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS										
0005 – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)	1.381.605,00	0,00	1.373.862,80	1.373.862,80	99,44	7.742,20	0,56	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL	1.381.605,00	0,00	1.373.862,80	1.373.862,80	99,44	7.742,20	0,56	0,00	0,00	0,00
0903 – OPERAÇÕES ESPECIAIS: TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS										
0369 – COTA-PARTE DOS ESTADOS E DF DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.636.706.430,00	2.636.706.430,00	0,00	2.636.706.430,00	100,00	0,00	0,00	2.207.640.295,25	0,00	2.207.640.295,25
SUBTOTAL	2.636.706.430,00	2.636.706.430,00	0,00	2.636.706.430,00	100,00	0,00	0,00	2.207.640.295,25	0,00	2.207.640.295,25

TOTAL	6.333.021.446,00	6.007.392.392,66	88.846.667,76	6.096.239.060,42	96,26	236.782.385,58	3,74	4.844.289.003,93	31.209.628,98	4.875.498.632,91
-------	------------------	------------------	---------------	------------------	-------	----------------	------	------------------	---------------	------------------

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 36 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS

FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA						EXECUÇÃO FINANCEIRA				
								DESPESA PAGA				INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR
		EMPENHOS EMITIDOS	DESTAQUES CONCEDIDOS	DOTAÇÃO UTILIZADA	%	DOTAÇÃO NÃO UTILIZADA	%	VALORES PAGOS	REPASSES CONCEDIDOS	TOTAL	%	RECURSOS A LIBERAR PARA ÓRGÃOS FEDERAIS
	A	B	C	D = B + C	E = D/A	F	G = F/A	H	I	J = H + I	K = J/D	L
0100	206.275.392,00	129.129.295,09	48.494.749,02	177.624.044,11	86,11	28.651.347,89	13,89	91.431.734,14	10.122.496,00	101.554.230,14	57,17	36.612.934,22
0112	716.522.360,00	628.905.748,50	3.762.555,45	632.668.303,95	88,30	83.854.056,05	11,70	365.484.676,14	3.512.555,45	368.997.231,59	58,32	250.000,00
0118	344.804.412,00	344.418.416,00	330.662,73	344.749.078,73	99,98	55.333,27	0,02	344.418.416,00	330.663,90	344.749.079,90	100,00	0,00
0153	60.609.821,00	59.414.410,94	0,00	59.414.410,94	98,03	1.195.410,06	1,97	59.414.410,94	0,00	59.414.410,94	0,00	0,00
0179	709.134.754,00	697.325.578,74	254.965,78	697.580.544,52	98,37	11.554.209,48	1,63	658.266.613,57	8.935,92	658.275.549,49	94,37	246.029,85
0300	292.000,00	0,00	292.000,00	292.000,00	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1112	12.150.850,00	11.943.050,00	0,00	11.943.050,00	98,29	207.800,00	1,71	11.943.050,00	0,00	11.943.050,00	100,00	0,00
0148	62.105.294,00	51.460.498,62	0,00	51.460.498,62	82,86	10.644.795,38	17,14	8.997.640,12	0,00	8.997.640,12	0,00	0,00
TESOURO	2.111.894.883,00	1.922.596.997,89	53.134.932,98	1.975.731.930,87	93,55	136.162.952,13	6,45	1.539.956.540,91	13.974.651,27	1.553.931.192,18	78,65	37.108.964,07
0113150071	2.636.706.430,00	2.636.706.430,00	0,00	2.636.706.430,00	100,00	0,00	0,00	2.207.640.295,25	0,00	2.207.640.295,25	83,73	0,00
0113150072	1.184.452.583,00	1.104.751.998,93	24.281.398,47	1.129.033.397,40	95,32	55.419.185,60	4,68	791.853.732,97	15.593.398,47	807.447.131,44	71,52	8.688.000,00
0176	36.101.714,00	1.125.432,00	0,00	1.125.432,00	3,12	34.976.282,00	96,88	272.433,00	0,00	272.433,00	24,21	0,00
0250	32.893.160,00	13.453.235,15	10.692.159,00	24.145.394,15	73,41	8.747.765,85	26,59	6.276.887,50	903.402,00	7.180.289,50	29,74	9.788.757,00
0293	156.895.476,00	155.986.173,69	738.177,31	156.724.351,00	99,89	171.125,00	0,11	125.516.989,30	738.177,24	126.255.166,54	80,56	0,00
1113	158.759.646,00	158.365.171,00	0,00	158.365.171,00	99,75	394.475,00	0,25	158.365.171,00	0,00	158.365.171,00	100,00	0,00
1293	15.317.554,00	14.406.954,00	0,00	14.406.954,00	94,06	910.600,00	5,94	14.406.954,00	0,00	14.406.954,00	100,00	0,00
FNDE	4.221.126.563,00	4.084.795.394,77	35.711.734,78	4.120.507.129,55	97,62	100.619.433,45	2,38	3.304.332.463,02	17.234.977,71	3.321.567.440,73	80,61	18.476.757,00
TOTAL	6.333.021.446,00	6.007.392.392,66	88.846.667,76	6.096.239.060,42	96,26	236.782.385,58	3,74	4.844.289.003,93	31.209.628,98	4.875.498.632,91	79,98	55.585.721,07

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 37 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO FINANCEIRA POR FONTE DE RECURSOS

FONTE	EXECUÇÃO FINANCEIRA								
	DESPESA PAGA						INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR		
	VALORES PAGOS	REPASSES CONCEDIDOS	TOTAL	REPASSE RECEBIDO/ RECEITA REALIZADA	SALDO	%	RECURSOS A LIBERAR PARA ÓRGÃOS FEDERAIS	EMPENHOS LIQUIDADOS (PROCESSADOS)	EMPENHOS LIQUIDADOS (NÃO PROCESSADOS)
	A	B	C = A + B	D	E = D - C	F = D/C	G	H	I
0100	91.431.734,14	10.122.496,00	101.554.230,14	99.743.845,93	(1.810.384,21)	98,22%	36.612.934,22	5.331.267,20	
0112	365.484.676,14	3.512.555,45	368.997.231,59	369.272.782,16	275.550,57	100,07%	250.000,00	247.898.764,76	
0118	344.418.416,00	330.663,90	344.749.079,90	344.804.412,00	55.332,10	100,02%	0,00	0,00	
0153	59.414.410,94	0,00	59.414.410,94	59.482.281,96	67.871,02	100,11%	0,00	0,00	
0179	658.266.613,57	8.935,92	658.275.549,49	658.439.080,69	163.531,20	100,02%	246.029,85	39.058.965,17	
0300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	
1112	11.943.050,00	0,00	11.943.050,00	12.035.550,00	92.500,00	100,77%	0,00	0,00	
0148	8.997.640,12	0,00	8.997.640,12	11.062.722,93	2.065.082,81	122,95%	0,00	42.462.858,50	
TESOURO	1.539.956.540,91	13.974.651,27	1.553.931.192,18	1.554.840.675,67	909.483,49	100,06%	37.108.964,07	334.751.855,63	
0113150071	2.207.640.295,25	0,00	2.207.640.295,25	2.655.754.012,89	448.113.717,64	120,30%	0,00	429.066.134,75	
0113150072	791.853.732,97	15.593.398,47	807.447.131,44	1.169.511.835,45	362.064.704,01	144,84%	8.688.000,00	96.966.980,10	
0176	272.433,00	0,00	272.433,00	2.000.000,00	1.727.567,00	734,13%	0,00	852.999,00	
0250	6.276.887,50	903.402,00	7.180.289,50	29.926.744,88	22.746.455,38	416,79%	9.788.757,00	7.123.347,65	
0293	125.516.989,30	738.177,24	126.255.166,54	237.960.487,75	111.705.321,21	188,48%	0,00	12.606.254,62	
1113	158.365.171,00	0,00	158.365.171,00	158.365.171,00	0,00	100,00%	0,00	0,00	
1293	14.406.954,00	0,00	14.406.954,00	23.231.852,91	8.824.898,91	161,25%	0,00	0,00	
FNDE	3.304.332.463,02	17.234.977,71	3.321.567.440,73	4.276.750.104,88	955.182.664,15	128,76%	18.476.757,00	546.615.716,12	
TOTAL	4.844.289.003,93	31.209.628,98	4.875.498.632,91	5.831.590.780,55	956.092.147,64	119,61%	55.585.721,07	881.367.571,75	

Fonte: FNDE/DIOF

5.7.2.1 Execução de Restos a Pagar

A execução das despesas inscritas em restos a pagar obedeceu aos dispositivos do Decreto nº 4.594/2003 e alterações posteriores.

A tabela abaixo apresenta a execução dos restos a pagar de 2002 ocorrida no exercício de 2003 e detalha, por fonte de recursos, os valores inscritos, pagos e cancelados, bem como o saldo remanescente que será pago em 2004 por força do Decreto nº 4.900/2003

TABELA 38 – RESTOS A PAGAR

(R\$)				
FONTE	RAP INSCRITOS EM 2003 (A)	RAP PAGOS EM 2003 (B)	RAP CANCELADO EM 2003 (C)	RAP PROCES. A PAGAR EM 2004 (D=A-B-C)
0100	6.438.813,23	5.557.627,14	823.158,86	58.027,23
0112	2.329.924,40	2.245.404,31	84.520,09	0,00
0113	401.019.505,64	399.749.747,99	1.247.805,65	21.952,00
0148	26.621.709,30	26.014.632,30	607.077,00	0,00
0156	164.027,84	3.566,08	160.461,76	0,00
0250	236.635,80	189.889,80	18.900,00	27.846,00
0650	1.966.672,78	945.718,76	363.305,22	657.648,80
1293	2.700,00	2.700,00	0,00	0,00
TOTAL	438.779.988,99	434.709.286,38	3.305.228,58	765.474,03

Fonte: FNDE/DIOF

5.7.2.2 Aplicação Financeira das Disponibilidades

De acordo com a legislação que rege as aplicações das disponibilidades financeiras do FNDE – Lei nº 9.766/98, regulamentada pelo Decreto nº 3.142/99, e Resolução nº 55 do Conselho Deliberativo do FNDE, de dezembro de 2001 –, os recursos gerenciados pela Autarquia podem ser aplicados por intermédio de instituição financeira pública federal, bem como na conta única do Tesouro Nacional, nas modalidades e proporções a critério do órgão.

As tabelas a seguir demonstram a rentabilidade alcançada em 2003 em relação à dotação autorizada, bem como à rentabilidade obtida em 2002:

TABELA 39 - RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA EM 2002 E 2003

(R\$)		
RENDIMENTOS	2002	2003
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL-STN	33.446.082,37	833.918,23
BANCO DO BRASIL S/A	125.231.753,41	260.358.422,43
TOTAL	158.677.835,78	261.192.340,66

Fonte: FNDE/DIOF

TABELA 40 – DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT DOS RENDIMENTOS DA APLICAÇÃO FINANCEIRA EM RELAÇÃO À DOTAÇÃO AUTORIZADA – 2003

(R\$)			
FONTE	DOTAÇÃO AUTORIZADA	RECEITA	DOTAÇÃO AUTORIZADA/RECEITA (%)
1293	172.213.030,00	261.192.340,66	151,67%

Fonte: FNDE/DIOF

5.7.2.3 Contas Correntes

A abertura de contas correntes de entidades atendidas pelas ações de governo executadas pela Autarquia ocorre desde o exercício de 2000, em função da celebração de acordos de cooperação mútua entre o FNDE e instituições bancárias estaduais e federais.

Com a Instrução Normativa STN nº 6/2001, que alterou o item IV do inciso IV do art. 18 da Instrução Normativa STN nº 1/97, foi possível, no exercício de 2003, a ampliação do número de bancos parceiros. Tal medida promoveu a intensificação da livre concorrência e proporcionou novas opções às entidades conveniadas, melhorando a qualidade dos serviços prestados. Nesse sentido, foram incorporadas à parceria instituições bancárias privadas: bancos Itaú (BEMGE, BEG, BANERJ e BANESTADO) e Santander (BANESPA e MERIDIONAL).

Com o objetivo de debater as principais questões dos acordos de cooperação mútua, promoveu-se reunião técnica, em maio de 2002, entre o FNDE e os bancos parceiros. Foram apresentadas as formas de execução de repasses de recursos pelo FNDE, além dos procedimentos e rotinas relacionadas à sistemática de abertura e movimentação de contas correntes.

De forma a acompanhar a correta movimentação dos recursos financeiros por parte das entidades convenientes, deu-se início, ainda em 2002, ao desenvolvimento de sistema informatizado voltado para o acompanhamento de contas correntes. O sistema tem a finalidade de antecipar a solução de distorções normalmente identificadas apenas por ocasião da análise da prestação de contas, o que gera diligências e inadimplências que seriam evitadas com a correção tempestiva de tais distorções ao longo da execução dos programas, tais como: não-aplicação dos recursos no mercado financeiro; utilização da conta corrente para fins diversos daquele relacionado com o objeto do convênio e não-utilização dos recursos na vigência da execução pactuada.

A implantação do referido sistema, em março de 2003, proporcionou, também, o monitoramento dos bancos parceiros quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas nos acordos. Inicialmente, o acompanhamento se restringiu, experimentalmente, aos domicílios bancários mantidos no Banco do Brasil S/A e, posteriormente, se estendeu aos demais bancos parceiros.

A tabela a seguir apresenta o total das contas abertas no exercício de 2003 e anteriores, ativas em 31/12/2003, por estabelecimento bancário e ação de governo.

TABELA 41 – CONTAS CORRENTES ATIVAS – 2003

BANCOS	PDDE	MERENDA	PNTE	PTA	RECOMEÇO	TOTAL
BRASIL S/A	67.025	6.999	1.157	4.063	1.936	81.180
CEF	12.114	1.863	115	339	0	14.431
BANESTES	1.254	0	4	0	0	1.258
BANESE	599	93	0	9	0	701
BEC	562	0	0	0	0	562
NCNB	211	0	8	1	0	220
BESC	63	53	12	0	0	128
SANTANDER(BANESPA)	116	486	7	1	0	610
SANTANDER(MERIDIONAL)	3	20	0	0	0	23
ITAÚ(BEG)	91	66	4	0	0	161
ITAÚ(BANESTADO)	8	0	2	2	0	12
ITAÚ(BEMGE)	18	0	8	6	0	32
ITAÚ(BANERJ)	01	0	0	0	0	01
BASA	38	0	0	0	0	38
TOTAL	82.103	9.580	1.317	4.421	1.936	99.357

Fonte:FNDE/DIROF

5.7.2.4 Publicidade dos Pagamentos

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452/97 e em atos normativos internos, a Autarquia expede avisos de pagamento a câmaras municipais, assembléias legislativas, equipes coordenadoras do Programa Recomeço e aos conselhos de alimentação escolar e do FUNDEF.

Adicionalmente, por força dos acordos de cooperação mútua firmados com os bancos parceiros, estes estão obrigados, também, a encaminhar avisos de crédito a todos os titulares de contas correntes depositárias de recursos transferidos pelo FNDE.

5.8 Contabilidade

No exercício de 2003, destacaram-se as seguintes atividades:

- Acompanhamento da contabilização dos processos relativos aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- Atualização dos registros de recebimento e aprovação dos convênios;
- Registro dos inadimplentes nos termos da Decisão nº 1.173 do TCU;
- Análise dos registros e demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira;

- Registro de conformidade contábil diária;
- Elaboração do processo de prestação de contas anual da Autarquia.

5.9 Prestação de Contas

Em 2003, foram atualizados no Sistema Informatizado de Prestação de Contas – SISPCO os registros das prestações de contas das transferências automáticas. Permitiu-se, assim, o acesso às informações em todos os estágios dos processos relativos às contas dos executores dos recursos da Autarquia, entre eles os registros de recebimento, análise, aprovação, diligência etc. Evitou-se, portanto, a liberação de recursos a estados e municípios em débito com a prestação de contas ou com irregularidades na documentação apresentada.

Quanto ao sistema de acompanhamento de recursos transferidos mediante termos de convênios, foi atualizado o módulo de recebimento e análise documental com a emissão tempestiva das diligências para apurar falhas verificadas nos documentos apresentados ou omissão da apresentação da prestação de contas. Permitiu-se, dessa forma, a manutenção atualizada dos registros de recebimento das prestações de contas e de inadimplência junto ao SIAFI.

No período de 31/10/2003 a 18/12/2003, foi realizado mutirão com dez servidores, oriundos das universidades federais do Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso e do Rio Grande do Sul e do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, para instaurar tomada de conta especial em convênios omissos na apresentação da prestação de contas. O trabalho resultou na abertura de 1.423 tomadas de contas especiais. Desse total, 299 foram canceladas em função de as entidades terem regularizado as respectivas situações de inadimplência, e, outras 15, em função da devolução dos recursos impugnados.

6. Desempenho dos Programas Governamentais

6.1.Toda Criança na Escola

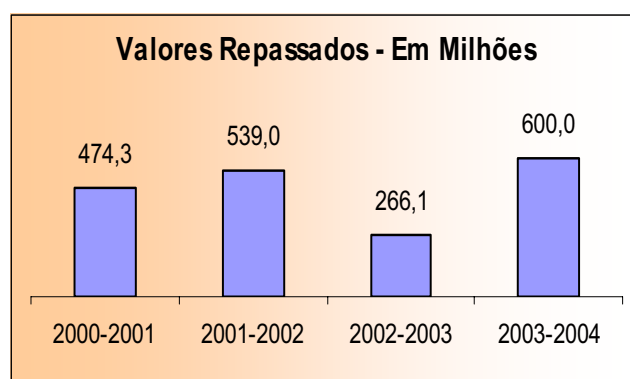
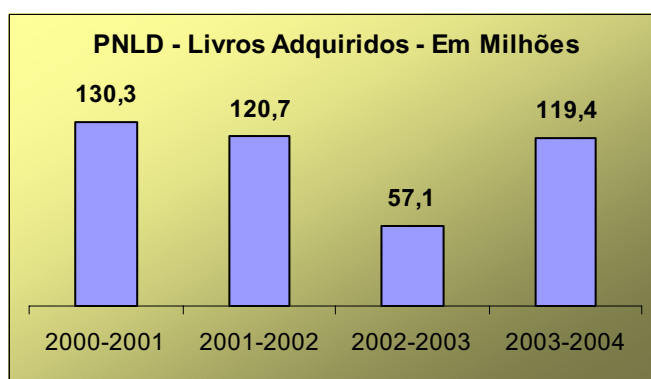
O objetivo do Programa Toda Criança na Escola é contribuir para a universalização do ensino fundamental ao assegurar equidade nas condições de acesso e permanência. Os indicadores são a taxa de evasão, a repetência e a taxa líquida de escolarização na modalidade de ensino. É um programa de alcance social, desenvolvido por diversos órgãos. A maior parte dos recursos orçamentários está alocada na Autarquia.

6.1.1 Livro Didático

A distribuição gratuita de livros didáticos a alunos e professores do ensino fundamental da rede pública é feita pelo Governo Federal desde 1985. Ao longo dos anos, o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD se consolidou por meio de um movimento de ampliação, universalização de direitos e expansão de público-alvo. Com ele, traçou-se o caminho para uma política social de alto grau de eficácia e efetividade. Como exemplo de execução os títulos do PNLD de 2004 foram inscritos, selecionados e avaliados pedagogicamente nos exercícios de 2001 e 2002.

Para alcançar o nível de eficiência atual, o programa foi submetido, ao longo dos anos, a uma série de modificações, apesar de manter parte considerável das características originais, tais como adoção de livros reutilizáveis; escolha democrática das obras pelo professor; distribuição gratuita às escolas e aquisição com recursos do Governo Federal.

**EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PNLD REFERENTE AO QUANTITATIVO
DE LIVROS ADQUIRIDOS E RECURSOS APLICADOS – 2000 A 2003**



QUADRO DEMONSTRATIVO DO HISTÓRICO DO PNLD – 1938 A 2003

ANO	FATOS	LEGISLAÇÃO/OBSERVAÇÕES
1938	Criação do Conselho Nacional do Livro Didático (CNLD). Legisla sobre condições de importação e utilização de livros didáticos.	Decreto-Lei nº 1006/38
1966	Comissão do Livro Técnico Didático (COLTED). Acordo entre MEC e Usaid – distribuição de 51 milhões de livros em três anos.	
1971	Programa do Livro Didático para Ensino Fundamental (PLIDEF). Início das parcerias com os estados para implementar o Fundo do Livro Didático.	Término do Acordo com a Usaid
1976	Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME). Utilizam-se recursos do FNDE e contrapartidas mínimas da participação dos estados, mas os recursos são insuficientes. Como consequência, a rede municipal de ensino é excluída.	É criada a FAE para substituir a FENAME, em 1983. O PLIDEF é incorporado
1985	O PLIDEF é substituído pelo PNLD – Programa Nacional do Livro Didático. Indicação dos livros pelos professores.	Decreto n.º 91.542, de 19/08/1985
1993	Vinculação de recursos para aquisição e distribuição de livros aos alunos da rede pública provenientes do FNDE.	Resolução nº 06, de julho de 1993
1996	Iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos, consolidado no <i>Guia do Livro Didático</i> , que serve de fonte de consulta para os professores.	Referência para o aperfeiçoamento do processo de escolha dos livros
1997	Extinção da FAE e absorção do PNLD pelo FNDE.	O PNLD distribuía livros didáticos de algumas matérias apenas para alunos da 1ª à 4ª série
1998	Distribuição de 109,2 milhões de livros aos alunos da 1ª à 8ª série. O PNLD passa a distribuir livros a todos os alunos do ensino fundamental.	Resolução n.º 21/98 – Critérios de Atendimento
1999	Realização, pela primeira vez, do controle de qualidade nos livros didáticos, sob responsabilidade do Instituto Nacional de Tecnologia – INT e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT.	Resolução n.º 07/99 – Retifica o Anexo I – cronograma de atendimento do PNLD
2000	Pela primeira vez, os livros didáticos são entregues antes do início do ano letivo. Incorporação, em caráter permanente, da distribuição de Dicionários de Língua Portuguesa para o ano letivo de 2001 aos alunos da 1ª à 4ª série.	Resolução n.º 22/2000 – Dispõe sobre a execução do PNLD
2001	Distribuição de dicionários para alunos da 1ª à 4ª série.	Revogadas as resoluções anteriores. Vigora a Resolução nº 003/2001 – Dispõe sobre a execução do PNLD
2002	Extensão do atendimento, com dicionários para alunos da 5ª à 6ª série.	Resolução nº 003/2001 – Dispõe sobre a execução do PNLD.
2003	A distribuição de dicionários alcança o objetivo ao contemplar todos os alunos da 1ª à 8ª série do ensino fundamental. Criado o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM).	Resolução nº 038/2003 – Cria o PNLEM

Fonte: FNDE/DIRAE

TABELA 42 – CONSOLIDADO DO ATENDIMENTO PNLD – 1998 A 2003

ANO DA AQUISIÇÃO	ANO DA UTILIZAÇÃO	DESTINO DOS LIVROS E CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO	ESCOLAS	ALUNOS	RECURSOS
1998	1999	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 4ª série; todos os alunos da 5ª à 8ª série.	169 mil	32,9 milhões	373 milhões
1999	2000	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 8ª série.	165 mil	33,4 milhões	249 milhões
2000	2001	Todos os alunos da 1ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	163 mil	32,5 milhões	474,3 milhões
2001	2002	Todos os alunos de 1ª série; complementação da 2ª à 4ª série; todos os alunos da 5ª à 8ª série.	162 mil	31,9 milhões	539,04 milhões
2002	2003	Todos os alunos de 1ª série; última complementação da 2ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	159 mil	31,9 milhões	266,10 milhões
2003	2004	Todos os alunos da 1ª à 4ª série; complementação da 5ª à 8ª série.	153 mil	31,9 milhões	577,19 milhões

Fonte: FNDE/DIRAE

EXECUÇÃO CENTRALIZADA

As escolas públicas do País receberam diretamente, no período de setembro a dezembro de 2003 e janeiro de 2004, livros da 1ª à 4ª série e dicionários da Língua Portuguesa, além da complementação dos livros da 5ª à 8ª série para o ano letivo de 2004.

TABELA 43 – DISTRIBUIÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO – 2003

(R\$)

UF	LIVROS ADQUIRIDOS	DICIONÁRIOS ADQUIRIDOS	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO (R\$)	TOTAL
AC	617.374	16.914	634.288	2.764.745,15	445.101,21	3.209.846,36
AM	3.119.578	104.236	3.223.814	13.748.361,90	2.213.373,09	15.961.734,99
AP	532.984	13.587	546.571	2.358.823,03	379.751,09	2.738.574,12
PA	7.091.859	192.186	7.284.045	31.241.169,90	5.029.571,19	36.270.741,09
RO	1.134.257	36.925	1.171.182	4.936.885,48	794.797,92	5.731.683,40
RR	290.742	9.367	300.109	1.346.111,45	216.712,86	1.562.824,31
TO	1.046.139	33.721	1.079.860	4.728.300,55	761.217,5	5.489.518,05
N	13.832.933	406.936	14.239.869	61.124.397,46	9.840.524,86	70.964.922,32
AL	2.681.303	83.046	2.764.349	11.912.926,30	1.917.883,07	13.830.809,37
BA	13.377.907	343.406	13.721.313	58.122.473,20	9.367.239,74	67.479.712,94
CE	5.959.530	260.601	6.220.131	26.871.609,10	4.326.107,87	31.197.716,97
MA	6.198.868	161.129	6.359.997	27.672.677,90	4.455.073,35	32.127.751,25
PB	2.969.102	84.527	3.053.629	13.031.430,70	2.097.953,07	15.129.383,77
PE	5.928.950	196.781	6.125.731	26.164.481,00	4.212.266,07	30.376.747,07
PI	2.889.730	84.826	2.974.556	12.673.446,40	2.040.320,55	14.713.766,95
RN	1.997.911	66.043	2.063.954	8.797.559,56	1.416.334,67	10.213.894,23
SE	1.498.969	45.831	1.544.800	6.393.653,22	1.029.325,54	7.422.978,76
NE	43.502.270	1.326.190	44.828.460	191.640.257,38	30.852.503,93	222.492.761,31
DF	1.027.235	40.167	1.067.402	4.544.469,96	731.622,26	5.276.092,22
GO	3.050.966	120.497	3.171.463	13.814.145,40	2.223.963,7	16.038.109,10
MS	1.414.335	55.064	1.469.399	6.276.802,58	1.010.513,55	7.287.316,13
MT	2.121.609	82.866	2.204.475	9.594.034,13	1.544.560,52	11.138.594,65
CO	7.614.145	298.594	7.912.739	34.229.452,07	5.510.660,03	39.740.112,10
ES	1.735.060	67.318	1.802.378	7.603.271,81	1.224.064,17	8.827.335,98
MG	11.002.165	430.591	11.432.756	48.011.790,60	7.729.503,07	55.741.293,67
RJ	7.306.133	275.637	7.581.770	31.454.276,10	5.063.879,53	36.518.155,63
SP	17.592.558		17.592.558	67.319.632,25	7.479.959,14	74.799.591,39
SE	37.635.916	773.546	38.409.462	154.388.970,76	21.497.405,91	175.886.376,67
PR	5.283.276	228.751	5.512.027	23.564.184,70	3.793.639,77	27.357.824,47
RS	5.308.601	200.098	5.508.699	22.370.982,60	3.601.544,05	25.972.526,65
SC	2.853.380	115.805	2.969.185	12.721.647,90	2.048.080,59	15.690.832,90
S	13.445.257	544.654	13.989.911	58.656.815,20	9.443.264,41	69.021.184,02
BRASIL	116.030.521	3.349.920	119.380.441	500.039.892,87	77.144.359,14	577.184.252,01

Fonte: FNDE/DIRAE

O preço médio dos livros adquiridos para o PNLD de 2004, em função da escala, equivale, em média, de 10% a 15% do preço de capa desses livros no mercado. O custo médio de aquisição em 2003, por exemplar, do livro didático e do Dicionário Escolar da Língua Portuguesa foi de R\$ 4,19 e de R\$ 6,06, respectivamente.

A tabela não inclui os valores correspondentes a controle de qualidade dos livros, triagem, avaliação pedagógica, produção em braile, aquisição e distribuição de periódicos, no valor total de R\$ 22.890.060,59.

EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

O PNLD é executado de forma descentralizada somente pelo Estado de São Paulo graças a convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre o FNDE e a Secretaria Estadual de Educação para repasse de recursos com vistas à aquisição e à distribuição dos livros, dos componentes curriculares da Língua Portuguesa, de Matemática, de História, de Geografia e de Ciências e dos livros de ficção e de não-ficção destinados aos alunos dos ciclos I (1ª à 4ª série) e II (5ª à 8ª série) das escolas das redes federal, estadual e municipal.

Para a execução do PNLD de 2004, o FNDE repassou R\$ 74.799.591,39 a São Paulo para a aquisição de 17,6 milhões de livros destinados a alunos de aproximadamente dez mil escolas. O estado, além de assumir a contrapartida, ficou responsável pela operacionalização do programa em todos os municípios.

6.1.1.1 Indicador de Desempenho Econômico (custo *per capita* do PNLD/ano)

Custo total da ação = 600.074.313	= R\$ 20,69
População escolar atendida = 31.911.098	

6.1.1.2 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta (Distribuição de Livros Didáticos para Alunos e Professores do Ensino Fundamental)

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
119.380	601.157.404	119.380	600.074.312	100,00	99,82

O programa obteve pleno êxito, não se tendo constatado quaisquer óbices para sua execução.

Produto: exemplar distribuído
Unidade de medida: milhar

6.1.2 Biblioteca na Escola

O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE tem o propósito de estimular o hábito da leitura para a formação da consciência crítica dos alunos das escolas públicas e para a difusão do conhecimento entre professores e estudantes.

Iniciado há seis anos, o programa é operacionalizado com a distribuição às escolas públicas do ensino fundamental de obras de literatura, enciclopédias e outros materiais didáticos de apoio.

Em 2001 o PNBE alterou o foco de atuação ao promover o projeto Literatura em Minha Casa – distribuição de obras de literatura aos próprios alunos para utilização tanto em sala de aula quanto fora dela.

A EXECUÇÃO CENTRALIZADA DO PNBE de 2003

Em 2003, nos termos da Portaria Ministerial nº 3.443, de 18/11/2003, ampliou-se o atendimento do PNBE. Além Literatura em Minha Casa, foram implementados os projetos Palavra da Gente, Casa da Leitura, Biblioteca Escolar e Biblioteca do Professor.

A execução obedeceu ao disposto na Resolução FNDE/CD/nº 008, de 08/04/2003, que determinou a distribuição de coleções de obras de literatura e de informação aos alunos matriculados na 4ª e na 8ª séries e aos da última série, termo, módulo ou similar correspondente à última etapa do segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos dos cursos presenciais do ensino fundamental, bem como às escolas públicas que oferecerem essas séries no exercício de 2004. O resultado foi a ampliação do número de alunos beneficiados – de 3,8 milhões em 2002 para 18 milhões em 2003.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PNBE QUANTO A ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS APLICADOS NA AÇÃO – 2000 A 2003

TABELA 44 – HISTÓRICO DO ATENDIMENTO – PNBE

ANO	DESTINO DOS LIVROS CRITÉRIOS DE ATENDIMENTO	NÚMERO ESCOLAS	NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS	RECURSO
1998	Bibliotecas das escolas da 1ª à 8ª série com mais de 500 alunos	20 mil	16,6 milhões alunos	23,5 milhões
1999	Bibliotecas das escolas da 1ª à 4ª série com mais de 150 alunos	36 mil	10,8 milhões alunos	17,5 milhões
2000	Bibliotecas das escolas participantes do Programa Parâmetros em Ação	30,7 mil	Diversos profissionais de educação	15,1 milhões
2001	Bibliotecas das escolas que oferecem a 4ª e a 5ª séries (quatro acervos completos, por escola) – todos os alunos de 4ª e 5ª séries (uma coleção)	139 mil	8,5 milhões de alunos	50,3 milhões
2002	Bibliotecas das escolas que oferecem a 4ª série (um acervo completo, por escola) – todos os alunos da 4ª série (uma coleção)	126 mil	3,8 milhões	19,8 milhões
2003	Literatura em Minha Casa – 4ª e 8ª séries; Palavra da Gente – 2ª fase do EJA; Casa da Leitura: Prefeituras; Biblioteca das escolas da 5ª à 8ª série; Biblioteca do Professor – Prof. alfabetizadores e da 1ª à 4ª série.	124,4 mil – 4ª série; 35,6 mil – 8ª série; 10,9 mil – EJA; 20 mil – Biblioteca escolar	18,0 milhões de alunos e 720 mil professores	110,7 milhões

Fonte: FNDE/DIRAE

DADOS DA EXECUÇÃO DO PNBE EM 2003

Para o PNBE de 2003, foram adquiridos 49,0 milhões de livros e 9,1 milhões de acervos, distribuídos segundo as características específicas de cada projeto.

As tabelas abaixo apresentam o quantitativo de coleções adquiridas e distribuídas por unidade federativa referente aos projetos Literatura em Minha Casa e Palavra da Gente. No valor total apresentado não estão incluídas as despesas com controle de qualidade correspondente a R\$ 476,8 mil. Indicam, também, os números dos acervos adquiridos no final do ano de 2003 para distribuição em 2004.

**TABELA 45 – DISTRIBUIÇÃO DOS ACERVOS PNBE – 2003
LITERATURA EM MINHA CASA E PALAVRA DA GENTE**

UF	FÍSICO				FINANCEIRO		
	ALUNOS	ESCOLAS	COLEÇÕES – RESERVA TÉCNICA	TOTAL	AQUISIÇÃO	DISTRIBUIÇÃO	TOTAL
AC	29.095	4.867	1.021	34.983	157.622,38	35.410,75	193.033,13
AM	158.576	14.816	5196	178.588	786.712,88	176.739,44	963.452,32
AP	27.133	3.512	919	31.564	141.368,79	31.759,29	173.128,08
PA	298.844	44.781	10.309	353.934	1.594.667,28	358.250,90	1.952.918,18
RO	64.202	12.207	2.293	78.702	350.979,51	78.849,51	429.829,02
RR	18.725	3.000	653	22.378	101.043,64	22.700,02	123.743,66
N	596.575	83.183	20.391	700.149	3.132.394,48	703.709,91	3.836.104,39
AL	120.668	16.707	4.121	141.496	623.679,79	140.113,15	763.792,94
BA	541.246	110.860	19.526	671.632	2.957.168,87	664.344,49	3.621.513,36
CE	361.529	83.142	13.345	458.016	2.006.846,10	450.849,18	2.457.695,28
MA	310.494	51.539	10.086	372.119	1.655.101,92	371.827,88	2.026.929,80
PB	151.140	23.765	5.247	180.152	796.799,03	179.005,35	975.804,38
PE	311.899	49.706	10.846	372.451	1.650.059,32	370.695,04	2.020.754,36
PI	124.539	31.599	4.287	160.425	716.555,44	160.978,18	877.533,62
RN	123.504	23.537	4.029	151.070	678.532,22	152.436,05	830.968,27
SE	75.226	13.546	2.661	91.433	407.255,77	91.492,28	498.748,05
NE	2.120.245	404.401	74.148	2.598.794	11.491.998,46	2.581.741,60	14.073.740,06
DF	61.115	7.156	2.048	70.319	307.710,65	69.128,91	376.839,56
GO	217.426	35.709	7.594	260.729	1.160.173,44	260.639,44	1.420.812,88
MS	81.799	13.446	2.858	98.103	432.377,03	97.135,91	529.512,94
MT	123.366	16.046	4.183	143.595	632.966,91	142.199,55	775.166,46
TO	74.556	12.226	2.603	89.385	408.597,68	91.793,75	500.391,43
CO	558.262	84.583	19.286	662.131	2.941.825,71	660.897,56	3.602.723,27
ES	111.758	18.852	3.918	134.528	595.459,46	133.773,29	729.232,75
MG	738.316	112.506	25.472	876.294	3.839.294,21	862.518,87	4.701.813,08
RJ	428.087	55.598	14.331	498.016	2.212.569,89	497.066,17	2.709.636,06
SP	1.167.680	105.080	37.439	1.310.199	5.799.321,60	1.302.849,96	7.102.171,56
SE	2.445.841	292.036	81.160	2.819.037	12.446.645,16	2.796.208,29	15.242.853,45
PR	358.917	45.841	11.554	416.312	1.839.296,57	413.208,24	2.252.504,81
RS	348.013	77.311	12.760	438.084	1.937.550,25	435.281,48	2.372.831,73
SC	204.273	37.925	6.851	249.049	1.101.930,67	247.554,87	1.349.485,54
S	911.203	161.077	31.165	1.103.445	4.878.777,49	1.096.044,59	5.974.822,08
SUBTOTAL	6.632.126	1.025.280	226.150	7.883.556	34.891.641,30	7.838.601,95	42.730.243,25
RESERVA MEC				494.400	2.167.590,00	486.961,19	2.654.551,19
TOTAL	6.632.126	1.025.280	226.150	8.377.956	37.059.231,30	8.325.563,14	45.384.794,44

Fonte: FNDE/DIRAE

Os preços médios das coleções para o PNBE 2003 foram de R\$ 4,43 (4ª série), R\$ 4,31 (8ª série) e R\$ 5,11 (EJA).

TABELA 46 – OUTROS PROJETOS DO PNBE DE 2003

OUTROS PROJETOS	ACERVOS	LIVROS POR ACERVO	TOTAL DE LIVROS	VALOR
Casa da Leitura	50.000	114	5.700.000	6.607.016,86
Biblioteca do professor	720.509	2	1.441.018	13.643.604,22
Biblioteca da escola	22.252	144	3.204.288	44.685.798,84

6.1.2.1 Indicador de Desempenho: Custo *Per Capita* por Aluno do PNBE/Ano.

Custo total do programa = 110.798.022	= R\$ 3,47
População beneficiada = 31.911.098	

6.1.3 Alimentação Escolar

O PNAE tem como objetivo suprir as necessidades alimentares e nutricionais dos alunos e, conseqüentemente, promover bons hábitos alimentares. Dessa forma, contribui para o crescimento e para o desenvolvimento das crianças e para a redução dos índices de evasão escolar, além de fomentar a economia local e possibilitar o efetivo controle social por meio dos conselhos de alimentação escolar – CAE.

Desde a edição da Medida Provisória nº 1.784/98, ora sob o nº 2.178-36/01, a execução do PNAE desenvolve-se de forma descentralizada. Ou seja, os recursos financeiros destinados à aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar são repassados diretamente aos estados, ao Distrito Federal, aos municípios e, ainda, às escolas federais, denominadas entidades executoras, mediante

depósito em conta corrente específica, aberta pelo FNDE, sem a necessidade de se firmar convênio ou outro tipo de instrumento legal.

A aplicação dos recursos recebidos à conta do PNAE deve ser feita, exclusivamente, na aquisição de gêneros alimentícios. Do total transferido, 70% deve, obrigatoriamente, ser aplicado na compra de produtos básicos. Os cardápios são elaborados por nutricionistas, com a participação do CAE, e devem respeitar os hábitos alimentares locais, privilegiar os produtos básicos e, entre estes, os semi-elaborados e *in natura*.

Os recursos são repassados em dez parcelas mensais, a partir de fevereiro, para o atendimento de 20 dias. Compreende, assim, a cobertura de 200 dias letivos. O cálculo do montante a ser repassado é feito com base no número de alunos declarado no censo escolar do ano anterior ao do atendimento.

DIRETRIZES IMPLEMENTADAS NO PROGRAMA EM 2003

▪ Aumento do valor *per capita* dos recursos do PNAE

Em 2003, houve elevação *per capita* – de R\$ 0,06 para R\$ 0,13 – dos recursos destinados aos alunos da pré-escola da rede pública e dos alunos das escolas filantrópicas. Constavam R\$ 880 milhões no Orçamento Geral da União de 2003 destinados ao atendimento de 36 milhões de alunos. Entretanto, em decorrência do aumento do valor *per capita*, foram acrescidos 11% ao orçamento original, resultando no montante de R\$ 954 milhões.

▪ Extensão do atendimento do PNAE aos alunos matriculados em creches

Foi aprovada por um grupo de trabalho interministerial a extensão do atendimento aos alunos matriculados em creches da rede pública e em entidades filantrópicas a partir de junho de 2003. O Grupo estipulou o valor *per capita* de R\$ 0,18 e o atendimento para 151 dias letivos de 2003, a contar de junho. Ficou estabelecido o atendimento de 250 dias letivos para 2004, mantidos os demais critérios de execução do programa relativos aos alunos da pré-escola e do ensino fundamental.

A definição de R\$ 0,18 *per capita* e o aumento de dias para o atendimento dos alunos justificam-se pelos trabalhos diferenciados desenvolvidos pelas creches, interrompidos apenas nos fins de semana e feriados, bem como pelas exigências nutricionais que a faixa etária requer.

Diante das proposições do grupo de trabalho, em 16 de junho de 2003, o Conselho Deliberativo do FNDE editou a Resolução nº 015, que regulamenta o PNAC.

▪ Programa Nacional de Alimentação Escolar para os alunos matriculados na educação indígena

Como parte do conjunto de ações implementadas pelo Governo Federal no âmbito do Programa Fome Zero, o Ministério da Educação, por intermédio do FNDE, e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA decidiram implementar o Programa Nacional de Alimentação Escolar para os alunos matriculados nas escolas indígenas – PNAI. Trata-se de atendimento diferenciado em virtude do alto grau de insegurança alimentar que marca a história dos povos indígenas.

O programa foi regulamentado pela Resolução nº 045, de 31 de outubro de 2003, do Conselho Deliberativo do FNDE. O repasse dos recursos financeiros para a execução do PNAI ocorre nas mesmas formas e condições estabelecidas para o PNAE. A transferência dos recursos se faz diretamente a estados e municípios, conforme dados obtidos no censo escolar do ano anterior ao do atendimento.

O valor por aluno/dia é de R\$ 0,34. Foram repassados recursos para a cobertura de 65 dias letivos, de outubro a dezembro. A partir de 2004, serão transferidos recursos para 250 dias, – de fevereiro a dezembro. São excluídos somente os fins de semana e os feriados nacionais.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PNAE QUANTO A ALUNOS BENEFICIADOS E RECURSOS TRANSFERIDOS – 2000 A 2003

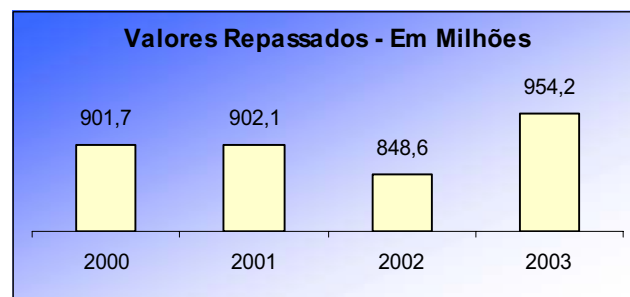
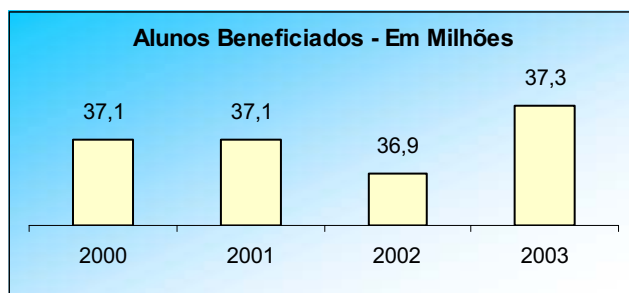


TABELA 47 – PNAE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – 2003

UF	PNAE (Nº DE ALUNOS)	VALOR	PNAC (Nº DE ALUNOS)	VALOR	PNAI (Nº DE ALUNOS)	VALOR	TOTAL (Nº DE ALUNOS)	TOTAL VALOR
AC	160.208	4.237.230,40	2.081	56.561,58	3.453	76.311,30	165.742	4.370.103,28
AP	136.232	3.594.146,40	912	24.788,16	29.666	60.355,10	139.875	3.679.289,66
AM	749.417	19.765.283,20	7.060	191.890,80	2.731	655.618,60	786.143	20.612.792,60
PA	1.756.390	45.373.861,00	26.935	733.832,10	6.089	134.566,90	1.789.414	46.242.260,00
RO	327.981	8.439.471,30	4.406	119.755,08	2.486	54.940,60	334.873	8.614.166,98
RR	80.028	2.126.055,75	2.039	55.420,02	8.570	189.397,00	90.637	2.370.872,77
TO	306.479	7.996.907,36	8.829	239.972,22	2.702	59.714,20	318.010	8.296.593,78
N	3.516.735	91.532.955,41	52.262	1.422.219,96	55.697	1.230.903,70	3.624.694	94.186.079,07
AL	741.986	19.270.027,40	8.445	229.535,10	1.255	27.735,50	751.686	19.527.298,00
BA	3.755.494	85.777.465,02	52.316	1.409.283,00	3.436	75.935,60	2.680.342	87.262.683,62
CE	1.918.660	49.787.479,30	70.352	1.911.804,48	1.447	31.978,70	1.990.459	51.731.262,48
MA	1.764.530	45.789.281,72	26.830	705.049,20	8.508	188.026,80	1.799.868	46.682.357,72
PB	893.580	22.911.930,60	16.113	436.147,02	2.713	59.957,30	912.406	23.408.034,92
PE	1.727.487	44.972.895,24	20.090	545.451,48	4.994	110.367,40	1.752.571	45.628.714,12
PI	828.755	21.453.187,60	20.574	559.489,32	0	0,00	849.329	22.012.676,92
RN	642.957	16.606.277,74	32.640	882.679,68	0	0,00	675.597	17.488.957,42
SE	465.976	12.064.652,60	4.915	133.589,70	114	2.519,40	471.005	12.200.761,70
NE	12.739.425	318.633.197,22	252.275	6.813.028,98	22.467	496.520,70	11.883.263	325.942.746,90
ES	614.013	15.947.635,60	26.055	707.660,82	493	10.895,30	640.561	16.666.191,72
MG	3.728.635	96.700.338,80	60.383	1.641.332,34	2.104	46.498,40	3.791.122	98.388.169,54
RJ	2.246.702	58.379.915,49	42.021	1.143.630,00	0	0,00	2.288.723	59.523.545,49
SP	6.328.643	163.841.511,86	212.788	5.788.919,15	574	12.685,40	6.542.005	169.643.116,41
SE	12.917.993	334.869.401,75	341.247	9.281.542,31	3.171	70.079,10	13.262.411	344.221.023,16
PR	1.766.197	45.715.586,02	78.866	2.145.996,90	1.928	42.608,80	1.846.991	47.904.191,72
RS	1.765.421	44.004.361,96	45.522	1.237.287,96	4.315	95.361,50	1.815.258	45.337.011,42
SC	1.045.706	27.138.885,80	52.095	1.419.094,98	1.133	25.039,30	1.088.934	28.583.020,08
S	4.577.324	116.858.833,78	176.483	4.802.379,84	7.376	163.009,60	4.761.183	121.824.223,22
DF	348.393	9.058.179,00	3.652	92.937,06	0	0,00	352.045	9.151.116,06
GO	1.094.322	28.440.244,04	21.690	589.534,20	0	0,00	1.116.012	29.029.778,24
MS	473.512	12.715.714,70	13.704	371.759,04	16.719	369.489,90	503.935	13.456.963,64
MT	605.778	15.746.233,88	16.325	443.403,90	8.534	188.601,40	630.637	16.378.239,18
CO	2.522.005	65.960.371,62	55.371	1.497.634,20	25.253	558.091,30	2.602.629	68.016.097,12
BRASIL	36.273.482	927.854.759,78	877.638	23.816.805,29	113.964	2.518.604,40	37.265.084	954.190.169,47

Fonte: FNDE/DIRAE

6.1.3.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Alimentação Escolar

Produto: Aluno beneficiado

Unidade de Medida: Milhar

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
37.265	964.548.987	37.265	954.164.176,68	100,00	98,92

O programa obteve pleno êxito. Não houve impedimentos a sua execução.

6.1.3.2 Indicador de Desempenho: Custo Per Capita do PNAE/Ano

Custo total do programa = 954.190.169,00	= R\$ 25,61
Alunos atendidos = 37.265.084	

6.1.3.3 Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE é uma exigência da legislação que rege o programa. Ele possibilita a participação da sociedade civil como agente co-responsável no processo da garantia da execução adequada do PNAE. Ou seja, por meio dos conselhos, os cidadãos brasileiros podem fiscalizar e avaliar o desempenho do programa e fazer da alimentação escolar uma referência brasileira na área da educação.

Para que os conselhos executem as atividades preconizadas na legislação, o FNDE promove, anualmente, estratégias de capacitação para atrair o maior número possível de membros nas diversas regiões do País. Em 2003, três estratégias foram utilizadas para a capacitação dos conselheiros:

- Capacitação realizada diretamente por técnicos do FNDE
- Capacitação regional
- Seminário Nacional de Alimentação Escolar

Ao final do processo, foram capacitados 1.896 membros de 581 Conselhos. Como esse grupo de pessoas capacitadas atuou como multiplicador, estima-se que no exercício de 2003 tais estratégias tenham alcançado 4.067 conselheiros – os conselhos são compostos por sete membros.

6.1.3.3.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Capacitação de Conselheiros para o Exercício do Controle Social

Produto: Conselheiro capacitado

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
648	1.500.000	1.896	1.394.758	292,59	92,98
A implementação de estratégias de aplicação de recursos permitiu a superação da meta física prevista					

6.1.4 Dinheiro Direto na Escola

O Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE tem por objetivo melhorar a qualidade do ensino fundamental e tornar sua oferta equitativa, reforçar a autonomia gerencial e a participação social das unidades educacionais, além de assegurar às escolas melhores condições de funcionamento. Os repasses são feitos para:

- Aquisição de material permanente
- Manutenção, conservação e pequenos reparos da unidade escolar
- Aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola
- Capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação
- Avaliação da aprendizagem, implementação de projeto pedagógico
- Desenvolvimento de atividades educacionais

O programa tem seus critérios de execução estabelecidos pela Medida Provisória nº 2.178-36, de 24/08/2001. Em 2003, a execução foi regulamentada pelas resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE nº 003, de 27 de fevereiro, nº 004, de 27 de março, nº 041, de 29 de outubro, e nº 056, de 11 dezembro.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PDDE QUANTO A RECURSOS TRANSFERIDOS E UNIDADES ESCOLARES BENEFICIADAS NA AÇÃO – 2000 A 2003

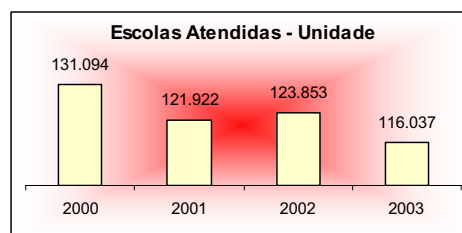
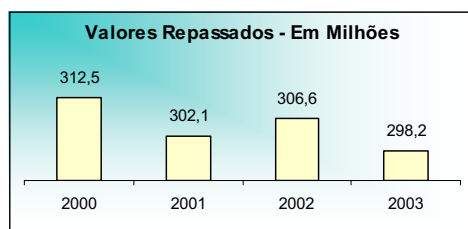


TABELA 48 – PREVISÃO DE REPASSE ANUAL ÀS ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – 2003

NÚMERO DE ALUNOS POR ESCOLA	CUSTEIO		CAPITAL		TOTAL				(R\$)
	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES S, SE e DF)	(REGIÕES S, SE e DF)	(REGIÕES S, SE e DF)	(REGIÕES S, SE e DF)	
De 21 a 50	600	0	600	500	0	500			
De 51 a 100	3.600	400	4000	2.600	300	2900			
De 101 a 250	2.300	400	2700	1.500	300	1800			
De 251 a 500	3.200	700	3900	2.200	500	2700			
De 501 a 750	5.300	1.000	6300	3.700	800	4500			
De 751 a 1.000	7.500	1.400	8900	5.200	1.000	6200			
De 1.001 a 1.500	8.600	1.700	10300	7.000	1.200	8200			
De 1.501 a 2.000	12.000	2.400	14400	8.000	2.000	10000			
Mais de 2.000	16.000	3.000	19000	12.000	2.500	14500			

Fonte: FNDE/DIRAE

TABELA 49 – PREVISÃO DE REPASSE ANUAL ÀS ESCOLAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2003

NÚMERO DE ALUNOS POR ESCOLA	CUSTEIO		CAPITAL		TOTAL	(R\$)
	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)	(REGIÕES N, NE e CO)		
De 6 a 25	525	525	1.050			
De 26 a 45	900	900	1.800			
De 46 a 65	1.350	1.350	2.700			
De 66 a 85	1.800	1.800	3.600			
De 86 a 125	2.400	2.400	4.800			
De 126 a 200	2.850	2.850	5.700			
De 201 a 300	3.450	3.450	6.900			
Mais de 300	4.500	4.500	9.000			

Fonte: FNDE/DIRAE

A execução anual do PDDE depende, por força regulamentar, do exame e da aprovação dos processos de prestações de contas relativos à aplicação dos recursos repassados nos anos anteriores. Em 2003, 595 municípios deixaram de ser atendidos, dos quais 314 em razão de inadimplência e o restante por documentação incompleta ou extinção de escolas.

TABELA 50 – MUNICÍPIOS INADIMPLENTES – 2003

							(R\$)
UF/REGIÃO	MUNICÍPIO	ESCOLA	ALUNOS	VALOR DE CUSTEIO	VALOR DE CAPITAL	VALOR TOTAL	
AC	3	83	4.013	69.600,00	3.100,00	72.700,00	
AP	5	37	3.702	43.200,00	4.200,00	47.400,00	
AM	15	621	34.270	544.900,00	29.800,00	574.700,00	
PA	20	1.003	94.679	1.300.800,00	125.800,00	1.426.600,00	
RO	4	51	6.769	79.600,00	10.800,00	90.400,00	
RR	2	14	795	12.400,00	700,00	13.100,00	
TO	13	80	5.289	80.500,00	7.100,00	87.600,00	
N	62	1.889	149.517	2.131.000,00	181.500,00	2.312.500,00	
AL	7	174	23.557	285.800,00	33.200,00	319.000,00	
BA	20	660	78.831	970.200,00	102.200,00	1.072.400,00	
CE	4	50	8.165	89.300,00	11.200,00	100.500,00	
MA	17	508	59.108	754.900,00	89.200,00	844.100,00	
PB	24	388	45.533	550.000,00	60.200,00	610.200,00	
PE	13	386	46.509	567.900,00	61.600,00	629.500,00	
PI	8	127	10.758	153.500,00	14.000,00	167.500,00	
RN	8	72	7.276	97.700,00	10.000,00	107.700,00	
SE	2	25	4.073	49.000,00	5.600,00	54.600,00	
NE	103	2.390	283.810	3.518.300,00	387.200,00	3.905.500,00	
DF	0	0	0	0,00	0,00	0,00	
GO	9	65	13.205	139.100,00	23.300,00	162.400,00	
MS	3	12	3.255	34.700,00	6.000,00	40.700,00	
MT	15	118	15.400	185.500,00	22.600,00	208.100,00	
CO	27	195	31.860	359.300,00	51.900,00	411.200,00	
ES	1	18	1.877	18.100,00	2.200,00	20.300,00	
MG	91	694	72.376	696.600,00	74.200,00	770.800,00	
RJ	1	48	18.629	122.800,00	24.300,00	147.100,00	
SP	13	46	9.518	72.800,00	12.600,00	85.400,00	
SE	106	806	102.400	910.300,00	113.300,00	1.023.600,00	
PR	07	17	2.901	23.300,00	3.700,00	27.000,00	
RS	6	50	6.175	59.600,00	8.900,00	68.500,00	
SC	3	11	994	10.300,00	1.100,00	11.400,00	
S	16	78	10.070	93.200,00	13.700,00	106.900,00	
BRASIL	314	5.358	577.657	7.012.100,00	747.600,00	7.759.700,00	

Fonte: FNDE/DIRAE

Ainda na execução de 2003, estimou-se o atendimento a 2.026 escolas de educação especial mantidas por organizações não governamentais sem fins lucrativos, às quais seriam repassados R\$ 7,8 milhões para beneficiar 203.293 alunos. Foram contempladas 1.522 escolas com R\$ 6,3 milhões e beneficiados 168.742 alunos portadores de necessidades educativas especiais.

As razões do não-atendimento às demais escolas foram, em alguns casos, não-adesão da ONG, falta de documentação exigida para a celebração de convênio e situação de inadimplência.

TABELA 51 – PDDE – AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO (METAS E EXECUÇÃO) DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS E ESCOLAS PRIVADAS – 2003

(R\$)

VARIÁVEIS OBSERVADAS	METAS	DESEMPENHO/EXECUÇÃO	DESEMPENHO
REDE PÚBLICA MUNICIPAL (A)			
MUNICÍPIO	5.409	4.814	89,00
ESCOLA	97.568	86.627	88,79
ALUNO	17.364.751	16.009.724	92,20
VALOR	194.809.600,00	176.704.300,00	90,71
REDE PÚBLICA ESTADUAL (B)			
SECRETARIA	27	27	100,00
ESCOLA	30.135	29.410	97,59
ALUNO	14.258.112	13.979.284	98,04
VALOR	124.377.000,00	121.475.400,00	97,67
REDE PÚBLICA (C=A+B)			
MUNICÍPIO	5.409	4.814	89,00
SECRETARIA	27	27	100,00
ESCOLA	127.703	116.037	90,86
ALUNO	31.622.863	29.989.008	94,83
VALOR	319.186.600,00	298.179.700,00	93,42
REDE PRIVADA (D)			
ONG	2.026	1.506	74,33
ESCOLA	2.026	1.522	75,12
ALUNO	203.293	168.742	83,00
VALOR	7.807.350,00	6.342.900,00	81,24
E= (C+D)			
MUNICÍPIO	5.409	4.814	89,00
SECRETARIA	27	27	100,00
ONG	2.026	1.506	74,33
ESCOLA	129.729	117.559	90,62
ALUNO	31.826.156	30.157.750	94,76
VALOR	326.993.950,00	304.522.600,00	93,13

Fonte: FNDE/DIRAE

TABELA 52 – PDDE – EDUCAÇÃO ESPECIAL – 2003

(R\$)

UF/REGIÃO	FÍSICO			FINANCEIRO	
	CONVÊNIOS	ESCOLAS	ALUNOS	VALOR DE CUSTEIO	VALOR DE CAPITAL
AC	2	2	401	6.900,00	6.900,00
AP	1	1	373	4.500,00	4.500,00
AM	10	10	1.482	27.300,00	27.300,00
PA	5	8	1.797	27.450,00	27.450,00
RO	15	15	1.564	30.750,00	30.750,00
N	33	36	5.617	96.900,00	96.900,00
AL	5	6	681	10.875,00	10.500,00
BA	41	41	6.292	103.725,00	103.725,00
CE	18	18	2.450	44.250,00	44.250,00
MA	17	17	2.384	43.050,00	43.050,00
PB	8	8	793	15.675,00	15.675,00
PE	13	13	2.609	34.050,00	34.050,00
PI	19	20	2.250	42.675,00	42.675,00
RN	9	9	1.676	27.150,00	27.150,00
SE	6	6	647	12.900,00	12.900,00
NE	136	138	19.782	334.350,00	333.975,00
DF	5	5	787	12.675,00	12.675,00
GO	11	11	801	17.625,00	17.625,00
MS	44	44	3.584	74.325,00	74.325,00
MT	48	48	4.185	89.700,00	89.700,00
CO	108	108	9.357	194.325,00	194.325,00
ES	52	52	6.455	105.225,00	105.225,00
MG	287	289	36.232	666.150,00	666.150,00
RJ	52	52	6.568	114.225,00	114.225,00
SP	252	254	31.757	567.000,00	567.000,00
SE	643	647	81.012	1.452.600,00	1.452.600,00
PR	277	283	26.875	543.675,00	543.675,00
RS	147	148	13.466	281.925,00	281.550,00
SC	162	162	12.633	268.050,00	268.050,00
S	586	593	52.974	1.093.650,00	1.093.275,00
BRASIL	1506	1522	168.742	3.171.825,00	3.171.075,00

Fonte: FNDE/DIRAE

TABELA 53 – PDDE – EXECUÇÃO – REDE PÚBLICA – 2003

(R\$)																
UF/REGIÃO	COM UNIDADE EXECUTORA (A)						SEM UNIDADE EXECUTORA (B)					TOTAL (C =A+B)				
	U.EX.	ESC.	ALUNOS	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	ESC.	ALUNOS	CUSTEIO	CAPITAL	TOTAL	ESC.	ALUNO	CUTEIO	CAPITAL	TOTAL
AC	394	437	110.717	1.035.700,00	267.400,00	1.303.100,00	499	16.914	333.600,00	3.600,00	337.200,00	936	127.631	1.369.300,00	271.000,00	1.640.300,00
AM	1.046	1.205	550.265	4.674.900,00	967.800,00	5.642.700,00	1.295	52.499	950.600,00	37.100,00	987.700,00	2.500	602.764	5.625.500,00	1.004.900,00	6.630.400,00
AP	176	181	80.313	712.800,00	136.900,00	849.700,00	174	7.275	135.900,00	0,00	135.900,00	355	87.588	848.700,00	136.900,00	985.600,00
PA	2.669	3.065	1.064.126	9.938.200,00	1.936.500,00	11.874.700,00	5.421	224.044	4.111.100,00	141.100,00	4.252.200,00	8.486	1.288.170	14.049.300,00	2.077.600,00	16.126.900,00
RO	876	910	250.424	2.438.000,00	443.800,00	2.881.800,00	346	10.979	226.000,00	5.400,00	231.400,00	1.256	261.403	2.664.000,00	449.200,00	3.113.200,00
RR	159	159	60.641	564.000,00	105.400,00	669.400,00	120	4.687	91.600,00	0,00	91.600,00	279	65.328	655.600,00	105.400,00	761.000,00
TO	726	851	240.478	2.331.400,00	488.000,00	2.819.400,00	410	14.718	269.300,00	25.700,00	295.000,00	1.261	255.196	2.600.700,00	513.700,00	3.114.400,00
N	6046	6808	2356964	21.695.000,00	4.345.800,00	26.040.800,00	8265	331116	6.118.100,00	212.900,00	6.331.000,00	15073	2688080	27.813.100,00	4.558.700,00	32.371.800,00
AL	1.575	1.717	581.519	5.626.300,00	991.900,00	6.618.200,00	1.048	49.006	909.500,00	0,00	909.500,00	2.765	630.525	6.535.800,00	991.900,00	7.527.700,00
BA	7.977	9.682	2.881.465	28.513.000,00	4.982.000,00	33.495.000,00	8.052	327.500	6.262.000,00	0,00	6.262.000,00	17.734	3.208.965	34.775.000,00	4.982.000,00	39.757.000,00
CE	4.265	4.450	1.477.946	14.116.100,00	2.764.400,00	16.880.500,00	2.997	128.565	2.345.100,00	58.600,00	2.403.700,00	7.447	1.606.511	16.461.200,00	2.823.000,00	19.284.200,00
MA	3.494	3.832	1.168.210	11.277.200,00	2.495.100,00	13.772.300,00	5.419	223.408	3.949.200,00	261.200,00	4.210.400,00	9.251	1.391.618	15.226.400,00	2.756.300,00	17.982.700,00
PB	1.830	1.925	593.945	5.897.800,00	1.052.200,00	6.950.000,00	1.976	77.495	1.488.900,00	6.100,00	1.495.000,00	3.901	671.440	7.386.700,00	1.058.300,00	8.445.000,00
PE	3.054	3.193	1.266.650	11.562.700,00	2.300.200,00	13.862.900,00	3.621	149.198	2.740.100,00	112.200,00	2.852.300,00	6.814	1.415.848	14.302.800,00	2.412.400,00	16.715.200,00
PI	2.041	2.334	559.024	6.004.600,00	1.041.100,00	7.045.700,00	2.946	114.636	2.191.100,00	14.700,00	2.205.800,00	5.280	673.660	8.195.700,00	1.055.800,00	9.251.500,00
RN	1.430	1.489	493.780	4.832.600,00	922.600,00	5.755.200,00	1.166	46.183	903.400,00	6.200,00	909.600,00	2.655	539.963	5.736.000,00	928.800,00	6.664.800,00
SE	1.033	1.075	339.975	3.385.500,00	594.800,00	3.980.300,00	666	30.144	563.400,00	0,00	563.400,00	1.741	370.119	3.948.900,00	594.800,00	4.543.700,00
NE	26699	29697	9362514	91.215.800,00	17.144.300,00	108.360.100,00	27891	1146135	21.352.700,00	459.000,00	21.811.700,00	57588	10508649	112.568.500,00	17.603.300,00	130.171.800,00
DF	488	495	302.128	1.784.100,00	356.500,00	2.140.600,00	0	0	0,00	0,00	0,00	495	302.128	1.784.100,00	356.500,00	2.140.600,00
GO	2.238	2.377	936.418	8.661.800,00	1.642.300,00	10.304.100,00	195	7.300	144.300,00	0,00	144.300,00	2.572	943.718	8.806.100,00	1.642.300,00	10.448.400,00
MS	802	809	443.464	3.858.000,00	742.600,00	4.600.600,00	5	247	4.400,00	0,00	4.400,00	814	443.711	3.862.400,00	742.600,00	4.605.000,00
MT	1.183	1.213	509.624	4.685.500,00	892.300,00	5.577.800,00	378	15.275	294.700,00	0,00	294.700,00	1.591	524.899	4.980.200,00	892.300,00	5.872.500,00
CO	4711	4894	2191634	18.989.400,00	3.633.700,00	22.623.100,00	578	22822	443.400,00	0,00	443.400,00	5472	2214456	19.432.800,00	3.633.700,00	23.066.500,00
ES	1.056	1.086	470.843	3.004.800,00	603.900,00	3.608.700,00	655	23.257	394.100,00	0,00	394.100,00	1.741	494.100	3.398.900,00	603.900,00	4.002.800,00
MG	6.463	6.710	3.033.075	19.020.600,00	3.945.900,00	22.966.500,00	2.128	86.656	1.328.400,00	40.400,00	1.368.800,00	8.838	3.119.731	20.349.000,00	3.986.300,00	24.335.300,00
RJ	3.962	4.031	1.895.145	11.475.700,00	2.725.900,00	14.201.600,00	440	19.465	275.700,00	28.300,00	304.000,00	4.471	1.914.610	11.751.400,00	2.754.200,00	14.505.600,00
SP	8.189	8.438	5.097.543	30.409.200,00	6.268.100,00	36.677.300,00	654	29.400	447.200,00	8.800,00	456.000,00	9.092	5.126.943	30.856.400,00	6.276.900,00	37.133.300,00
SE	19670	20265	10496606	63.910.300,00	13.543.800,00	77.454.100,00	3877	158778	2.445.400,00	77.500,00	2.522.900,00	24142	10655384	66.355.700,00	13.621.300,00	79.977.000,00
PR	4.400	4.464	1.506.344	10.188.800,00	2.011.300,00	12.200.200,00	598	23.228	383.400,00	2.000,00	385.400,00	5.062	1.529.572	10.572.300,00	2.013.300,00	12.585.600,00
RS	4.802	4.816	1.490.027	10.270.500,00	2.031.500,00	12.302.000,00	889	35.254	574.700,00	0,00	574.700,00	5.705	1.525.281	10.845.200,00	2.031.500,00	12.876.700,00
SC	2.824	2.828	861.040	5.921.100,00	1.101.700,00	7.022.800,00	167	6.546	107.500,00	0,00	107.500,00	2.995	867.586	6.028.600,00	1.101.700,00	7.130.300,00
S	12026	12108	3857411	26.380.500,00	5.144.500,00	31.525.000,00	1654	65028	1.065.600,00	2.000,00	1.067.600,00	13762	3922439	27.446.100,00	5.146.500,00	32.592.600,00
BRASIL	69.152	73.772	28.265.129	222.191.000,00	43.812.100,00	266.003.100,00	42.265	1.723.879	31.425.200,00	751.400,00	32.176.600,00	116.037	29.989.008	253.616.200,00	44.563.500,00	298.179.700,00

Fonte: FNDE/DIRAE

O PDDE é uma ação de caráter supletivo, que é desenvolvida com parcerias. Para ser atendidas, prefeituras, secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e ONG's devem manifestar o interesse mediante formalização dos processos de adesão e habilitação de suas unidades educacionais.

6.1.4.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Dinheiro Direto na Escola – Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste – FUNDESCOLA

Produto: Escola beneficiada

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
82.780	186.228.050	77.638	184.715.175	93,78	99,99
Concorreram para o não-atingimento das metas previstas, além da falta de adesão de prefeituras, secretarias de educação e ONGs, pendências com a prestação de contas, documentação incompleta e contingenciamento de recursos.					

6.1.4.2 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Dinheiro Direto na Escola – Regiões Sul, Sudeste e Distrito Federal

Produto: escola beneficiada

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
41.534	119.979.950	39.644	119.802.325	95,45	99,85
Concorreram para o não-atingimento das metas previstas, além da falta de adesão de prefeituras, secretarias de educação e ONGs, pendências com a prestação de contas, documentação incompleta e contingenciamento de recursos.					

6.1.4.3 Indicador de Desempenho: Índice de Manutenção de Escolas

Escolas beneficiadas = 117.559	= 90,62
Total de escolas = 129.729	

6.1.4.4 Indicador de Desempenho: Custo *Per Capita* do PDDE

Custo total do programa = 304.522.600	= R\$ 10,09
População beneficiada = 30.157.700	

6.1.4.5 Indicador de Desempenho: Índice de Controle e Envolvimento Social das Escolas do PDDE

Valor executado por escolas com unidade executora = 272.346.000	= 89,43
Valor total executado = 304.522.600	

6.1.4.6 Indicador de Desempenho: Índice de Autonomia Administrativa e Financeira das Escolas do PDDE

Escolas com unidade executora = 75.294	= 64,05
Número total de escolas = 117.559	

6.1.5 Programa de Infra-Estrutura Física e de Equipamentos das Escolas Públicas (PROIDEAL)

O programa foi concebido pelo Ministério da Educação com o objetivo de promover a melhoria integral da educação e a elevação sustentada das condições de vida do País. A implantação do que se denominou Escola Básica Ideal seguiu três eixos estruturantes:

- I) recuperação, ampliação e adequação da infra-estrutura física das redes escolares existentes;
- II) valorização e capacitação dos profissionais da educação; e
- III) melhoria da gestão educacional.

Para levar a efeito os objetivos do primeiro eixo, instituiu-se no FNDE, por meio da Resolução CD/FNDE nº 053, de 09/12/2003, o Programa de Infra-Estrutura Física e de Equipamentos das Escolas Públicas PROIDEAL. Parte do elenco das ações projetadas para consolidar a Escola Básica Ideal, o programa consiste na assistência financeira suplementar a projetos de infra-estrutura física das redes públicas escolares e a equipamentos das unidades educacionais.

Projetos de infra-estrutura física das redes públicas escolares são as ações de reforma e ampliação de unidades educacionais e de construção de prédios escolares para oferecer condições favoráveis à instalação da Escola Básica Ideal.

Equipamento das escolas são as ações de provimento com mobiliário, utensílios e recursos tecnológicos adequados e condizentes com as necessidades e os espaços já existentes no estabelecimento de ensino, ou ampliados à conta do PROIDEAL.

Em 09/12/2003, com a Portaria nº 3.670, o Ministério da Educação institucionalizou o Programa da Escola Básica Ideal, com abrangência nacional, para assegurar aos estabelecimentos de ensino básico das redes públicas estaduais, municipais e do Distrito Federal, em regime de parceria:

- I) infra-estrutura física, mobiliário, utensílios e equipamentos para garantir condições ideais de ensino-aprendizagem;
- II) materiais didático-pedagógicos de qualidade para escolas, alunos e professores individualmente;
- III) atendimento pelos seguintes programas institucionais geridos pelo Ministério da Educação:

- a) infra-estrutura física e de equipamento das escolas públicas;
 - b) transporte escolar;
 - c) alimentação escolar;
 - d) uniforme escolar;
 - e) livro didático;
 - f) casa da leitura;
 - g) dinheiro direto na escola;
 - h) capacitação de professores e demais servidores da escola;
 - i) educação de jovens e adultos;
 - j) bolsa-escola;
 - k) nova proposta pedagógica para as unidades da federação e municípios;
 - l) valorização dos profissionais da educação;
- IV – inclusão nos demais programas que venham a ser instituídos pelo Ministério da Educação.

Em 2003, o PROIDEAL contemplou 29 municípios, conforme a descrição abaixo.

TABELA 54 – PROIDEAL EXECUÇÃO FINANCEIRA – 2003

UF	REFORMA	CONSTRUCAO	AMPLIACAO	EQUIPAMENTOS	TRANSPORTE	TOTAL (R\$)
CE	3.268.850,20	0,00	2.100.000,00	1.300.774,80	1.157.920,00	6.669.625,00
GO	2.153.632,01	0,00	2.380.000,00	2.100.865,00	125.440,00	6.634.497,01
MA	2.429.593,13	1.000.000,00	0,00	876.905,00	802.080,00	4.306.498,13
MS	1.555.200,00	0,00	3.437.300,00	1.868.232,10	42.400,00	6.860.732,10
PB	2.467.480,00	661.160,00	384.300,00	571.530,00	469.120,00	4.084.470,00
PI	5.896.451,24	0,00	0,00	5.287.875,55	1.609.920,00	11.184.326,79
SC	815.061,00	0,00	0,00	985.412,92	402.880,00	1.800.473,92
Total (por ação)	18.586.267,58	1.661.160,00	8.301.600,00	12.991.595,37	4.609.760,00	46.150.382,95

Fonte: FNDE/DIRAE

QUADRO DE MUNICÍPIOS DA ESCOLA BÁSICA IDEAL PRIMEIRA ETAPA – 2003

UF	MUNICÍPIO
CE	Aratuba
	Ibicuitinga
	Jati
	Icapuí
GO	Cabeceiras
	Corumbá de Goiás
	Mimoso de Goiás
	Vila Boa
MA	Cajapió
	Santana do Maranhão
	Feira Nova do Maranhão
MS	Corguinho
	Tacuru
	Douradina
PB	Curral de Cima
	São Mamede
	Teixeira
	Coxixola
PI	Acauã
	Cajueiro da Praia
	Caxingó
	Guaribas
	Pimenteiras
	Riacho Frio
SC	São João do Piauí
	Valença do Piauí
	Imarui
	Bocaina do Sul
	Guaraciaba

Fonte: FNDE/DIRAE

O valor dos recursos a serem investidos na primeira etapa do programa é de R\$ 96.597.936,50, a ser liberado em duas parcelas. A primeira, de R\$ 46.150.382,95, em 2003; a segunda, em 2004, de R\$ 50.447.553,55.

6.1.6 FUNDESCOLA

O objetivo do FUNDESCOLA é desenvolver, testar, avaliar e disseminar ações e projetos de melhoria da qualidade social da educação nas escolas do ensino fundamental das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para reduzir desigualdades regionais e ampliar as oportunidades pretendidas pelo Ministério da Educação.

TABELA 55 – EXECUÇÃO FÍSICO- FINANCEIRA DAS AÇÕES - FUNDESCOLA II E III

R\$			
PROGRAMA	REGIÃO	ESCOLAS	EXECUÇÃO FINANCEIRA
FUNDESCOLA II	Nordeste	413	5.039.586
FUNDESCOLA III	Norte	914	10.039.789
	Nordeste	2.095	27.435.748
	Centro-Oeste	801	8.945.376
Total		4.223	51.460.499

Fonte: FNDE/DIRPE e SEIF/FUNDESCOLA

TABELA 56 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES – FUNDESCOLA II E III

UF	PAPE			EQUIP./MOB. ESCOLA			ESCOLA ATIVA			PDE/PME		
	ALUNOS	SALAS	ESCOLAS	ALUNOS	SALAS	ESCOLAS	ALUNOS	SALAS	ESCOLAS	ALUNOS	SALAS	ESCOLAS
AC	2.022	32	4	988	26	5	3.204	212	106	20.121	574	53
AM	17.880	167	17	172	5	3	0			215.688	6.162	274
AP	2.114	32	4	1.130	17	1	0			53.946	1.541	78
PA	4.282	56	5	0	0	0	0			85.643	2.446	158
RO	2.976	57	7	11.874	210	26	0			35.691	1.027	71
RR	1.131	27	2	2.967	79	5	0			33.869	967	68
TO	1.989	38	4	2.009	40	5	0			6.898	197	35
N	32.394	409	43	19.140	377	45	3.204	212	106	451.856	12.914	737
AL	10.222	132	27	21.631	280	87				112.644	3.218	163
BA	39.055	502	92	30.699	472	199				270.288	7.722	431
CE	15.631	233	53	18.655	306	81				215.936	6.169	292
MA	10.423	162	39	22.857	240	56				52.423	1.497	94
PB	10.317	161	29	4.175	78	29				70.857	2.024	126
PE	16.894	279	81	20.286	274	68				58.604	1.674	112
PI	6.986	142	31	10.462	181	64				37.314	1.066	90
RN	5.072	107	21	9.664	164	33	1.982	114	57	6.456	184	12
SE	2.163	46	17	10.364	162	34				30.467	870	59
NE	116.763	1.764	390	148.793	2.157	651	1.982	114	57	854.989	24.424	1.379
GO	0	0	0	0	0	0				161.246	4.607	400
MS	17.096	238	21	2.334	42	4				107.697	3.077	193
MT	4.750	66	6	314	8	2	1.161	62	31	112.678	3.219	223
CO	21.846	304	27	2.648	50	6	1.161	66	31	381.621	10.903	816
TOTAL	171.003	2.477	460	170.581	2.584	702	6.347	392	194	1.688.466	48.241	2.932

Fonte: FNDE/DIRPE e SEIF/FUNDESCOLA

6.1.6.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA II – Região Nordeste

Produto: Escola beneficiada

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
9	5.400.000	8	5.039.586	88,89	93,33

A meta não foi alcançada na sua totalidade em razão da não-validação de planos de trabalho em desacordo com os critérios do programa

6.1.6.2 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA III – Região Norte

Produto: escola beneficiada

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
5.000	56.705.294	3.810	46.420.913	76,20	81,86

Não houve execução plena em virtude de processos inadimplentes

TABELA 57 – EXECUÇÃO FÍSICA – FORMAÇÃO CONTINUADA – 2003

	FORT. EQUIPE ESC			NOVOS RUMOS			SABERES E PRÁTICAS			DEFICIÊNCIA AUDITIVA			PSICOPEDAGOGIA			GESTAR			GESTAR II			PRALER		
UF	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLAS	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLA	ALUNO	SALAS	ESCOLAS
AC	0	0	0	0	0	0	51.360	1.712	171	51.360	1.712	171	0	0	0	29.550	985	65	0	0	0	12.000	400	40
AM	10.200	340	34	10.200	340	34	10.200	340	34	10.200	340	34	14.100	470	47	8.935	298	23	78.270	2.609	261	56.400	1.882	188
AP	3.900	130	13	3.900	130	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6.900	230	23	9.900	330	33
PA	0	0	0	0	0	0	33.690	1.123	112	33.690	1.123	112	0	0	0	0	0	0	62.220	2.074	208	103.530	3.451	345
RO	18.510	617	62	18.510	617	62	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16.535	551	52	18.540	618	62	20.790	693	69
RR	3.870	129	13	3.870	129	13	4.770	159	16	4.770	159	16	4.380	146	15	11.005	367	30	18.300	610	61	11.130	371	37
TO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4.500	150	15	2.340	78	62	23.700	790	79	25.470	849	85
N	36480	1216	122	36480	1216	122	100020	3334	333	100020	3334	333	22980	766	77	68365	2279	232	207930	6931	694	239220	7976	797
AL	6.720	224	22	6.720	244	22	13.800	460	46	0	460	46	0	0	0	4.895	163	16	207.930	338	694	41.520	1.384	138
BA	14.670	489	49	19.950	665	67	10.260	342	34	10.260	342	34	18.630	621	62	29.905	997	73	144.930	4.831	483	286.800	9.560	956
CE	0	0	0	24.000	800	80	45.600	1.520	152	45.600	1.520	152	34.710	1.157	115	3.095	103	16	71.250	2.375	238	113.730	3.791	379
MA	4.200	140	14	4.200	140	14	4.800	160	16	4.800	160	16	0	0	0	0	0	0	27.420	914	92	105.990	3.533	353
PB	66.060	2.202	220	51.960	1.732	173	11.490	383	38	11.490	383	38	37.470	1.249	124	14.490	483	73	0	6.931	0	82.530	2.751	275
PE	39.810	1.327	133	38.280	1.276	128	5.400	180	18	5.400	180	18	22.710	757	75	0	0	0	115.620	3.854	386	30.390	1.013	101
PI	16.110	537	54	16.110	537	54	8.400	280	28	8.400	280	28	7.710	257	25	6.005	200	39	15.900	530	53	113.040	3.768	377
RN	27.840	928	93	27.840	928	93	0	0	0	0	0	0	9.960	332	33	8.855	295	15	0	914	46	70.050	2.335	234
SE	21.030	701	70	21.030	701	70	21.720	724	72	21.720	724	72	2.460	82	9	2.645	88	8	0	0	46	51.750	1.725	173
N	196440	6548	655	210090	7023	701	121470	4049	404	107670	4049	404	133650	4455	443	69890	2329	240	583050	20687	2038	895800	29860	2986
GO	25.800	860	86	51.000	1.700	170	16.140	538	54	9.990	333	33	10.650	355	35	12.495	417	68	0	0	0	86.100	2.870	287
MS	0	0	0	0	0	0	37.200	1.240	124	37.200	1.240	124	9.150	305	30	21.205	707	53	32.400	1.080	109	41.490	1.383	138
MT	25.800	860	86	25.800	860	86	13.500	450	45	0	0	0	39.600	1.320	132	20.785	693	66	52.110	1.737	173	63.090	2.103	210
CO	51600	1720	172	76800	2560	256	66840	2228	223	47190	1573	157	59400	1980	197	54485	1817	187	84510	2817	282	190680	6356	635
TOTAL	284520	9484	949	323370	10799	1079	288330	9611	960	254880	8956	894	216030	7201	717	192740	6425	659	875490	30435	3014	1325700	44192	4418

Fonte: FNDE/DIRPE e SEIF/FUNDESCOLA

6.1.7 Veículos para Transporte do Escolar

O Programa Nacional de Transporte do Escolar – PNTE permite que prefeituras e entidades sem fins lucrativos de educação especial comprem veículos para o transporte de alunos das regiões rurais até os centros urbanos, onde está localizada a maioria das escolas de ensino fundamental. Por meio de convênios, o FNDE repassa recursos de R\$ 50.000,00 a prefeituras e de R\$ 25.000,00 para o ensino especial, conforme aprovado na Resolução FNDE nº 09, de abril de 2003.

TABELA 58 – PNTE – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DAS AÇÕES EM 2003

UF	EDUCAÇÃO ESPECIAL				ENSINO FUNDAMENTAL			EXECUÇÃO FINANCEIRA	TOTAL EXECUTADO
	ALUNOS	ESCOLAS	VEÍCULOS	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNOS	ESCOLAS	VEÍCULOS		
AC	0	0	0	0,00	687	13	3	150.000,00	150.000,00
AM	150	1	1	25.000,00	11.285	141	6	300.000,00	325.000,00
AP	0	0	0	0,00	98	3	2	74.670,00	74.670,00
PA	136	2	2	48.497,65	3.201	67	18	898.500,00	946.997,65
RO	0	0	0	0,00	16.263	147	19	950.000,00	950.000,00
RR	0	0	0	0,00	32	1	1	50.000,00	50.000,00
TO	142	2	2	49.747,50	2.037	78	26	1.298.500,00	1.348.247,50
N	428	5	5	123.245,15	33.603	450	75	3.721.670,00	3.844.915,15
AL	101	1	1	24.997,50	8.571	120	12	648.000,00	672.997,50
BA	252	3	3	74.747,50	32.920	395	77	3.791.510,00	3.866.257,50
CE	634	6	6	149.250,00	25.850	933	84	4.149.500,00	4.298.750,00
MA	152	9	4	99.495,00	15.729	895	39	1.946.485,00	2.045.980,00
PB	0	0	0	0,00	19.825	679	44	2.194.460,00	2.194.460,00
PE	0	0	0	0,00	27.053	240	35	1.798.495,00	1.798.495,00
PI	0	0	0	0,00	5.056	397	28	1.399.995,00	1.399.995,00
RN	0	0	0	0,00	15.844	127	33	1.649.000,00	1.649.000,00
SE	100	1	1	25.000,00	6.298	111	23	1.148.495,00	1.173.495,00
NE	1.239	20	15	373.490,00	157.146	3.897	375	18.725.940,00	19.099.430,00
ES	339	4	4	100.000,00	6.558	110	24	1.199.995,00	1.299.995,00
MG	7.558	347	63	1.572.475,00	37.101	874	167	8.228.650,00	9.801.125,00
RJ	523	2	2	49.750,00	12.875	94	15	798.500,00	848.250,00
SP	851	14	14	348.250,00	33.048	225	70	3.392.975,80	3.741.225,80
SE	9.271	367	83	2.070.475,00	89.582	1.303	276	13.620.120,80	15.690.595,80
PR	2.221	40	38	947.497,50	22.656	335	95	4.755.720,00	5.703.217,50
RS	543	20	9	224.497,50	21.117	485	135	6.663.815,00	6.888.312,50
SC	884	15	15	374.997,50	28.421	320	76	3.734.130,00	4.109.127,50
S	3.648	75	62	1.546.992,50	72.194	1.140	306	15.153.665,00	16.700.657,50
DF	72	2	1	25.000,00	135	1	1	50.000,00	75.000,00
GO	178	3	3	74.500,00	11.229	275	76	3.785.165,00	3.859.665,00
MS	374	5	5	124.745,00	6.565	855	23	1.198.985,00	1.323.730,00
MT	696	8	8	198.500,00	4.138	34	12	600.000,00	798.500,00
CO	1.320	18	17	422.745,00	22.067	1.165	112	5.634.150,00	6.056.895,00
BRASIL	15.906	485	182	4.536.947,65	374.592	7.955	1.144	56.855.545,80	61.392.493,45

Fonte: FNDE/DIRPE e SEIF/FUNDESCOLA

6.1.7.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Veículos para Transporte Escolar

Produto: veículo adquirido

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
2.177	89.492.080,00	1.326	61.392.493,45	60,91	68,60
Não houve tempo para a execução em face do limite de empenho e da publicação de crédito no fim do ano					

6.1.7.2 Indicador de Desempenho: Índice Oferta de Veículos Escolares

Veículos adquiridos = 1.326	= 59,92
Veículos necessários = 2.213	

6.1.7.3 Indicador de Desempenho: Custo *Per Capita* do PNTE

Custo total do programa = 61.392.493,00	= R\$ 157,21
População beneficiada = 390.498	

6.1.8 Saúde do Escolar

Em 2003, o FNDE firmou contrato de R\$ 148.638,50 para consultas médicas a 4.187 alunos do Distrito Federal. A licitação para o atendimento nos outros estados, porém, não teve êxito porque não houve empresas interessadas em participar da licitação.

A aquisição e distribuição de óculos foi feita com o repasse de recursos de R\$ 126.720,00 ao Governo do Distrito Federal, por meio de convênio, para atender quatro mil alunos.

6.1.8.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Assistência Médica e Odontológica a Alunos do Ensino Fundamental (Saúde do Escolar)

Produto: aluno assistido

Unidade de medida: milhar

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
2.871	9.256.926	4	275.358,00	0,14	1,71
A licitação para contratação de empresa da área médica não teve êxito. Foi contratada somente uma para atendimento aos alunos do Distrito Federal					

6.1.9 Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental

O ensino fundamental, de acordo com a Constituição Federal, é obrigatório e gratuito a toda criança a partir dos sete anos de idade. Assegurar esse direito é obrigação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. A União exerce a função redistributiva e supletiva, de forma a garantir igualdade de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira às demais áreas de governo.

Em 2003, foram apoiados 98 projetos de desenvolvimento e universalização do ensino fundamental. Inicialmente, houve a liberação de R\$ 12.709.000,00, incluídas as emendas parlamentares. Ao fim do

exercício, após a inclusão de créditos adicionais aprovados em 27/10/2003, o valor ficou em R\$ 122.909.000,00.

A aprovação tardia dos créditos resultou em dificuldades na execução, além da inexistência de limite de empenho para o valor global aprovado. Foram executados R\$ 75.270.815,00 em custeio e R\$ 15.081.185,00 em capital – total de R\$ 90.352.000,00.

6.1.10 Uniforme Escolar

A iniciativa, parte da política de inclusão do Ministério da Educação, tem como objetivo assegurar condições de acesso e permanência dos estudantes nas escolas e reforçar a auto-estima. Foi incluída no orçamento do FNDE por força de emenda da comissão de Educação do Congresso Nacional no valor de R\$ 5 milhões.

Em 2003, seria executado, em caráter experimental, projeto de fornecimento de uniformes aos alunos da 1ª à 8ª série do ensino fundamental das escolas da rede pública dos municípios participantes do Programa Escola Ideal. O edital de licitação do kit de uniforme foi publicado em dezembro – o crédito suplementar, no valor de R\$ 20 milhões, foi liberado em novembro. Após a abertura das propostas, constatou-se que os preços apresentados pelos licitantes eram significativamente superiores ao previsto. O programa, portanto, não foi executado naquele exercício.

6.2 Escola de Qualidade para Todos

O programa objetiva contribuir para a universalização do ensino fundamental de qualidade, melhorar os indicadores de distorção idade e série, a taxa atendimento escolar à população de sete a 14 anos e a taxa de conclusão do ensino fundamental.

6.2.1 Informática na Escola

O programa tem o propósito de fornecer equipamentos de informática e comunicação para fomentar a educação a distância, reduzir a exclusão tecnológica, formar o cidadão crítico e criativo e incentivar o uso, no ensino, das tecnologias de informação e de comunicação. Os principais agentes envolvidos são gestores escolares, professores multiplicadores, técnicos, alunos e comunidade.

As principais ações assistidas são aquisição de equipamentos de informática, *software* e suprimentos e de equipamentos de comunicação; produção e veiculação de programas educativos pela *TV Escola*; capacitação para uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas do ensino fundamental; institucionalização de parcerias internacionais; desenvolvimento institucional e implementação de tecnologias de educação a distância.

As ações voltadas para educação a distância foram contempladas com R\$ 79.588.000,00. A execução foi de R\$ 59.784.536,72 por meio de convênios firmados com a Secretaria de Educação a Distância.

6.2.1.1 Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental

A ação objetiva fornecer às escolas da rede pública antena parabólica e receptor de sinais para a substituição da emissão e da recepção analógicas pelas digitais.

6.2.1.1.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Implementação do Uso de Tecnologia da Informação no Ensino Fundamental

Produto: unidade equipada

Unidade de medida: unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		%META FÍSICA	%META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
1.794	56.705.294	1.703	53.814.570,63	94,92	94,90
Recursos compatíveis com as necessidades da ação executados próximo à totalidade. A meta física também alcançou índice próximo à totalidade.					

6.2.1.2 Capacitação de Recursos Humanos para o Uso de Tecnologia no Ensino Fundamental

O objetivo da ação é capacitar professores para atuarem como multiplicadores na formação de outros professores com base na telemática (uso do computador e meios de comunicação). Foi executada nos estados, nos núcleos de tecnologia educacional, por meio de convênio firmado entre o FNDE e a Secretaria de Educação a Distância.

TABELA 59 – NÚMERO DE CURSISTAS NA CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O USO DE TECNOLOGIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

UF	CURSISTAS	
	ESPECIALIZAÇÃO	EXTENSÃO
AC	10	55
AM	20	96
AP	20	60
PA	0	50
RO	12	94
RR	10	50
TO	15	60
N	87	465
AL	8	56
BA	40	170
CE	36	830
MA	33	210
PB	15	175
PE	20	428
PI	20	197
RN	15	93
SE	8	52
NE	195	2.211
ES	10	90
MG	40	280
RJ	20	315
SP	98	950
SE	168	1.635
PR	14	75
RS	30	230
SC	20	80
S	64	385
DF	11	30
GO	37	320
MS	23	230
MT	15	124
CO	86	704
BRASIL	600	5.400

Fonte: FNDE/DIRPE

Notas: 1) Curso de especialização *lato sensu* – Tecnologias na Educação

2) Curso de extensão Gestão de Tecnologias nas Escolas

6.2.1.3 Equipamentos para TV Escola

Os programas da *TV Escola* são utilizados em sala de aula para capacitação, atualização e aperfeiçoamento dos professores com vistas à melhoria da qualidade do processo ensino aprendizagem.

6.2.2 Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental

Em 2003, a ação orçamentária Formação Continuada de Professores do Ensino Fundamental para Implementação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN destinou recursos visando à formação continuada dos profissionais em funções docentes, mediante propostas pedagógicas com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, de 120 horas anuais, por professor, podendo ser executada com atividades presenciais e utilizar recursos tecnológicos da educação a distância, cabendo ao órgão proponente o ônus por carga-horária superior à estabelecida.

TABELA 60 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – FORMAÇÃO CONTINUADA 2003

(R\$)

UF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES			
	ALUNO	ESCOLA	PROFESSOR	EXECUÇÃO FINANCEIRA
AP	2.104	8	150	8.959,50
PA	960	1	32	11.088,00
RO	3.986	207	110	36.560,70
TO	7.711	186	358	182.199,43
N	14.761	402	650	238.807,63
AL	1.985	25	45	26.241,99
BA	37.492	420	697	248.142,33
CE	30.127	641	884	480.425,58
MA	36.036	771	1.346	635.418,85
PB	14.226	353	459	234.209,25
PE	30.575	387	597	186.077,13
PI	15.421	484	400	166.457,96
RN	6.450	109	231	125.999,81
SE	8.184	138	242	74.551,04
NE	180.496	3.328	4.901	2.177.523,94
ES	32.475	34	537	433.558,62
MG	45.835	551	1.398	570.440,23
RJ	243.182	1.126	1.372	351.937,17
SP	329.938	1.386	3.375	1.284.630,80
SE	651.430	3.097	6.682	2.640.566,82
PR	40.499	310	1.820	267.727,28
RS	72.306	237	800	180.335,84
SC	30.279	337	615	205.176,08
S	143.084	884	3.235	653.239,20
DF				
GO	11.290	151	302	174.542,99
MS	4.310	29	75	26.270,64
MT	9.879	54	232	88.971,94
CO	25.479	234	609	289.785,57
BRASIL	1.015.250	7.945	16.077	5.999.923,16

Fonte: FNDE/DIRPE

6.2.3 Correção do Fluxo Escolar – Aceleração da Aprendizagem

Reduzir a distorção idade/série é uma das prioridades do Ministério da Educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê a recuperação de alunos em atraso escolar e, para resolver este problema, foi criada a Ação de Correção do Fluxo Escolar (Aceleração da Aprendizagem).

O Governo Federal prestou assistência financeira aos municípios nos quais 60% dos alunos matriculados de 1ª a 4ª séries apresentassem defasagem idade/série de dois ou mais anos e aos estados onde 35% dos alunos se encontravam matriculados nessa mesma situação, visando à capacitação de seus docentes. Também prestou assistência aos municípios e estados para a aquisição de material didático pedagógico.

TABELA 61 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – ACELERAÇÃO DA APRENDIZAGEM – 2003

UF	CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES				MATERIAL DIDÁTICO				TOTAL EXECUTADO
	ALUNO	ESCOLA	PROFESSOR	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNO	ESCOLA	PROFESSOR	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
PA	1.209	32	300	29.575,36	1.209	32	300	23.760,00	53.335,36
N	1.209	32	300	29.575,36	1.209	32	300	23.760,00	53.335,36
AL	8.325	152	333	127.304,10	0	0	0	0,00	127.304,10
BA	6.237	68	242	94.917,24	2.918	97	156	124.245,00	219.162,24
MA	18.275	698	847	324.141,67	4.590	164	300	289.278,00	613.419,67
PI	14.420	455	577	224.423,40	910	35	8	42.094,80	266.518,20
SE	2.000	45	150	71.591,85	2.000	45	150	91.080,00	162.671,85
NE	49.257	1.418	2.149	842.378,26	10.418	341	614	546.697,80	1.389.076,06
RS	370	9	25	13.167,00	370	25	9	21.465,18	34.632,18
S	370	25	25	13.167,00	370	25	9	21.465,18	34.632,18
BRASIL	50.836	1.475	2.474	885.120,62	11.997	398	923	591.922,98	1.477.043,60

Fonte: FNDE/DIRPE

6.3 Educação de Jovens e Adultos

O programa de governo Educação de Jovens e Adultos visa assegurar o atendimento educacional àqueles que não tiveram acesso à educação fundamental na idade própria e propiciar condições para a elevação da qualidade dessa oferta. Para garantir esse atendimento, nos últimos quatro anos, o MEC/FNDE destinou grande soma de recursos, visando à erradicação do analfabetismo no Brasil.

6.3.1 Formação Continuada de Professores de Jovens e Adultos

Esta ação é destinada à formação continuada de profissionais em funções docentes, mediante propostas pedagógicas com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, 120 horas anuais por professor.

Em 2003, a disponibilidade orçamentária para esta ação foi de R\$ 7.800.000,00.

TABELA 62 – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA 2003

UF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR		
	ALUNO	PROFESSOR	EXECUÇÃO FINANCEIRA
AP	6.709	380	184.956,75
N	6.709	380	184.956,75
ES	8.256	600	384.044,76
MG	33.583	1.525	396.855,63
RJ	30.772	737	281.625,60
SP	3.334.870	4.909	2.048.158,45
SE	3.407.481	7.771	3.110.684,44
PR	1.071	67	35.057,88
RS	22.443	4.761	753.914,70
SC	35.507	1.229	510.464,42
S	59.021	6.057	1.299.437,00
DF	0	924	590.059,80
GO	30.584	1.925	725.483,14
MS	4.405	240	124.870,97
MT	5.204	380	175.437,90
CO	40.193	3.469	1.615.851,81
BRASIL	3.513.404	17.677	6.210.930,00

Fonte:FNDE/DIRPE

6.3.2 Material Didático Pedagógico Para Educação de Jovens e Adultos

Esta ação destina-se ao fornecimento de material didático adequado aos alunos do primeiro e segundo segmento da Educação de Jovens e Adultos. A critério do proponente, poderá ser adquirido material escolar, como lápis, caderno, borracha, entre outros, com até 30% dos recursos que lhe forem destinados.

Em 2003, a disponibilidade orçamentária para esta ação foi de R\$ 6.000.000,00. Foram beneficiados 3.548.221 alunos e 14.933 professores.

6.3.3 Fazendo Escola

Esta é mais uma ação do Governo Federal que visa aumentar a oferta de vagas para jovens e adultos. Os recursos financeiros são repassados para secretarias estaduais de Educação e prefeituras, por meio de crédito em conta corrente específica do programa.

Em 2003, este programa foi executado pela ação orçamentária “Garantia do Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos”, destinada às ações de formação continuada de docentes, aquisição de livro didático ou módulo e/ou impressão de material didático, contratação temporária de docentes, aquisição de gêneros alimentícios e remuneração dos profissionais do magistério do quadro permanente que atuam nas classes presenciais de Educação de Jovens e Adultos.

Foi disponibilizado para este programa o valor de R\$ 321.023.297,00, sendo executados R\$ 298.325.423,83. Foram beneficiados com estas ações 1.549.004 alunos de 1.880 municípios do País.

TABELA 63 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO FAZENDO ESCOLA-2003

				(R\$)
UF	EXECUÇÃO FÍSICA		EXECUÇÃO FINANCEIRA VALOR REPASSADO	
	MUNICÍPIOS ATENDIDAS	ALUNOS		
AC	22	37.278	5.944.224,94	
AM	44	33.944	6.287.780,11	
AP	5	1.525	104.875,00	
PA	137	252.389	40.599.783,16	
RO	37	45.513	8.205.021,23	
RR	15	13.642	881.919,16	
TO	83	47.123	10.507.477,37	
N	343	431.414	72.531.080,97	
AL	98	89.296	20.546.386,20	
BA	177	81.399	18.566.581,48	
CE	183	182.356	31.468.491,91	
MA	187	164.562	35.229.556,93	
PB	180	92.415	22.461.573,02	
PE	177	208.020	37.488.296,63	
PI	192	112.451	27.459.337,43	
RN	142	113.107	19.713.302,27	
SE	68	51.861	8.371.620,78	
NE	1404	1095467	221.305.146,65	
ES	4	971	20.938,65	
MG	83	13.571	2.793.650,61	
SP	2	106	26.500,00	
SE	89	14648	2.841.089,26	
PR	15	2.592	621.000,00	
RS	1	46	11.500,00	
S	16	2638	632.500,00	
GO	18	3.327	768.884,33	
MT	10	1.510	246.722,62	
CO	28	4837	1.015.606,95	
BRASIL	1880	1549004	298.325.423,83	

Fonte: FNDE/DIRPE

6.3.3.1 Avaliação Quantitativa e Qualitativa de Meta: Garantia de Padrão Mínimo de Qualidade para o Ensino Fundamental de Jovens e Adultos (Recomeço – Programa Supletivo)

Produto: Aluno matriculado

Unidade de medida: Unidade

METAS PREVISTAS		METAS REALIZADAS		% META FÍSICA	% META FINANCEIRA
FÍSICA	FINANCEIRA	FÍSICA	FINANCEIRA		
1.209.734	321.023.297	1.549.004	298.325.423	128,05	92,93

A meta física realizada foi superior em decorrência do aumento de matrícula no CENSO-ESCOLAR 2002. Em relação ao financeiro.

6.4 Brasil Alfabetizado

Dando continuidade ao programa de Educação de Jovens e Adultos, o governo federal criou, em 2003, o programa “Brasil Alfabetizado”, com o objetivo de ampliar as oportunidades para aqueles que já ultrapassaram a idade de escolarização regular.

6.4.1 Fomento a Projetos Especiais

Em 2003, foi disponibilizado o valor de R\$ 80.605.495,00 para esta ação, que propiciou o apoio ao financiamento do programa Brasil Alfabetizado com a Capacitação de Alfabetizadores e Alfabetização de Jovens e Adultos – Incentivo da União para os Alfabetizadores.

Houve atendimento a 983.450 alunos e 53.666 alfabetizadores e profissionais do programa Brasil Alfabetizado.

6.4.2 Capacitação de Alfabetizadores

A assistência financeira nesta ação foi destinada à capacitação de alfabetizadores, com carga horária igual ou superior a 40 horas/aula, conforme critérios aprovados nas Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

Foram beneficiados 72.557 professores.

6.4.3 Alfabetização de Jovens e Adultos – Incentivo da União para os Educadores

Esta ação consiste na concessão de assistência financeira aos órgãos e entidades conveniadas ou entidades parceiras, no valor de R\$ 15,00 mensais por aluno alfabetizado, destinada, exclusivamente, ao pagamento dos alfabetizadores, conforme critérios aprovados nas Resoluções do Conselho Deliberativo do FNDE.

TABELA 64 – BRASIL ALFABETIZADO – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA EM 2003

UF	ALFABETIZAÇÃO		CAPACITAÇÃO DO ALFABETIZADO		TOTAL EXECUTADO
	ALUNO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	PROF.	EXECUÇÃO FINANCEIRA	
AC	16.983	1.513.185,30	1.000	59.796,00	1.572.981,30
AM	25.050	2.231.955,00	7.461	590.907,40	2.822.862,40
AP	3.000	178.571,25	135	6.880,50	185.451,75
PA	12.625	500.831,10	500	25.344,00	526.175,10
RO	19.650	1.607.423,40	104	3.801,60	1.611.225,00
RR	2.200	163.350,00	88	6.969,60	170.319,60
TO	1.275	96.450,75	53	4.197,60	100.648,35
N	80.783	6.291.766,80	9.341	697.896,70	6.989.663,50
AL	40.380	3.585.473,10	1.999	158.320,80	3.743.793,90
BA	111.908	8.048.582,65	4.647	336.607,20	8.385.189,85
CE	110.006	9.699.893,10	4.713	375.012,00	10.074.905,10
MA	47.512	4.233.319,20			4.233.319,20
PB	51.420	6.075.375,50	2.423	192.218,40	6.267.593,90
PE	46.828	3.990.878,10	2.079	154.438,79	4.145.316,89
PI	64.612	7.110.114,40	3.184	306.399,05	7.416.513,45
RN	31.270	3.311.977,50	1.281	153.648,00	3.465.625,50
SE	19.851	1.744.919,55	1.180	68.587,20	1.813.506,75
NE	523.787	47.800.533,10	21.506	1.745.231,44	49.545.764,54
ES	1.937	172.586,70	97	7.682,20	180.268,90
MG	104.931	9.033.344,10	4.572	537.568,05	9.570.912,15
RJ	167.297	12.463.664,40	8.132	646.088,84	13.109.753,24
SP	129.044	11.485.422,20	6.525	479.238,80	11.964.661,00
SE	403.209	33.155.017,40	19.326	1.670.577,89	34.825.595,29
PR	24.258	6.909.327,00	2.026	315.453,60	7.224.780,60
RS	8.897	658.478,70	400	29.620,80	688.099,50
SC	3.365	266.795,10	148	10.781,09	277.576,19
S	36.520	7.834.600,80	2.574	355.855,49	8.190.456,29
DF	410.628	60.091.891,20	17.190	2.406.729,60	62.498.620,80
GO	13.811	4.356.841,50	765	231.422,40	4.588.263,90
MS	31.409	2.380.380,75	1.402	104.148,00	2.484.528,75
MT	10.299	3.341.250,00	453	174.240,00	3.515.490,00
CO	466.147	70.170.363,45	19.810	2.916.540,00	73.086.903,45
BRASIL	1.510.446	165.252.281,55	72.557	7.386.101,52	172.638.383,07

Fonte: FNDE/DIRPE

Fomento a Projetos Especiais para Oferta do Ensino Fundamental a Jovens e Adultos – R\$ 74.301.258,81

Alfabetização de Jovens e Adultos – Incentivo da União para os Alfabetizadores – R\$ 96.341.356,28

Capacitação de Alfabetizadores – R\$ 1.299.243,03

Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental – R\$ 696.524,95

6.5 Educação Especial

Este programa tem por finalidade melhorar e ampliar o atendimento educacional aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, garantindo-lhes o ingresso e a permanência no ensino de qualidade, preferencialmente na rede regular de educação.

As ações desenvolvidas foram destinadas às escolas públicas dos estados, Distrito Federal e municípios e também a organizações não-governamentais de representatividade estadual ou regional que abrangessem, exclusivamente, escolas especializadas de educação pré-escolar e de ensino fundamental.

TABELA 65 – EXECUÇÃO FÍSICO – FINANCEIRA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 20

UF	ADAPTAÇÃO DE ESCOLAS			EQUIPAMENTO PARA ESCOLAS					CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSIONAIS				MATERIAL DIDÁTICO/PEDAGÓGICOS				
	ALUNO	ESCOLA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNO	ESCOLA	OFICINA	SALA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNO	PROF.	ESCOLA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNO	PROF.	ESCOLA	OFICINA	SALA
AC									631	90	3	42.589,66	1.317		7		
AM									4.856	407	166	95.271,66	154		43		
AP	612	28	83.160,00	104	12	2	17	26.730,00	150	180	35	106.785,36	171				
PA	270	59	170.933,84	1.708	14	4	45	38.463,48	1.357	352	108	232.826,93	731		8		
RO				92	38		41	7.227,22	478	390	89	155.072,12	113		41		
RR									767	310	310	48.090,15					
TO	239	15	60.305,42	32	1		1	12.467,07	1.483	370	78	88.255,53	1.135	80	68		
N	1.121	102	314.399,26	1.936	65	6	104	84.887,77	9.722	2.099	789	768.891,41	3.621	80	167		
AL				581	21	2	53	79.788,95	1.137	424	61	167.192,06	1.197	123	24		
BA				272	8		7	219.788,78	3.688	320	34	146.236,21	11.584	60	77	10	
CE	138	2	3.465,00	3.389	150	1	74	331.389,53	4.295	1.017	185	367.112,71	7.969	645	125	34	
MA	478	3	12.793,77	270	7		3	35.758,80	3.727	370	177	388.805,38	5.869	65	176		
PB	31	1	2.970,00	242	4	1	5	14.077,80	800	145	25	53.137,26	877	50	21	2	
PE				1.083	89		23	82.529,99	1.170	362	108	155.298,99	8.457	33	22	5	
PI				538	45		239	160.538,85	5.129	80	124	89.238,67	2.426	264	29		
RN				169	1		4	20.354,40	1.199	200	324	182.105,55	1.469		4		
SE				844	15	14	95	43.299,87	1.282	745	77	180.425,62	230			1	
NE	647	6	19.228,77	7.388	340	18	503	987.526,97	22.427	3.663	1.115	1.729.552,45	40.078	1.240	478	52	1
ES	1.938	10	45.847,29	1.927	20	9	21	106.926,11	12.977	310	74	84.209,55	481		39		
MG				34	1	6		26.250,80	4.988	604	304	224.509,43	5.045	225	305		
RJ	5	1	396,00	2.458	2.110	9	153	790.386,64	134	174	44	33.763,46	56.913	5.561	8.335	36	
SP	124	19	48.510,00	2.488	79	1	160	402.914,30	224.981	875	6.167	684.525,39	185.558	4.716	965	1	7
SE	2.067	30	94.753,29	6.907	2.210	25	334	1.326.477,85	243.080	1.963	6.589	1.027.007,83	247.997	10.502	9.644	37	7
PR	3.788	39	56.672,57	1.138	50	1	75	186.545,97	27.956	423	310	34.504,07	51.984	5.035	316	1	
RS	174	61	197.578,45	3.611	130	7	136	560.677,79	64.156	429	289	322.844,74	23.154	41	1.395	147	
SC	160	20	59.024,29	1.052	103	1	95	381.205,28	24.388	200	54	45.896,40	4.018	8	5	932	
S	4.122	120	313.275,31	5.801	283	9	306	1.128.429,04	116.500	1.052	653	403.245,21	79.156	5.084	1.716	1.080	1
DF				2.371	76	15	107	298.980,00	281.724	1.646	4.935	1.138.167,82	4.896		2	21	1
GO				5.790	99	4	496.249	82.653,12	598	80	24	31.802,76	3.899	40	232	47	
MS	298	34	77.786,90	2.390	139	6	150	291.569,85	10.974	905	277	198.675,39	1.162	32	69	10	
MT				857	10	4	10	12.503,73	11.774	170	62	169.418,35	2.275		23	5	
CO	298	34	77.786,90	11.408	324	29	496.516	685.706,70	305.070	2.801	5.298	1.538.064,32	12.232	72	326	83	1
BRASIL	8.255	292	819.443,53	33.440	3.222	87	497.763	4.213.028,33	696.799	11.578	14.444	5.466.761,22	383.084	16.978	12.331	1.252	17

Fonte: SEESP e FNDE/DIRPE

Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial – R\$ 1.497.615,95

Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial – R\$ 1.178.150,00

Promoção de Eventos para a Educação Especial – R\$ 399.253,99

Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais – R\$ 796.863,71

Apoio ao Desenvolvimento da Educação Especial – R\$ 11.997.037,83

Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Fundamental – R\$ 726.485,59

A aquisição de equipamentos para escolas está direcionada às salas de aula, salas de recursos e oficinas pedagógicas voltadas para a ação de capacitação de professor e profissionais para a Educação Especial.

6.5.1 Aquisição e Distribuição de Material Didático para a Educação Especial

A assistência financeira para esta ação consistiu na aquisição de kits de materiais didáticos para professores e alunos da Educação Especial, kits de material pedagógico destinado às salas de educação pré-escolar e às salas de recurso do ensino fundamental e aquisição de kits de material pedagógico de uso exclusivo das oficinas pedagógicas, objetivando apoiar o trabalho dos docentes e educandos.

6.5.2 Capacitação de Professores e Profissionais para a Educação Especial

A assistência financeira para esta ação orçamentária foi destinada ao desenvolvimento de programas de capacitação de docentes que atuam na educação especial e no ensino fundamental em classes comuns, em salas de recursos, classes especiais e escolas especiais, e também aos docentes que atuam em escolas especializadas governamentais e não-governamentais de ensino fundamental.

6.5.3 Promoção de Eventos para a Educação Especial

A utilização dos recursos desta ação orçamentária consistiu na realização de eventos voltados para auxiliar na divulgação e no desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias voltadas à educação especial.

6.5.4 Profissionalização do Portador de Necessidades Especiais

A assistência financeira para esta ação orçamentária consistiu na capacitação de professores e profissionais para a educação especial e na aquisição de equipamentos escolares e de equipamentos especializados destinados às salas de aula, salas de recursos e oficinas pedagógicas voltadas para o desenvolvimento de atitudes, hábitos, habilidades para a vida produtiva, a fim de garantir, ao aluno portador de necessidades especiais, adequadas condições de ensino aprendizagem.

6.6 Atenção à Criança

O objetivo deste programa de governo é garantir o direito público de educação infantil a crianças carentes, de zero a seis anos, em instituições educacionais ou organizações não-governamentais competentes não apenas para assisti-las e complementarem a educação familiar e comunitária, mas capacitadas para promover o desenvolvimento integral dessas crianças em seus aspectos físico, cognitivo, psicológico e possibilitar a sua inclusão, com qualidade social, na perspectiva da escola ideal.

TABELA 66 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA – EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR – 2003

UF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR ALUNO	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR PROF.	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR ESCOLA	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSOR EXECUÇÃO FINANCEIRA	MATERIAL DIDÁTICO ALUNO	MATERIAL DIDÁTICO PROF.	MATERIAL DIDÁTICO ESCOLA	MATERIAL DIDÁTICO EXECUÇÃO FINANCEIRA	TOTAL EXECUTADO
AM	26.090	700	103	63.360,00					63.360,00
AP	7.709	261	45	13.246,20					13.246,20
PA	11.823	225	136	66.795,62	9.926	155	96	290.508,34	357.303,96
RO	1.618	68	65	12.668,04	1.411	16	16	60.764,72	73.432,76
TO	3.230	107	44	57.001,40	157	15	6	12.434,40	69.435,80
N	50.470	1.361	393	213.071,26	11.494	186	118	363.707,46	576.778,72
AL	4.280	203	147	102.014,20					102.014,20
BA	12.970	498	206	203.795,18	878	40	23	34.828,20	238.623,38
CE	56.157	2.256	887	801.297,25	33.228	1.051	289	362.407,80	1.163.705,05
MA	39.347	1.891	1.096	993.663,57	30.313	711	655	2.008.533,48	3.002.197,05
PB	7.455	489	320	295.507,74	2.229	62	74	133.509,74	429.017,48
PE	39.947	1.205	591	388.272,06	8.046	348	74	310.231,39	698.503,45
PI	15.348	717	532	455.486,73	1656	125	130	115.648,95	571.135,68
RN	4.296	173	69	96.054,66					96.054,66
SE	12.988	414	154	175.172,70	770		23	34.463,58	209.636,28
NE	192.788	7.846	4.002	3.511.264,09	77.120	2.337	1.268	2.999.623,14	6.510.887,23
MG	15.680	412	188	164.167,83	2.240	82	32	60.396,69	224.564,52
RJ	23.485	915	782	262.094,58	487	50	9	15.355,84	277.450,42
SP	284.393	2.905	804	700.991,03	20.990	720	135	860.928,75	1.561.919,78
SE	323.558	4.232	1.774	1.127.253,44	23.717	852	176	936.681,28	2.063.934,72
PR					393	19	17	23.344,20	23.344,20
RS	5.135	339	60	33.590,70	365	50	13	11.949,79	45.540,49
SC	7.021	145	59	70.983,00					70.983,00
S	12.156	484	119	104.573,70	758	69	30	35.293,99	139.867,69
DF	18.400	617	156	84.359,88					84.359,88
GO	12.978	593	267	216.939,93					216.939,93
MS	2.798	106	67	30.599,16					30.599,16
MT	2.041	254	32	47.999,16	197	1	10	11.701,80	59.700,96
CO	36.217	1.570	522	379.898,13	197	1	10	11.701,80	391.599,93
BRASIL	615.189	15.493	6.810	5.336.060,62	113.286	3.445	1.602	4.347.007,67	9.683.068,29

Fonte: FNDE/DIRPE

6.6.1 Aquisição e Distribuição de Material Didático para Educação Infantil

A assistência financeira para esta ação foi destinada à aquisição de material didático básico para o desenvolvimento das atividades escolares dos alunos da pré-escola, de quatro a seis anos de idade, dos municípios com IDH menor ou igual a 0,550.

6.6.2 Formação Continuada de Professores da Educação Infantil

A assistência financeira foi destinada à formação continuada de profissionais em funções docentes, com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, 120 horas anuais, como forma de implementar a reflexão sobre as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil, o desenvolvimento de procedimentos didáticos e de conteúdos adequados às características da população alvo.

6.7 Etnodesenvolvimento das sociedades indígenas

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece como objetivos para a educação escolar dos povos indígenas a recuperação da memória histórica, a reafirmação de sua identidade étnica, a valorização de suas línguas e ciências, assim como garantir a seus povos e comunidades o acesso às informações e aos conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas.

No exercício de 2003, com o objetivo de viabilizar estas ações, foi disponibilizado o montante de R\$ 450.000,00, sendo executado o valor de R\$ 321.125,54. Foram firmados, então, convênios com seis estados, beneficiando, no total, 30.547 alunos de 654 escolas e 1.213 professores que se encontravam em classes de educação indígena.

TABELA 67 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA – 2003

UF	ALUNO	PROF	FORMAÇÃO CONTINUADA DE ESCOLA	EXECUÇÃO FINANCEIRA	ALUNO	PROF	ESCOLA	PRODUÇÃO	EXECUÇÃO FINANCEIRA	R\$
AC	2.000	42	35	20.790,00	2.000	42	35	-	19.800,00	40.590,00
AM	-	-	-	-	3.673	156	98	-	71.198,16	71.198,16
PA	2.250	75	15	22.017,50	-	-	-	-	-	22.017,50
RR	2.312	100	53	30.610,80	-	-	-	-	2.970,00	33.580,80
N	6.562	217	103	73.418,30	7.985	298	186	-	93.968,16	167.386,46
MA	5.000	100	100	47.619,00	5.000	472	205	-	32.175,00	79.794,00
NE	5.000	100	100	47.619,00	5.000	472	205	-	32.175,00	79.794,00
MS	3.000	63	30	44.245,08	3.000	63	30	-	29.700,00	73.945,08
CO	3.000	63	30	44.245,08	3.000	63	30	-	29.700,00	73.945,08
BRASIL	14.562	380	233	165.282,38	15.985	833	421	-	155.843,16	321.125,54

Fonte: FNDE/DIRPE

6.7.1 Distribuição de Material Didático para a Educação Indígena

Esta ação prevê a produção, impressão e distribuição de material didático específico aos alunos e professores da educação escolar indígena.

6.7.2 Capacitação de Professores para a Educação Indígena

A capacitação é voltada para profissionais em funções docentes que atuem na educação escolar indígena, mediante propostas pedagógicas com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, 120 horas anuais por professor.

6.8 Cultura Afro-Brasileira

O objetivo deste programa é assegurar, por meio da educação, o direito das crianças e dos adolescentes manifestarem e preservarem a cultura e a memória afro-brasileiras. Para alcançar esta meta, o programa busca desenvolver ações que promovam a articulação entre cultura e ensino de qualidade.

6.8.1 Formação Continuada de Docentes para Áreas Remanescentes de Quilombos

Ao Ministério da Educação coube elaborar ações voltadas para os municípios onde estão localizadas as comunidades remanescentes dos quilombos para futura implementação dos parâmetros curriculares nacionais do ensino fundamental.

6.9 Paz nas Escolas

O programa Paz nas Escolas visa assegurar a promoção, na prática educativa, de atitudes e valores que se contraponham aos problemas gerados pela violência e pela discriminação, com o intuito de inibi-los.

TABELA 68 – EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA PAZ NAS ESCOLAS – 2003

UF	ALUNO	PROF.	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES ESCOLA	FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EXECUÇÃO FINANCEIRA	MATERIAL DIDÁTICO ALUNO	MATERIAL DIDÁTICO ESCOLA	MATERIAL DIDÁTICO EXECUÇÃO FINANCEIRA	TOTAL EXECUTADO
PA	600	150	5	29.216,84	0	0	0	29.216,84
N	600	150	5	29.216,84	0	0	0	29.216,84
BA	10.754	234	13	101.813,58	0	0	0	101.813,58
PE	43.120	442	53	110.940,39	0	0	0	110.940,39
NE	53.874	676	66	212.753,97	0	0	0,00	212.753,97
ES	3.990	133	14	83.608,47	0	0	0,00	83.608,47
RJ	101.280	417	371	126.603,18	0	0	0	126.603,18
SP	94.734	751	79	255.063,60	0	0	0	255.063,60
SE	200.004	1.301	464	465.275,25	0	0	0	465.275,25
DF	0	0	0	0	17.520.668	26.384	315.000,00	315.000,00
CO	0	0	0	0	17.520.668	26.384	315.000,00	315.000,00
TOTAL	254.478	2.127	535	70.724.606	17.520.668	26.384	315.000,00	1.022.246,06

Fonte: Sape/Siafi de 2003

A meta informada do Material Didático se refere a aluno e escolas distribuídos por todos os estados.

6.9.1 Capacitação de Educadores para o Enfrentamento da Violência nas Escolas

Esta ação foi destinada a programas de capacitação de docentes que atuam em classes de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, mediante propostas pedagógicas, com duração de, no mínimo, 80 horas e, no máximo, 120 horas anuais por professor.

6.9.2 Edição, Cópia e Distribuição de Material Didático para o Combate à Violência nas Escolas

Esta ação tem o objetivo de adquirir material didático a ser distribuído às escolas para atuação no combate à violência. Para executá-la, foi realizada uma licitação visando o atendimento aos municípios com maior índice de violência.

7. Rotinas e Serviços Gerais

O apoio administrativo tem como objetivo garantir às unidades da Autarquia os meios logísticos e os recursos administrativos necessários à gestão dos seus programas e atividades finalísticas.

As ações compreendem despesas de natureza tipicamente administrativa que totalizaram R\$ 53.582.118,00 em 2003.

O FNDE buscou a eficiente aplicação dos recursos, melhoria na qualidade do ambiente do trabalho, racionalização e dinamização dos processos, redução de custos nas aquisições, entre outros itens não menos importantes.

7.1 Diárias e Passagens

Nesta área, destacamos a otimização das rotinas de concessão de diárias e passagens e, principalmente, acompanhamento administrativo e controle orçamentário e financeiro. No quadro abaixo, pode ser observado o fluxo de despesa mensal com os deslocamentos das equipes técnicas do FNDE.

TABELA 69 – DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM DIÁRIAS E PASSAGENS EM 2003

(R\$)												
2003	JAN/FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DIÁRIAS	21.906	44.903	30.732	90.628	68.240	19.618	55.974	53.031	91.553	121.518	49.453	647.556
PASSAGENS	22.586	46.157	56.218	108.499	95.002	25.049	170.497	42.084	77.917	106.257	69.938	820.203

Fonte: Fnde/Dirad

7.2 Patrimônio

No ano de 2003, houve um acréscimo significativo nos ativos do FNDE. Em 2002, contabilizavam-se R\$ 5,6 milhões e, a 31 de dezembro de 2003, encerrava-se o exercício com um incremento de R\$ 3,5 milhões, acumulando um montante de R\$ 9,1 milhões.

O incremento no patrimônio ocorreu em razão da modernização da área de informática. O FNDE incorporou definitivamente ao seu patrimônio os bens que lhe foram transferidos nos últimos três anos, graças ao Convênio de Cooperação Técnica Internacional, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, que possibilitou a execução do Plano Diretor de Informática – PRODOC, criado no início de 2001.

7.3 Centro de Documentação (Biblioteca)

A biblioteca conta com espaço adequado, novas publicações e um sistema de controle informatizado. O acervo é composto por documentações que retratam a história da Autarquia, o desenvolvimento e a evolução dos programas finalísticos, por livros e periódicos de conhecimento geral, com destaque para a literatura infanto-juvenil e para os clássicos da literatura brasileira. No quadro abaixo, pode ser observado o volume de atendimento aos usuários:

Itens	TOTAL
Empréstimos de Livros	793
N.º de Usuários – Empréstimos	462
N.º de Usuários – Pesquisa	1.235
Pesquisas Bibliográficas	465
Pesquisas Legislativas	499
Pesquisas na Internet	202
Pesquisas em Periódicos	756
Frequência de Usuários	6.043

Fonte:FnDe/Dirad

7.4 Compras

O Pregão foi a modalidade mais adotada nos procedimentos de compras no FNDE.

Por tratar-se de uma modalidade de licitação que implica agilidade, economia, eficácia e transparência dos feitos, foi aplicada em 30 procedimentos de aquisição de bens e serviços.

No exercício de 2003, podemos destacar alguns pregões de grande importância para a consecução dos objetivos fins da Autarquia:

OBJETO
Impressão gráfica do guia do Livro Didático para o Programa Nacional do Livro Didático – PNLD
Aquisições de material para suprimentos de informática, licença de uso de software, equipamentos, etc.
Impressão gráfica do informativo do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE
Serviços de Hotelaria para o Encontro Nacional do Programa do Livro Didático – PNLD
Serviços de hotelaria para o Encontro Nacional do Programa de Alimentação Escolar – PNAE
Contratação de serviços oftalmológicos (Projeto Campanha Olho no Olho)
Manutenção de equipamentos e materiais para a Unidade Armazenadora (Depósito FNDE)
Aquisição de equipamentos e mobiliários específicos para alunos surdos – (SEESP/MEC)
Aquisição de equipamentos de informática e mobiliários específicos para alunos cegos – (SEESP/MEC)
Aquisição de softwares específicos para uso dos alunos cegos e com baixa visão – (SEESP/MEC)
Aquisição de material didático para alunos cegos e com baixa visão (SEESP/MEC)
Impressão gráfica de material didático Ética e Cidadania – (SEIF/MEC)

Fonte:FnDe/Dirad

8. Recursos Humanos

Apresentamos abaixo a situação do quadro funcional do FNDE:

Servidores Ativos	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE (DEZEMBRO)
ATIVO PERMANENTE	377
GESTOR	1
LOTAÇÃO PROVISÓRIA	1
NOMEADO PARA CARGO COMISSÃO (S/ VÍNCULO)	14
PROCURADOR, EM EXERCÍCIO NO FNDE, DA AGU.	8
REQUISITADO	22
SUBTOTAL	423
PRESTADORES DE SERVIÇO	291
TOTAL	714

Fonte:Fnde/Dirad

Outras Servidores	
SITUAÇÃO	QUANTIDADE (DEZEMBRO)
APOSENTADO	324
APOSENTADO / TCU	3
CEDIDO	68
INSTITUIDOR DE PENSÃO	41
LOTAÇÃO PROVISÓRIA	2
PROCURADOR, LOTADO NO FNDE, CEDIDO PARA OUTROS ÓRGÃOS	0
PROCURADOR, LOTADO NO FNDE, EM EXERCÍCIO PARA OUTROS ÓRGÃOS	21
SUBTOTAL	459

Fonte:Fnde/Dirad

8.1 Categoria dos Servidores Ativos

A seguir, demonstra-se o nível das categorias dos servidores ativos do FNDE, por unidade regimental:

UNIDADE	NÍVEL			TOTAL
	SUPERIOR	INTERMEDIÁRIO	AUXILIAR	
PRESIDÊNCIA	6	8	0	14
DIROF	37	61	0	98
DIRPE	22	30	0	52
DIRAE	31	28	1	60
DIRAD	25	93	3	121
AUDITORIA	14	11	0	25
PROGE	20	17	0	37
TOTAL	155	248	4	407

Fonte:Fnde/Dirad

8.2 Cargos Commissionados: Função Gratificada, Direção e Assessoramento Superior e Função Commissionada Técnica.

UNIDADE	FG	DAS						TOTAL
		1	2	3	4	5	6	
PRESIDÊNCIA	3	1	1	3	2	0	1	11
DIROF	12	4	7	9	4	1	0	37
DIRPE	6	2	5	5	3	1	0	22
DIRAE	14	1	1	8	3	1	0	28
DIRAD	9	1	12	3	2	1	0	28
AUDITORIA	2	0	3	1	1	0	0	7
PROGE	3	1	2	0	1	0	0	7
TOTAL	49	10	31	29	16	4	1	140

Fonte:Fnde/Dirad

O FNDE conta com um total de 100 (cem) FCT para atendimento das demandas e necessidades de incentivo e reconhecimento da competência e qualificação técnica dos seus servidores.

Os critérios de concessão obedeceram aos princípios norteadores e aos fatores descritos no Decreto de sua implantação. Após a análise e a avaliação dos postos de trabalho da Autarquia, foram implantadas as funções técnicas comissionadas a partir de 2002, tendo a seguinte configuração no final de 2003:

UNIDADE	FCT			TOTAL
	01 a 05	06 a 10	11 a 15	
PRESIDÊNCIA	1	1	1	3
DIROF	3	20	7	30
DIRPE	3	5	1	9
DRAE	5	14	4	23
DIRAD	3	8	13	24
AUDITORIA	1	6	0	7
PROGE	1	2	1	4
TOTAL	17	56	27	100

Fonte: Fnde/Dirad

8.3 Recursos Financeiros para Pessoal

NATUREZA DA DESPESA	TOTAL ATÉ DEZ/2003	MÉDIA MENSAL
PAGAMENTO DOS INATIVOS	12.240.178,25	1.020.014,85
PAGAMENTO DOS ATIVOS	18.280.654,94	1.523.387,91
AUXÍLIO TRANSPORTE	691.899,11	57.658,26
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	420.526,09	35.043,84
TOTAL	31.633.258,39	2.636.104,87

Fonte: Fnde/Dirad

9 Recursos Tecnológicos

Estrutura da Informática na Autarquia

Usuários – responsável pela Central de Atendimento ao Usuário e pelo Laboratório de Manutenção.

Suporte – responsável pela infra-estrutura computacional.

Operação – responsável pelo ambiente operacional do CPD e de impressão central.

Sistemas – responsável por todo o processo de produção de sistemas.

Acordo de Cooperação Técnica com a UNESCO (Projeto 914BRA5003)

Em dezembro de 2003, foi estabelecido Acordo de Cooperação Técnica entre a Autarquia e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO objetivando apoiar a integração das Tecnologias de Informação à gestão do FNDE. O projeto foi elaborado pela Coordenação-Geral de Projetos de Informática, em conjunto com uma equipe técnica da UNESCO, e possui os seguintes produtos:

Adequação das condições de infra-estrutura do ambiente computacional: expansão da plataforma computacional de processamento Unix do FNDE (projeto básico elaborado), implementação de solução de armazenamento de dados de alta performance (projeto básico elaborado) e fortalecimento da capacidade de processamento intra-rede;

Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI para os próximos 04 (quatro) anos.

A fase inicial do Acordo de Cooperação Técnica se dará por meio da execução de uma Assistência Preparatória com duração estimada em 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura.

Planejamento de Capacidade

Foi realizada a revisão da infra-estrutura do ambiente computacional, objetivando fornecer ao FNDE uma visão planejada do conjunto de recursos de *hardware* e *software*, de modo a prestar total suporte às ações de governo do órgão.

Como fruto desse trabalho, foi mapeada a necessidade de crescimento e adequação do ambiente computacional do FNDE:

PROJETO
Interligação do Depósito / Arquivo a Sede do FNDE
Aquisição de software para automação de Help de Sistemas
Aquisição de Certificados Digitais para incremento da segurança do Site FNDE
Aquisição de 200 microcomputadores e notebooks
Solução de gerenciamento de impressão corporativa
Contratação de solução de comunicação de dados para interligação a RNP
Aquisição de equipamento conversor de dados para reforço na comunicação MEC x FNDE
Solução integrada de Servidores de Rede em Racks
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico ao software RSA Ace Server
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico ao array de dados Network Appliance
Aquisição de materiais e ferramentas para manutenção da rede de dados e elétrica
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico aos softwares de Segurança
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico aos softwares de backup da SUN MICROSYSTEM
Contratação de serviços de suporte técnico aos softwares da plataforma ORACLE
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico ao array de dados EMC 3830
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico aos roteadores CISCO
Aumento da capacidade de processamento do servidor de correio eletrônico
Recontratação dos serviços de comunicação da REMAV
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico aos softwares da plataforma BMC
Contratação de serviços de manutenção e suporte técnico aos softwares da plataforma RATIONAL
Construção de Sala Cofre para CPD

Fortalecimento da Segurança da Informação no Processo do PNLD

Seguindo os preceitos estabelecidos pela Política de Segurança da Informação – PSI do FNDE, foram definidos e implementados novos dispositivos de segurança, proporcionando ao processo de escolha do livro didático da campanha de 2004 total confidencialidade, disponibilidade e integridade

dos dados. Esses dispositivos se constituíram na adoção de algoritmos de criptografia para codificação da escolha das escolas, tanto no processo da Internet como na leitura e gravação dos formulários, maior robustez na programação dos ativos de segurança da Autarquia e revisão dos processos operacionais do tratamento das informações do PNLD pela Informática.

Sistemas Corporativos

Com vistas a garantir a produtividade, o controle, o acompanhamento e a qualidade de projetos e sistemas, foi promovida a reformulação da estrutura de funcionamento da área de informática da Autarquia, contemplando as seguintes ações:

- Elaboração e Implantação da Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas;
- Elaboração e Implantação da *Framework*;
- Início do processo de migração da plataforma *Delphi* para *Java*;
- Reorganização da Equipe de Sistemas por perfil funcional;
- Implantação da Ferramenta RUP;
- Implantação do modelo de gestão por projetos;
- Implantação da Fábrica de *Software*;
- Implantação de ferramentas para gestão de projetos (*Project*);
- Criação e Implantação do ambiente de testes e homologação;

Em 2003, foram implementadas alterações significativas, bem como ações de manutenção corretiva e de atualização de tecnologia em todos os sistemas corporativos da Autarquia.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES FNDE 2003

COORDENAÇÃO GERAL

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Magda Oliveira de Myron Cardoso- Coordenadora-Geral

Equipe Técnica:

Sebastião Jader Leite de Souza – Coordenador de Planejamento

João Antônio Lopes de Oliveira

Francisco Stelio Soares

Almir Pereira de Souza

Teresa Cristina Lustosa Dantas – Coordenadora de Orçamento

Carlos Augusto César

Ana Lúcia Penteado Cezar

Equipe Informática

Izaías Gonçalves de Lima Neto – Diagramação, Capa, Arte Final e Fotografias

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco F

Edifício Áurea – CEP: 70.070-929 – Brasília – DF

Telefones (61) 212-4800 – 212-4808

www.fn-de.gov.br